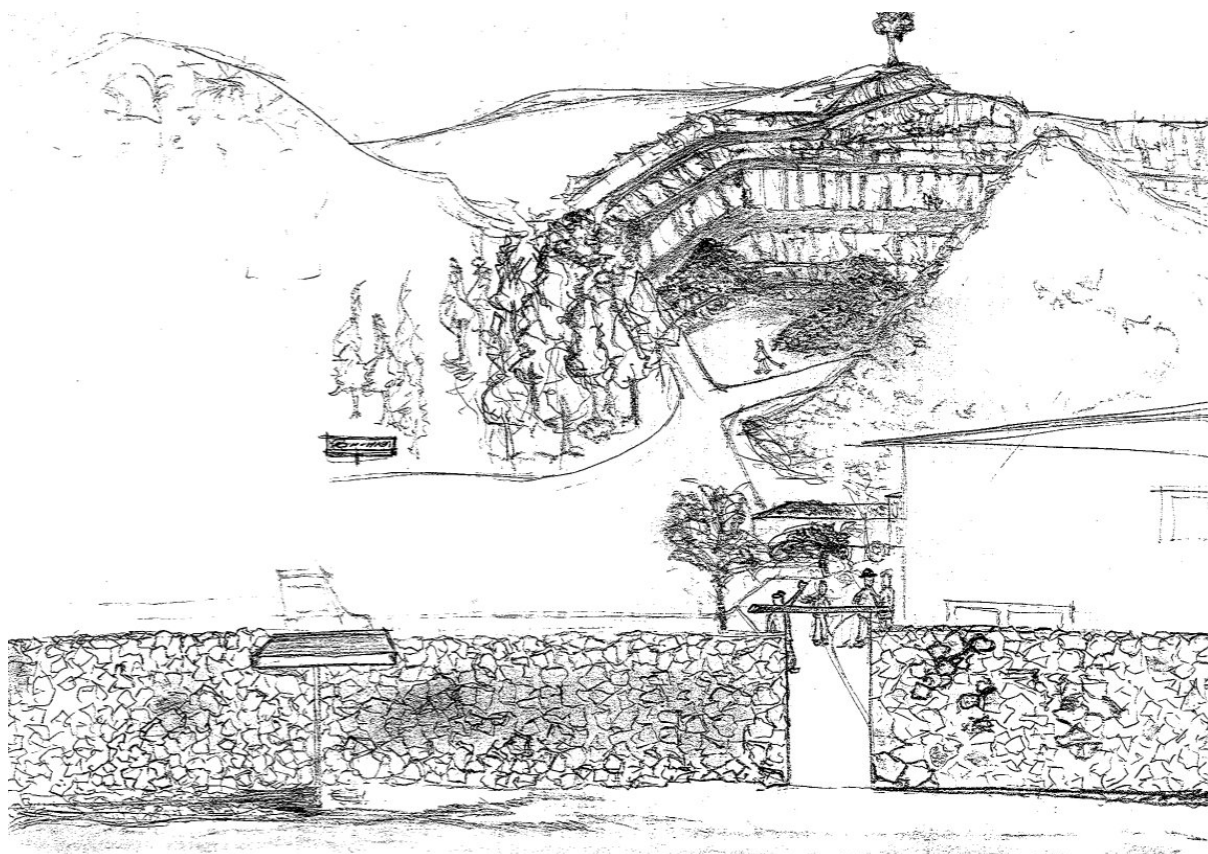


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Stéphanie Ferreira Bexiga

BANAIS COMO PEDRA:

**As reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de
uma pedreira em Porto Alegre (RS)**



Porto Alegre

2013

Stéphanie Ferreira Bexiga

BANAIS COMO PEDRA:

**As reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de uma pedreira
em Porto Alegre (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Antropologia

Orientadora: Maria Eunice de Souza Maciel

Linhas de pesquisa: Antropologia e meio ambiente, cidade, natureza/cultura

Porto Alegre

2013

Stéphanie Ferreira Bexiga

BANAIS COMO PEDRA:

**As reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de uma pedreira
em Porto Alegre (RS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Antropologia

Aprovada em _____ de _____ de 2013.

Profa. Dra. Maria Eunice de Souza Maciel – Orientadora

Prof. Dr. Bernardo Lewgoy

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado

Prof. Dr. Ruben Oliven

*Pedras sonhando pó na mina,
Pedras sonhando com britadeiras.
Cada ser tem sonhos à sua maneira.
(Lula Queiroga/Pedro Luís)*

AGRADECIMENTOS

Chega a hora de explicitar minhas 'obrigações de retribuir' àqueles que tanto me ensinaram no decorrer desse tortuoso caminho. Em primeiro lugar, agradeço a todos os colegas da turma de mestrado de 2011 pelo aprendizado que construímos juntos acerca de uma antropologia que não cabe na academia, e de uma academia que não contempla as inúmeras possibilidades do fazer antropológico. Especialmente, agradeço-lhes por fazer do laço e da ruptura experiências vividas, e conceber que tanto um quanto o outro são fundamentais em nossas vidas. A ordem aqui escolhida não trata de um ranking sobre aqueles que participaram desse processo – do mais ao menos importante. É verdade que esses tipos de classificações são comuns e naturalizadas em nossas vidas, tanto é que muitos de nós costumamos proclamar o sistema meritocrático – no qual figura em primeiro lugar o aparente “melhor” – como o mais adequado. Dado esse esclarecimento, (re)início.

Agradeço à profa. Cornelia Eckert, por ter me acompanhado e ensinado antropologia de 2008 a 2011, pois isso foi de particular relevância em minhas escolhas acadêmicas. E agradeço, novamente, por ter recusado me acompanhar desde então – isso foi de igual importância para minha trajetória.

À profa. Maria Eunice Maciel por ter prontamente me recebido de braços abertos, e pelo constante diálogo que dali emergiu, muito obrigada. Agradeço também ao prof. Bernardo Lewgoy pela compreensão e aprendizado. Aos professores Ruben Oliven e Carlos Roberto da Silva Machado, agradeço por terem aceito compor a banca.

Aos colegas que já são mais que amigos, meu eterno obrigada. À Luciana Tubello, quem tive a sorte de conhecer em meio a enxurrada de imagens (e trabalho) na qual vivemos entre 2008 e 2011, obrigada por surgir e me mostrar a importância da ruptura e da liberdade – esta da qual estamos sempre em busca. Ao Caetano Sordi, o mais antigo desse percurso, pelo companheirismo que nos acompanha desde 2005. Ao Renan Santos, mais recente e já tão essencial, obrigada por fazer da vida, arte, e por ser o marido que jamais vou ter, mas o amigo que carregarei para sempre. À Natalia Silveira, por ser tão próxima mesmo distante. À Luana Emil e Gabriela Sevilla pela sabedoria de manter viva uma antropologia que não está na academia. Ao Cristhiano Kolinski pelo reencontro com o som. Ao Rodrigo Dornelles pela carinhosa e prestativa amizade. À Talita Eger pela força admirável. Ao Caio Coelho pelas longas e noturnas conversas, na rua e na internet.

Às amigas que compreenderam minha ausência, Karen, Lara, Bruna, Leila, Paola: obrigada.

À família, agradeço, sobretudo, pelo apoio. À minha mãe, por me ensinar o quão lúcida pode ser a “loucura”. Ao meu pai, pela “rebeldia”. E meu mais sincero obrigada à minha irmã Flavia, com quem aprendi a lutar (e resistir) no mundo de pretensas dominações masculinas.

Àqueles e àqueles que comigo conversaram e compartilharam um pouco de suas vidas, obrigada. A escrita deve-se a essas pessoas.

Por fim, a todo(a)s, pela partilha do sensível, obrigada.

Essa pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, sob modalidade de bolsa de mestrado Capes-Reuni, desde julho de 2011. Como contrapartida, realizei quatro estágios docentes em três semestres, de 2011 a 2012. Meu sincero agradecimento às alunas e alunos dessas turmas, entre Ciências Sociais e Nutrição, pelo aprendizado em sala de aula.

RESUMO

Sob as regras da economia mineral, as pedreiras situam-se não tão próximas das zonas urbanas, mas também não muito distantes. Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (Brasil), uma pedreira localizada num bairro da zona leste configura o que, para alguns habitantes, não é parte da cidade, embora situada em seus limites político-administrativos. A vila das Pedreiras (uma das nomenclaturas utilizadas pela prefeitura municipal) é habitada por famílias de trabalhadores e ex-trabalhadores de uma empresa mineradora, que realiza a extração de rochas no local, bem como por outros habitantes que encontraram no local uma forma acessível de aquisição de moradia. A partir da etnografia realizada num lugar onde, há quatro décadas, é extraído esse material “essencial à cidade”, interroga-se sobre como os habitantes concebem sua relação com a pedreira e a cidade desde o ponto de vista daqueles que são atingidos diariamente pela convivência com a extração de rochas. É desde esse cotidiano que busca-se conhecer as diferentes formas de uso, significação e apropriação da “natureza”, esta sendo termo de disputa tanto material quanto simbólica entre os sujeitos que habitam um lugar atravessado pela “injustiça ambiental” própria dos territórios onde a mineração se instala. Nesta dissertação objetiva-se revelar as perspectivas locais de populações que, na periferia de uma cidade, oferecem concepções outras (alternativas) sobre meio ambiente e natureza, denunciando as práticas das retóricas desenvolvimentistas.

Palavras-chave: Antropologia; Natureza/Cultura; Cidade; Meio Ambiente; Habitantes; Pedreira.

BEXIGA, Stéphanie Ferreira. Banais como Pedra: As Reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de uma pedreira. Porto Alegre, 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ABSTRACT

Under the rules of the mineral economy, the quarries are located not so close to urban areas, but also not too far away. In Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul (Brazil), a quarry located in the east side neighborhood sets which is not part of the city, for some people, although situated in their political-administrative boundaries. The village of Quarries (one of the nomenclatures used by city hall) is inhabited by families of workers and former workers of a mining company, which performs the extraction of rocks at the site, as well as other inhabitants they found in place an affordable way to acquisition of property. From the ethnography in a place where, during four decades, this "essential to the city" material is extracted, wonders about the people conceive their relationship with the quarry and the city from the point of view of those who are affected daily by the coexistence with the extraction of rocks. It is from this routine that seeks to identify the different forms of use, appropriation and meanings of "nature", this term being both material and symbolic struggle between the subjects who inhabit a place traversed by the very "environmental injustice" of territories where mining settles. In this thesis we aim to reveal the perspectives of local populations on the outskirts of a city, offer other concepts (alternatives) for the environment and nature, denouncing the practices of developmental rhetoric.

Key-works: Anthropology; Nature/Culture; Environment; Population; Quarry.

BEXIGA, Stéphanie Ferreira. Banais como Pedra: As Reflexões sobre natureza e meio ambiente de habitantes do entorno de uma pedreira. Porto Alegre, 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Porto Alegre – minas ativas e desativadas	40
Figura 2: Mapa – Lugares de Pedreiras	54
Figura 3: A pedreira e seu entorno (mapa desenhado à mão)	59
Figura 4: Ruelas – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	65
Figura 5: A pedreira vista da avenida – Foto de Gilberto Bexiga, 2010/11.....	69
Figura 6: Topo – Foto de Gilberto Bexiga, 2010/11.....	69
Figura 7: A Entrada da Usina – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	74
Figura 8: Árvores para ocultar pedras, mitigações da “degradação da paisagem” – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013	77
Figura 9: Sem legenda – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	80
Figura 10: Estrada da Pedreira 1 – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	90
Figura 11: Sem legenda – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	91
Figura 12: Sem legenda – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	91
Figura 13: Sem legenda – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	93
Figura 14: Sem legenda – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	93
Figura 15: O senhor que vende “lixo” – Foto de Stéphanie Bexiga, janeiro/2013.....	94

LISTA DE SIGLAS

ANEPAC – Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil

CEITEC – Empresa pública federal ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental (RS)

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PNACC – Plano Nacional de Agregados para Construção Civil

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Porto Alegre/RS)

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 TENTANDO TIRAR LEITE DE PEDRA.....	29
1.1 Como tirar leite de pedra? O início da pesquisa.....	29
1.2 “Areia vale mais que ouro”.....	32
1.3 O lugar das pedreiras sob o discurso técnico.....	38
1.4 Nota sobre o conceito de lugar.....	44
2 OS LUGARES DAS PEDREIRAS NA CIDADE.....	48
2.1 O lugar das pedreiras na cidade – uma reflexão a partir de Porto Alegre.....	48
2.2 Um certo lugar, uma certa pedreira na cidade de Porto Alegre.....	58
2.3 “Isso aqui é o fim do mundo” – Sobre Segregação Urbana.....	65
2.4 A(s) pedreira(s), temporalidades da extração.....	69
2.4.1 <i>A Usina de Reciclagem de Material para Construção Civil.....</i>	<i>73</i>
3 HABITAR O ENTORNO DE UMA PEDREIRA: RISCO, POLUIÇÃO, NATUREZA E MEIO AMBIENTE.....	78
3.1 Quem habita o entorno.....	80
3.1.1 <i>Alguém que nasceu ali.....</i>	<i>81</i>
3.1.2 <i>João e Maria.....</i>	<i>81</i>
3.1.3 <i>Chico e Teresinha.....</i>	<i>83</i>
3.1.2 <i>Trajetórias do campo.....</i>	<i>85</i>
3.2 Um lugar onde “todo mundo se conhece”.....	86
3.3 A promessa do asfalto.....	89
3.4 Sobre a noção de risco.....	94
3.5 <i>Os sons da pedreira são como o sino da igreja - sobre a “poluição” sonora.....</i>	<i>98</i>
3.6 Os múltiplos sentidos de meio ambiente e natureza.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

Em seu tratado sobre teologia natural, escreveu o teólogo e filósofo britânico William Paley:

Ao cruzar um descampado, suponha que eu tropece meu pé contra uma pedra e me perguntem como a pedra foi parar ali, eu poderia responder que até onde eu sabia, a não ser que me provassem o contrário, ela sempre esteve ali; no entanto, seria provavelmente muito fácil mostrar o caráter absurdo dessa resposta. Mas suponha, agora, que eu tenha encontrado um relógio no chão e me fosse questionado como o relógio foi aparecer naquele lugar, eu dificilmente pensaria na resposta dada antes, qual seja, que até onde eu sabia, o relógio sempre esteve ali. Então, por que parece que essa resposta não serve tão bem para o relógio quanto para a pedra; porque isso não é admissível no segundo caso, se o é no primeiro? Por essa razão, e por nenhuma outra, nomeadamente, começamos a inferir que o relógio que nós percebemos – algo que não podemos descobrir na pedra – é composto por diversas partes, fragmentadas e colocadas juntas com um propósito, isto é, elas são combinadas e ajustadas como produção de movimento, e esse movimento é regulado para pontuar a hora do dia; que, se as diferentes partes forem moldadas de um modo diferente do que elas são, ou colocadas posteriormente de qualquer outra maneira ou ordem diferente daquela em que estavam colocadas, nenhum movimento teria sido exercido na máquina, ou ninguém teria podido responder a que uso agora ela servia” (Paley, 1881: 09).¹ [tradução minha]

Trata-se aqui de desnaturalizar a naturalidade – e, acrescento, a banalidade – da pedra. Se é possível responder que uma pedra sempre esteve ali, como observa o autor, ainda que a objeção a essa resposta seja também muito provável, o mesmo jamais seria pensado para o relógio, obviamente fabricado pelo homem. O segundo elemento parece implicar, necessariamente, a existência de um relojoeiro e de um projeto e processo racional por trás. Uma pedra no chão, é *só* um elemento *natural*, da *paisagem*.

Não pretendo, aqui, tecer qualquer consideração sobre o debate teológico no qual se situa o autor. A apropriação dessa passagem carrega outro sentido: o caráter aparentemente banal da pedra. O trecho foi o mote encontrado para introduzir essa discussão de maneira que

¹ Tradução minha do original: “In crossing a heath, suppose I pitched my foot against a stone, and were asked how the stone came to be there, I might possibly answer, that for any thing I knew to the contrary it had lain there for ever ; nor would it, perhaps, be very easy to show the absurdity of this answer. But suppose I had found a watch upon the ground, and it should be inquired how the watch happened to be in that place, I should hardly think of the answer which I had before given, that for any thing I knew the watch might have always been there. Yet why should not this answer serve for the watch as well as for the stone ; why is it not as admissible in the second case as in the first? For this reason, and for no other, namely, that when we come to inspect the watch we perceive — what we could not discover in the stone — that its several parts are framed and put together for a purpose, e. g. that they are so formed and adjusted as to produce motion, and that motion so regulated as to point out the hour of the day ; that if the different parts had been differently shaped from what they are, or placed after any other manner or any other order than that in which they are placed, either no motion at all would have been carried on in the machine, or none which would have answered the use that is now served by it”.

possamos voltar a ela para pensar a relação entre o banal, evidente, da pedra e as relações sociais que com ela estão envolvidas – aqui, faço referência às “relações sociais por trás das mercadorias” das quais nos dizia Marx². A justificativa para a desnaturalização de algo da ordem *material* a partir de um olhar antropológico tem como fundamento o caráter integral das relações entre humanos e não-humanos.

É bem possível que as interpretações em torno das relações humanos e não-humanos imaginem os segundos como definindo os animais, e não seres (considerados) completamente inanimados. Contudo, minha interpretação de teses contemporâneas como de Latour (2003), Descola (2005), Descola e Pálsson (2001), Ingold (2002), Escobar (2005), Zhouri (2010, 2012) acerca das relações natureza/cultura (sociedade/natureza) me leva a acreditar que é possível “reanimar” uma natureza “muda e impessoal” (Descola, 2005:10). De qualquer forma, quero deixar claro que as interrogações fundamentais da presente pesquisa ainda erigem-se sobre o primeiro polo, o humano.

Meu argumento, aqui, é de que a naturalização – e, portanto, banalização – desse elemento *natural* chamado pedra (ou, para alguns cientistas, rocha) implica a banalização daquilo que envolve a atividade de extração de rochas: a instalação, manutenção e fechamento das pedreiras; as pessoas que nelas trabalham ou que moram em seu entorno; os riscos e impactos presentes nessa atividade, assim como as tensões e conflitos que a atravessam. Ainda, essa naturalização estaria presente na própria Antropologia, disciplina que, ao lado e como parte das Ciências Sociais, tem se encarregado por *desnaturalizar*.³ Estranhar a si e ao Outro, pilar fundamental do exercício antropológico, é um processo de desnaturalização dos sujeitos e das relações sociais que perpassam o encontro de subjetividades. Dessa maneira, a desnaturalização a que me refiro aqui é própria do ofício do(a) antropólogo(a). Com isso,

2 Se “a forma e a relação de valor entre os produtos do trabalho nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes” (Marx, 2010:94) parece-me adequado investigar as relações sociais que atravessam essa “coisa” (pedra) que, diferentemente do ouro, não assume a forma de mercadoria-dinheiro, mas tão somente de uma mercadoria desvalorizada e banalizada. O fetiche que carregamos das mercadorias-dinheiro sugere uma fetichização de objetos de estudos (como aponto em 1.1 Como tirar leite de pedra? O início da pesquisa). A proposta, aqui, é conhecer a forma social das relações por trás de algo material e aparentemente banal.

3 Desnaturalizar, segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2008): “[...] adulterar, corromper a natureza de; desnaturar; privar-se da nacionalidade e dos direitos adquiridos por naturalização; fazer perder ou perder a naturalidade; tornar-se afetado”. Optarei por transitar entre as definições de adulteração e corrupção da natureza de [algo], fazer perder a naturalidade e o tornar-se afetado. Este último, aliás, traz um sentido peculiar ao qual voltarei quando do tema do impacto social. Por ora, tentarei nos tornar afetados pelas desnaturalizações – ou, ao menos, afetados pela hesitação, no sentido de Stengers (2007), diante da naturalidade das “coisas”.

procurarei trazer ao relevo aquilo que, para alguns pesquisadores, permanece numa superfície “dada” – dada porque certos questionamentos são dispensáveis.

Ao partir dessa proposta, passei a conceber essa pesquisa em diálogo com o debate acerca da separação natureza/cultura. Se “a história humana é o produto contínuo dos diversos modos de relações humano-ambientais”, conforme proferiram Pálsson e Descola (2001:25), proponho debruçar-me sobre uma dentre tantas relações, apresentada sob a forma da atividade de extração de rochas. Como um “produto contínuo”, compreende-se a concepção dessas relações no tempo, tal como a extração se apresenta, tanto em seu aspecto artesanal, de longa duração, quanto no seu aspecto industrial, mais recente, como uma relação de destruição da natureza para a construção da cidade⁴. Desde as chamadas *antigas civilizações*, as pedras constituem-se como matéria-prima fundamental à edificação de vilas⁵ e cidades. Construções erguidas pelos gestos de quebra, lapidação, encaixe e sobreposição desse material tornaram-se símbolos da capacidade humana de dominar a natureza a seu redor – numa atividade milenar de confronto entre as mãos do homem e a fixidez da pedra.

A imagem da “atividade milenar” é referida aqui como uma forma de trazer à visibilidade a longa duração desse fenômeno, marcado, como procurarei elucidar nessa escrita, pela *invisibilidade* dos territórios nos quais se instalam as pedreiras, lócus de extração das pedras⁶. Às margens⁷ dos “centros urbanos”, como proclamam em tom normativo as

4 Natureza/cidade é uma das dicotomias que atravessam o presente estudo. Ao partir conceitualmente de outras tais como a de natureza/sociedade (Pálsson, 2001), natureza/cultura (Descola, 2005) e a proposição de Latour (2003) sobre naturezas-culturas procuro pensar as dissociações produzidas sobre e em torno do urbano. Levando em consideração que “a produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital” (Harvey, 2011:122), a cidade enquanto *acumulação do capital* aproxima-se da noção de cultura proposta por Roy Wagner quando a população melanésia estudada pelo antropólogo, os Daribi, refere-se ao Ocidente como o lugar (contexto) no qual se produz uma cultura da carga (da acumulação). É nesse sentido que proponho utilizar o termo cidade na presente dicotomia. Assim, a cidade estaria próxima de uma exacerbação da cultura.

5 Aqui, “vila” é utilizada como categoria de lugar (povoação) semelhante à cidade, embora menor. No decorrer da escrita, o termo vila carregará outros significados: para isso, ver nota de rodapé 27.

6 Ramos (1976: 34-36) define pedreira como “(1) o local onde a rocha é desmontada e transformada em pedra; (2) ao local onde são realizados os trabalhos em superfície ou céu aberto que tem por finalidade a obtenção de matéria-prima para a construção civil, definição própria aos campos da geologia e da engenharia; (3) segundo a ABNT (NB-28), pedreira refere-se a toda ocorrência de rocha de exploração industrial”. E, segundo Valverde, “pedreira” é o termo popular para designar as minerações de agregados (2001:02).

7 As ideias de margem e marginalidade aqui expostas referem-se (a) à marginalização dos sujeitos em relação aos seus direitos à cidade – embora constituam a ordem política e alguns habitantes do entorno da pedreira até participem dos mecanismos de acesso a direitos, como o orçamento participativo, esses direitos não são efetivadas de maneira plena; e (b) à marginalização enquanto invisibilização dos lugares onde vivem essas pessoas, por exemplo, através de estratégias técnicas de mitigação dos impactos oriundos da extração de rochas (tratarei disso no terceiro capítulo). Uma interessante revisão crítica a respeito das teorias da “marginalidade

associações de produtores de areia e brita e o Estado, as pedreiras localizam-se em regiões fronteiriças, nas bordas da cidade ainda que, ao mesmo tempo, sejam parte dela – lugar ambíguo, destinado ao “crescimento” da cidade, mas situado distante de suas regiões reconhecidas como “urbanizadas” (não por acaso, em Porto Alegre, a região onde está localizada a pedreira é referida pela historiografia oficial como parte do *rural*).

Cabe salientar que tal marginalidade se transforma ao longo do tempo, assim como se transformam os lugares de extração de pedras; as pedreiras tem certo tempo de exploração, o qual lhes é conferido geralmente através de regulação estatal⁸ e, assim, parecem migrar conforme migra a “cidade”, para que jamais se mantenham muito próximas das zonas “urbanizadas” (Valverde, 2001; Araújo Neto, 2006)⁹. Esse lugar marginal não refere-se apenas a certas regiões das cidades, mas aos próprios sujeitos que habitam esses lugares – marginalidades invisibilizadas que constituem a cidade como locus, por excelência, da “civilização”, constituída e alimentada pelo que reside nas margens do “civilizado”.

Se, como argumenta Latour (2003), o paradigma da modernidade seria a tentativa, jamais plenamente alcançada, de produzir separações, a cidade (moderna) é também tributária desse processo, seja como produto, seja como produtora¹⁰. Nessa busca, fabrica-se a segregação urbana e, junto a ela, a socioespacial e socioambiental. A cidade erguida sob o paradigma do progresso e da modernidade – agora transfigurados como “desenvolvimento” – procura separar aquilo que não é cidade. Mas o que não seria cidade?

Em 2010, finalizei meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, no qual tratei sobre os temas memória, bairro e cidade, tendo como problemática a constituição de uma “comunidade de trabalho” (Eckert, 1993) ligada à extração de pedras na cidade de Porto Alegre, e as narrativas sobre essa atividade. À época, o

urbana” é feita por Oliven (1980).

⁸ Ou, quando não havia uma regulação estatal apropriada (caso de pedreiras de Porto Alegre que iniciaram suas atividades entre o final do século XIX e início do século XX), a introdução paulatina da legislação acaba por regular, muitas vezes, o fechamento das pedreiras, ainda que não tivesse existido regulações para sua abertura.

⁹ Assim como se produz, na cidade, o afastamento das “favelas” em decorrência das separações entre classes sociais (Zaluar, 1985), produz-se também, o afastamento dos lugares onde se instalam as pedreiras. Tratarei disso no capítulo 2.

¹⁰ Na mesma linha, Palsson (2001) argumenta que a dicotomia natureza-sociedade é profundamente moderna, levando em consideração que essa distinção não era tão clara na Europa medieval.

enfoque da pesquisa se dava muito mais às memórias de um trabalho que já não mais existia no bairro (onde foi realizada a etnografia), e de como esse trabalho estava estritamente vinculado à construção da cidade: pedras que, do morro, migravam para outras localidades urbanas, a fim de edificar casas e edifícios, construir estradas e avenidas, bem como *ornamentar* tais construções.

As narrativas das famílias de antigos trabalhadores traziam com recorrência a relação entre o trabalho de extração de granito e a urbanização, embora outros moradores do bairro, à parte dessas redes familiares, não costumassem lembrar da existência dessa atividade no local. A edificação da cidade através do trabalho com a pedra era trazida nos relatos através de diferentes imagens da luta humana contra essa matéria *bruta* – a pedra esculpida, talhada, cortada, quebrada e implodida se transfigurava em diversas formas, fundamentais para erigir e “embelezar” a(s) cidade(s). Entre as redes de habitantes mais próximas e mais distantes da atividade de extração de pedras, constituía-se uma polêmica de imagens que falava tanto dessa estreita relação com a urbe, quanto de uma certa invisibilidade desses espaços onde se praticava esse trabalho – mesmo com a presença das extensas cavidades alaranjadas que a povoavam, a paisagem da montanha se sobrepunha à *paisagem lunar*¹¹ das pedreiras.

A etnografia realizada entre 2008 e 2010 durante a graduação, permitiu conhecer, através das lembranças narradas pelos sujeitos da pesquisa, o cotidiano de trabalho na pedreira localizada no bairro Tristeza e as sociabilidades vividas nas redes familiares e de vizinhança. Situado na zona sul da cidade de Porto Alegre, Tristeza é apresentado por historiadores e cronistas locais como um bairro que iniciou sua urbanização entre o final do século XIX e início do século XX, também influenciado pela instalação de pedreiras e, conseqüentemente, da instalação de eletricidade (necessária à atividade de extração) e construção de vias para carregamento das pedras. Outras pedreiras habitaram bairros dessa região – por vezes com atividades concomitantes e, em outros casos, a partir do fechamento de um dos locais se instaurava a necessidade de abrir outro. Ainda que parte da história local faça referência a essa atividade, a maioria das crônicas e reportagens de periódicos locais refere-se à Tristeza como um *bairro de veraneio*, semelhante a outros da zona sul da cidade,

11 Foi assim que Eduardo Galeano (1978) descreveu as minas – de estanho, de prata, de ouro, carvão – em Veias Abertas da América Latina. Minas que ora eram expressas como crateras lembrando uma paisagem lunar, ora eram a expressão de um dente cariado: negras e esburacadas. Agradeço, aqui, ao prof. Bernardo Lewgoy pela sugestão.

tais como Pedra Redonda e Ipanema¹². A partir dessa pesquisa, passei a me questionar sobre certa *invisibilidade* que permeava o trabalho nas pedreiras, crateras no interior de extensos morros ocultadas pelas narrativas da historiografia local. Nesse sentido, tal invisibilidade referia-se não só à paisagem, mas às memórias e às histórias de vida daqueles que viviam desse trabalho e moravam no entorno das pedreiras¹³.

A pesquisa de graduação em torno das memórias de uma comunidade de trabalho seguia a linha de estudos antropológicos sobre mineração, especialmente os desenvolvidos na década de 1980, que problematizaram a constituição de uma “cultura mineira” (Inês Fonseca, 2006) a partir do dueto moradia-trabalho dos mineiros e suas famílias. No que concerne a mineração, quando tomada como objeto pelos estudos antropológicos, cabe salientar uma relativa gama de pesquisas realizadas em torno das minerações de carvão, ferro e outros minérios como estanho, prata e ouro (Ciocari, 2010; Eckert, 1985, 1993; Minayo, 1986, 2004; Taussig, 2010 entre outros), especialmente sob a ótica da antropologia do trabalho, produto também de contexto histórico da disciplina, a qual trazia uma forte herança marxista, reproduzida largamente na década de 1970 nas ciências sociais, com ressonâncias na década posterior¹⁴.

De certa forma, era próximo também dos estudos em torno da extração de pedras (seja artesanal, seja industrial) o enfoque sobre o tema trabalho. A extração de pedras (e as relações sociais a ela implicadas) tem sido investigada por diferentes eixos: na Psicologia Social sobressaltam pesquisas sobre saúde do trabalhador (Moulin, 2006; 2007), especialmente devido aos altos índices de doenças – e mortes – ligadas a essa atividade. No âmbito das

12 Mesmo periódicos atuais, como o Jornal Zero Hora que, através de uma edição semanal e regionalizada – ZH Zona Sul – resgata memórias acerca desses lugares, narra muito mais a prática de veraneio a beira do rio como própria dessa região e do bairro Tristeza. A pesquisa documental foi realizada principalmente nos anos de 2008 e 2009, tendo acompanhado algumas edições em 2010 (ano de escrita do trabalho de conclusão de curso).

13 Cabe salientar que, em contato com as diversas narrativas dos habitantes do referido bairro, uma família emergiu como fundadora do bairro e, ainda que se falasse dela enquanto família e de um de seus membros como o médico da região, raramente a associavam ao trabalho que lhe permitiu residir no local: o primeiro imigrante da família Pellin em Porto Alegre, Bazílio Pellin, recebeu “terras inférteis” da prefeitura para exercer a atividade de extração de granito (informações concedidas por um membro da família).

14 A pesquisa de Marta Ciocari (2010), bastante recente se comparada a outras etnografias clássicas sobre minerações, traz uma concepção do trabalho mineiro a partir, especialmente, da noção de honra e do “gosto da mina” – o enfoque nas trajetórias e biografias dos trabalhadores permanece em consonância com estudos anteriores enquadrados sob a temática do trabalho. A autora coloca-se nesse campo de estudos ao afirmar seu interesse em torno de uma “cultura operária”, uma “cultura popular urbana” ou “estudos de comunidades” no sentido de valorizar a continuidade de pesquisas sobre operários (em referência a autores franceses que apontaram o fim desse tipo de trabalhador, o que ainda gera, especialmente no contexto sociológico francês, debates sobre a existência ou não do operariado).

ciências humanas também ocorre o diálogo com a questão dos riscos (Triginelli e Cunha, 2011), assim como os temas memória e trabalho de graniteiros e quebradores de pedra no campo da História (Zanelatto e Serafim, 2010). Na geologia, trabalhos como o de Enio Ramos (1976) discutem a formação geológica de uma região (neste caso, no Rio Grande do Sul) com descrição detalhada dos tipos de rocha e procedimentos de trabalho e, no instituto de Geociências da UFRGS, há estudos sobre a “memória geológica” da cidade de Porto Alegre, tecendo uma relação entre seu patrimônio histórico e a formação granítica de seu solo (Philipp et al, 2009), enquanto outras pesquisas mais recentes, não restritas à um país ou região, tem debatido os impactos ambientais próprios desse tipo de atividade mineradora, com vistas à sua mitigação (Araujo Neto, 2006).

No entanto, na antropologia, se comparada às áreas acima descritas, é menos comum encontrar uma pesquisa que tenha se debruçado sobre esse tipo de mineração, a de extração de rochas. Uma exceção é o trabalho de Matías Garcés (2008) acerca da relação entre as pedreiras de caráter artesanal, seus trabalhadores e a preservação do patrimônio social e cultural aí associado¹⁵. O antropólogo, que conduziu sua pesquisa na região metropolitana de Santiago (Chile), também reconhece a insuficiência de estudos antropológicos em torno dessa exploração mineral, particularmente em relação à extração artesanal de rochas ornamentais¹⁶. Ainda no que concerne a disciplina antropológica, Miguel Vale de Almeida (1996) desenvolveu uma pesquisa com trabalhadores de pedreiras, os cabouqueiros, a partir de questionamentos ligados à gênero e masculinidade.

Desde 2010 em contato com bibliografias clássicas da linha de estudos do trabalho, como andamento da pesquisa para o mestrado iniciado em 2011, direcionei o olhar para um universo (empírico) contemplado por uma pedreira em atividade, diferentes daquelas já

15 Sobre esse ponto, voltarei no segundo capítulo para pensar o contexto etnográfico de minha pesquisa – uma pedreira em atividade e outra desativada, esta como objeto de compensação do passivo ambiental por parte da atual mineradora.

16 Cabe ressaltar dois aspectos que diferenciam as explorações minerais estudadas por Garcés e por mim: ele trata de pedreiras artesanais ligadas ao setor de rochas ornamentais; eu trato de uma pedreira de caráter industrial no setor de agregados para a construção civil. Ainda que tanto as rochas ornamentais quanto os agregados sejam utilizados pela indústria da construção, a economia mineral reserva setores diferentes para cada um, também devido às formas de extração, produção e uso – os agregados seriam a base, enquanto as rochas ornamentais, o revestimento das construções. Disso, resulta que as informações estatísticas vem igualmente divididas por setores. Aqui, me apropriei dos discursos em torno dos produtores de agregados em função do contexto etnográfico: uma mineradora que produz rocha britada.

desativadas no bairro Tristeza, a fim de investigar o tema do trabalho na extração de pedras, ao invés das memórias de trabalhadores quando esse já não mais existia¹⁷.

Trata-se de uma região no interior do bairro Lomba do Pinheiro, na zona leste de Porto Alegre, onde a extração de pedras ocorre há cerca de quarenta anos (*vide* Figura 2 – Lugares de Pedreiras), primeiramente numa pedreira menor, já desativada, da qual a exploração migrou para outra parcela do morro, próxima à desativada área – e a empresa mineradora teria se apropriado da extinta mina para fins de compensação ambiental¹⁸.

Num percurso iniciado nas *margens* da pedreira, ou seja, nas ruas que a contornam, dada uma dificuldade para acessar a empresa mineradora (como descreverei adiante), deparei-me com um cotidiano constantemente *afetado* pelo funcionamento da pedreira – as diferenças entre o interesse da mineradora naquele local e o interesse de moradores enquanto habitantes do lugar, a pavimentação de certas ruas em detrimento de outras em função dos itinerários de caminhões abastecidos pela pedreira, as diferentes concepções sobre o lugar dela na relação entre a empresa e os habitantes do entorno, assim como as representações sobre natureza e meio ambiente¹⁹.

Ao longo da relação entre o que eu havia proposto estudar como meu tema de mestrado e aquilo que o campo “me dizia”, as perguntas se deslocaram. Diria, na verdade, que não entrar na empresa foi crucial para o deslocamento da perspectiva e, além das tentativas frustradas, talvez houvesse uma resistência minha em entrar na mineradora, à semelhança da resistência de Florence Weber (2009) para entrar na metalúrgica de Montbard, pequena cidade monoindustrial, localizada no nordeste da França, onde realizou sua etnografia na década de 1980.

17 Inês Fonseca (2006), a partir de sua pesquisa sobre mineiros de Aljustrel (região sul de Portugal), afirma que na fase atual dos estudos antropológicos em torno da mineração os questionamentos se dirigem não aos aspectos culturais relacionadas a uma mesma atividade econômica que abarca uma ou mais comunidades, mas ao fim da atividade mineral e a necessidade de problematizar o futuro daqueles que, outrora, dela sobreviveram. Nesse processo, afirma a autora, a antropologia teria se deparado com o possível desaparecimento de seu objeto de estudos e que passa então a investigar a patrimonialização da cultura em termos de “salvaguarda da identidade mineira”. Outras pesquisas seguem essa linha, como a de Eckert (1993) diante do fim da mineração de carvão numa cidade francesa.

18 A mina desativada foi adquirida pela mineradora para que esta realizasse a compensação ambiental exigida pela legislação. Voltarei a isso quando da descrição da “usina de reciclagem de material para construção civil”, no segundo capítulo.

19 Refiro-me tanto à natureza quanto ao meio ambiente pois ambas as noções estiveram presentes nas falas das pessoas com quem conversei.

A entrada na empresa era condizente com aquilo que buscava estudar, o trabalho. Na primeira visita realizada, ouvi de uma funcionária que a entrada na mina, propriamente, seria difícil, mas conhecer funcionários e suas trajetórias certamente seria mais fácil. Ela tinha razão. Nos diálogos com habitantes do entorno da pedreira, a dificuldade da entrada lhes parecia óbvia. Mesmo assim, telefonei e enviei e-mails para um dos gerentes, o responsável por autorizar minha pesquisa. Em uma das tentativas, durante um dia inteiro, telefonei diversas vezes, nos horários informados pelos funcionários como apropriado para encontrá-lo (“ele volta tal hora” e “eu te passo o ramal e tu liga direto”). Ao final, fui atendida por um secretário de voz gentil que graciosamente comentou “mas hoje tu anda com azar! Ele acabou de sair!”. O azar me acompanharia por muito tempo.

Esperei alguns dias para retornar os telefonemas e só depois de mais algumas tentativas (frustradas) percebi que deveria mudar a estratégia: ao invés de já iniciar o diálogo – com quem quer que seja, já que não era o funcionário com quem eu deveria falar, mas um mediador – me apresentando e apresentando a pesquisa, deveria ligar e pedir por seu nome, diretamente, como se já o conhecesse. Então o fiz e pela primeira vez consegui falar com aquele que seria responsável por permitir minha entrada na empresa. Falei-lhe dos e-mails enviados e esbocei uma apresentação da pesquisa; ele, num português com sotaque de “gringo da serra”²⁰ dizia jamais ter recebido um e-mail meu (ainda que tenhamos constatado que os dados do correio eletrônico estavam corretos). De toda forma, combinamos que eu reencaminharia e ele me responderia, mas ele jamais retornou. Após exaustos telefonemas e mais um e outro reencaminhamento de e-mail, desisti. Percebi, ao fim, que não era dos gerentes que eu queria ouvir as histórias da exploração mineral naquele lugar.

Diante desse e de outros descaminhos, como a própria declinação de orientação por parte de minha ex-orientadora após uma paralisação realizada pela minha turma de mestrado²¹, passei a conceber um novo viés de pesquisa que também me parecia mais

20 No Rio Grande do Sul, a expressão “gringo(a)” é mais amplamente utilizada por alemães para denominarem os italianos. Aqui, no meu desconhecimento quanto à ascendência exata do homem que me atendeu, uso como denotação geral, aplicável a várias nacionalidades (ou descendências). No estado, é comum associarmos a procedência das pessoas à sonoridade dos sotaques, particularmente em relação aos imigrantes italianos e alemães, muitos dos quais foram habitar na região da serra (quando da imigração).

21 Na primeira semana de novembro de 2011, em razão de uma série de descontentamentos quanto às exigências acadêmicas de produtividade e precárias condições tanto materiais (falta de bolsa) como psicológicas (excesso de cobrança, minoridade moral), os vinte e um mestrandos ingressos em 2011 no PPGAS-UFRGS decidiram fazer uma semana de greve, cujas repercussões foram de diversas ordens – incluindo a declinação de orientação

próximo daquilo que o campo me provocava. No decorrer da etnografia, parecia-me convencer de que me deter no tema do trabalho e da constituição do sujeito trabalhador, do cotidiano de riscos e acidentes de trabalho, das trajetórias que envolvem a clássica migração campo-cidade, poderia-me distanciar, por exemplo, de problematizar esses riscos que envolvem não apenas trabalhadores, mas também os habitantes do entorno da pedreira. No entanto, cabe ressaltar que não se trata de desconsiderar a relevância dos estudos que têm como foco os riscos no trabalho, tal como o estudo desenvolvido por Moulin (2006) em Cachoeiro do Itapemirim, cidade do estado do Espírito Santo que configura como principal produtor e exportador de mármore do país. Na pesquisa, a autora salientou o caráter banal dos acidentes e fatalidades ocorridas nessa atividade, de maneira que os trabalhadores e seus familiares passem a conceber a própria morte como algo da ordem do cotidiano, do ordinário; ou seja, passam a conviver com ela não apenas como algo previsível (que abarcaria todos nós), mas como algo da ordem do dia a dia e do esperado.

A questão, portanto, está relacionada ao meu trajeto e de como eu passei a pensar, desde as conversas com habitantes do entorno da pedreira, não mais no trabalho mas no cotidiano das interações entre trabalhadores e moradores, mediados pelas diversas relações que estabelecem entre si, com a “pedreira” e com o ambiente. Foi a partir disso que redirecionei a problemática em torno do risco e dos impactos socioambientais provocados pela atividade mineral em termos das “tensões do lugar” (Zhourri, 2011) no que concerne às desigualdades de poder entre os que residem ou trabalham nessa região e a empresa mineradora. Há um estreito diálogo com bibliografias do campo dos conflitos (socio)ambientais (Zhourri, 2010;2012, Acsegrad, 2005; Pádua, 1999), ainda que eu tenha procurado tratar dos atravessamentos entre tensão, risco e desigualdade.

Se a natureza evoca algo de *global* no desenvolvimento das disciplinas que a problematizam, principalmente as reflexões da história e da sociologia ambiental desde a década de 1970, considero relevante pensarmos sobre as localizações-localidades das explorações da terra no sentido das diferentes e *desiguais paisagens* que constituem a *cidade*. Nessa linha, Escobar (2005), ao trazer Dirlik e Lefebvre, nos fala do lugar como “espaço

por parte de minha então orientadora, à época coordenadora do Programa de Pós-Graduação. É impossível, para mim, deixar de citar essa informação, dada a centralidade que as repercussões desse fato tiveram tanto na minha trajetória enquanto pós-graduanda, como no meu próprio conceito do que é e pra que serve o estudo da Antropologia enquanto área do conhecimento.

vivido e enraizado”, e é nesse sentido que gostaria de trazer esses “entornos” onde estão situadas as pedreiras, embora não esteja, como no caso de muitos autores que lidam com a perspectiva do conhecimento local (conhecimento tradicional ou modelo local nos termos de Escobar), trabalhando diretamente com aquilo que antropólogos chamariam de “populações tradicionais²²” (Cunha, Almeida, 2004).

Essas reflexões, entretanto, não dizem respeito tão somente aos trajetos de campo, mas aos vaivéns entre este e as escritas com as quais eu venho me deparando desde que comecei a tentar compreender o que é a extração de rochas e os sujeitos implicados nessa atividade. Como toda extração mineral, essa também é perpassada por um “conhecimento tecnocientífico” (Pálsson, 2001), do qual fazem parte Estado e Ciência, sem uma exata dissociação entre um e outro, que estimula a continuidade e o aumento da exploração mineral. Ao ser afetada pela imponência da retórica desenvolvimentista presente nesse setor da “economia mineral”, não pude deixar de confrontá-la à experiência cotidiana de campo com o que perpassa e impõe a existência de uma pedreira naquele lugar. Nesse sentido, a ideia da cidade como o “teatro de uma guerra de relatos” (De Certeau, 1997:201) se faz aqui fundamental.

Os discursos que legitimam a extração de pedras, para além e apesar de seu impacto (socio)ambiental²³, emergem da conjunção de diversos campos tecnocientíficos, a partir dos quais constrói-se a ideia de que a cidade necessita da matéria-prima (areia, pedra) mas coloca-se contra a atividade mineral, o que dificulta a prática da mineração – a restritiva legislação ambiental, fundamentada no “estigma contra minerações” presente na sociedade, impossibilita a instalação de minas e, conseqüentemente, a servidão dos materiais ao desenvolvimento das

22 Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida definem populações tradicionais como “grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (por meio de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (ibid:198). Embora entre os habitantes do entorno da pedreira com os quais conversei seja possível afirmar que há uma espécie de “conservação ambiental” (na medida em que procurar “manter” em suas casas a “natureza” e/ou a “mata nativa”), não pareceu-me que eles estão configurados como grupos em vias de conquistar uma identidade pública reconhecida seja pelo baixo impacto, seja pelas formas equitativas de organização social.

23 Acrescento o termo *socio* ao ambiental no sentido de recuperar as noções de impacto social e temporal (Sigaud, 1986 *apud* Vainer, 2008), assim como problematizar a dissociação natureza/cultura na cidade e de que forma é possível pensar as desigualdades socioambientais (Zhour, 2010; Padua, 1999) entre populações que habitam regiões periféricas nas metrópoles.

idades²⁴. É a partir desse discurso que os setores diretamente envolvidos com a extração/produção de agregados²⁵ constituem sua argumentação – através de revistas técnicas, artigos científicos e comunicações de órgãos governamentais. Tais discursos legitimadores podem ser aproximados à perspectiva de Taks e Foladori (2004:332) sobre a concepção de natureza: “a definição do que é natureza – delimitação básica para a ação técnica sobre o ambiente – depende dos conflitos sociais e do poder ideológico”.

Nessa linha, a proposta desta pesquisa, ao levar em consideração as práticas para além dos discursos, ou seja, ao se debruçar sobre a ordem do ordinário/do cotidiano, adere à ideia de que a antropologia, como afirmam esses autores, deve preocupar-se em “abalar os argumentos tecnicistas”. E, ainda que Taks e Foladori estejam constantemente se referindo a contextos onde é reconhecido como “conhecimento tradicional” o conhecimento indígena, nos cabe pensar esse diálogo em outros contextos, como os dos habitantes da cidade afetados (mais) diretamente pelos impactos sociais e ambientais de pedreiras (e, mesmo, outros tipos de exploração mineral).

Dessa forma, podemos conceber diferentes esferas que engendram o universo desta pesquisa. A retórica desenvolvimentista perpassa a atividade de extração de rochas como um “pano de fundo”; uma série de argumentos são partilhados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e pela Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (ANEPAC) quando se referem à necessidade de tal atividade no país. Ao analisar etnograficamente esses discursos, passei a me indagar sobre as “estratégias retóricas” (Hannigan, 2009) que perpassam as falas desses atores, que legitimam e incentivam tal atividade. E, ao conceber a constituição de “espaços praticados” (De Certeau, 1998) que englobam as pedreiras, me aproximei do cotidiano daqueles que habitam seu entorno. Se, como tenho observado, esse pano de fundo é amplamente constituído pela *escrita* de certos campos tecnocientíficos, dirigir a etnografia para o cotidiano das relações em torno de uma pedreira é dar atenção àquilo que transcende e desestabiliza o universo da racionalidade científica: o ordinário. Nas palavras de De Certeau,

24 O termo *estigma contra minerações* foi utilizado pela ANEPAC e, frequentemente reiterado pelo geólogo presidente da associação, reproduz a ideia de que esse preconceito é lugar-comum na sociedade.

25 Os agregados para a construção civil são produtos extraídos de minerações como pedreiras, sendo os mais comuns areia e rocha britada. Sobre isso, ver 1.3 O Lugar das Pedreiras sob o discurso técnico.

A oralidade constitui também o espaço essencial da comunidade. Numa sociedade não existe comunicação sem oralidade, mesmo quando esta sociedade dá grande espaço à escrita para a memorização da tradição ou para a circulação do saber. [...] A oralidade está em toda parte, porque a conversação se insinua em todo lugar; ela organiza a família e a rua, o trabalho na empresa e a pesquisa nos laboratórios. (De Certeau, 1997:336-337)

Nesse sentido, aproprio-me da técnica de observação participante como forma de captar tanto as falas, quanto “aquilo que um hermenauta chamaria *excedente de sentido*, isto é, as significações – por conseguinte, os dados – que escapam a quaisquer metodologias de pretensão nomológica” (Cardoso de Oliveira, 2000:24).

A ênfase sobre a observação participante tem justamente esse sentido, em que importa também captar a infinitude de *não ditos* transmitidos pelos gestos e pelos olhares. A ela esteve aliada a busca por conhecer as trajetórias sociais das pessoas que habitam esse lugar sem, entretanto, revelá-las de maneira extensa. Ainda, no que tange a técnica de observação participante no seio de uma Antropologia de sociedades complexas, Ruben Oliven (2007) ressalta que

É talvez através da observação participante (ou da participação observante) que se tem a possibilidade de analisar, por exemplo, a dimensão da dominação no cotidiano e perceber como a cultura reflete e medeia as contradições de uma sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo mas como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais. É observando os acontecimentos corriqueiros e cotidianos que a Antropologia pode construir novas interpretações, uma vez que o trabalho de campo tem um papel central no desenvolvimento da teoria antropológica. (ibid:14)

Nesse sentido, procurei conhecer parte do cotidiano de pessoas que habitam o entorno da pedreira no intuito de problematizar a convivência já corriqueira, às vezes banalizada, com a mina (ou “firma”) e a extração de rochas. As conversas dirigiram-se a questões muitas vezes da ordem do banal, embora não naturalizada e, portanto, não necessariamente aceita.

Na tentativa de preservar a identidade daqueles e daquelas com quem conversei, substituí seus nomes e ocultei parte de suas histórias pessoais. Num lugar onde “todo mundo se conhece” e nem tudo se pode dizer, já que há ali uma empresa na qual muitos moradores trabalham ou já trabalharam, esses recursos me pareceram fundamentais. Ademais, em certos momentos, faço uso da estratégia de Cecília Minayo (2004) com os relatos de seus informantes quando, por exemplo, a autora faz referência apenas à função exercida pelo trabalhador, sem nomes (nem fictícios), sem idade. Se perguntássemos “quem disse isso?”

para as falas aqui descritas, eu responderia “alguém”; alguém capaz de revelar o vivido no entorno de uma pedreira.

Dessa forma, “como é habitar o entorno de uma pedreira?” é a pergunta que guia essa pesquisa. Reconfigurada de outras maneiras, tais como “qual a relação que vocês tem com a pedreira?”, ou “como é morar aqui?”, a pergunta conduziu as interações com as pessoas que pacientemente conversaram comigo. A pedreira produz um material de suma relevância para a construção da cidade, ou seja, naquele lugar se produz algo que constitui a “realidade física da cidade” (Philipp *et al.*, 2009). Entre o físico e o social, estabelece-se uma outra relação, que complementa aquela entre as pessoas e a pedreira, qual seja, a relação entre as pessoas e a cidade. Assim, três termos formam essa relação: a *pedreira* (local onde, da rocha, se produz a pedra), as *pessoas* (que habitam o entorno da pedreira como moradoras, trabalhadoras ou transeuntes naquele local) e a *cidade* (espaço que se nutre de pessoas e pedras para tornar-se cidade). O quarto termo possível, a *pedra*, flui por essas relações.

Essa tríplice relação aparece através de diferentes temas no contexto etnográfico: natureza e meio ambiente, segregação urbana e socioespacial, risco e impacto social, conflito e poder – as conexões binárias são propositais, já que fundamentadas na etnografia. As tensões sociais revelam-se na convivência entre tantas pessoas que moram num lugar onde “todo mundo se conhece” e que as perspectivas se confrontam. Há aqui uma busca pelo “perspectivismo” no sentido trazido por Bourdieu em *A Miséria do Mundo*: dos pontos de vista incompatíveis e coexistentes, “às vezes diretamente concorrentes” (2011:12). Perspectivas daqueles que habitam o entorno da pedreira acerca de sua relação com ela e com a cidade, seja como habitante, trabalhador(a), morador(a).

Três grandes eixos perpassam a presente pesquisa. O primeiro refere-se ao tema *cidade*, e foi desde esse ponto que procurei dialogar com a antropologia urbana, assim como com a geografia e os documentos institucionais (técnicos) publicados pelo DNPM e por associações de produtores de agregados, para problematizar a noção mobilizada por esses. O segundo concerne a *mineração*, campo já exaustivamente trabalhado pela antropologia que buscou conhecer a cultura mineira. O terceiro eixo é o atravessamento da questão ambiental, o que Cioccarri (2010) chamou de “as novas questões” em torno da mineração. Nesse sentido, busquei dar seguimento a campos de estudos já “clássicos” (cidade, mineração) tentando

agregar novas problematizações, de maneira que seja possível debater a atividade mineradora – e, particularmente, uma mineração ainda pouco trabalhada – a partir do reconhecimento de que não houve o fim da atividade mineira (ou da cultura mineira), mas de que ela segue continuamente em diversos lugares e sob (nem tão) renovadas legislações²⁶ que demandam também um novo olhar das ciências sociais.

O primeiro capítulo trata de aspectos mais amplos sobre a atividade de extração de rochas (neste caso, agregados para a construção civil) para então, a partir de designações *tecniconormativas* sobre onde devem ser instaladas as pedreiras, problematizar o lugar das pedreiras na cidade. Início, no entanto, com uma digressão a respeito das condições materiais e simbólicas da produção do texto acadêmico a partir do relato de uma situação ocorrida em sala de aula quando era, eu, aluna de mestrado em Antropologia. Inspirada nas considerações de Tim Ingold (2011) sobre o *environment* no qual ele produziu suas obras e nas observações de Roberto DaMatta (1978) a respeito do “anthropological blues” - no que tange as condições de produção de pesquisa que, ao mesmo tempo, extrapolam o ambiente das referências bibliográficas e, ainda assim, permanecem alheias às nossas reflexões acadêmicas – gostaria de convidar o(a) leitor(a) a refletir sobre o atravessamento do *mundo acadêmico* em nossas escritas *acadêmicas*.

No segundo capítulo, detenho-me inicialmente num breve percurso historico-geográfico dos lugares onde foram instaladas pedreiras na cidade de Porto Alegre para, a partir daí, trazer as primeiras descrições-impressões a respeito da pedreira e da mineradora que fizeram parte do universo empírico dessa pesquisa. Através desse percurso no decorrer do tempo e do espaço da cidade, busco compreender como, embora estejam continuamente em deslocamento os centros, as periferias e as fronteiras, os lugares destinados às instalações das pedreiras – e das populações que nelas trabalham ou que vivem em seus arredores – são objetos de constantes afastamentos do que tem se entendido como “urbano”.

26 Refiro-me particularmente à legislação ambiental, ainda nova na constituição brasileira, e ao recente debate sobre a reformulação do código mineral (assim como de vários outros códigos). Aspectos, como esse, em torno da mineração ainda merece um olhar mais aprofundado por parte das ciências sociais. Sobre as renovações dos diversos códigos brasileiros no contexto desenvolvimentista atual, há a palestra de Alfredo Wagner na Reunião Brasileira de Antropologia de 2011. Sobre a reformulação do código mineral, ver Rodrigo Santos (2012) e Malerba *et al* (2012).

O terceiro capítulo é o lugar, por excelência, de aproximação com as pessoas que habitam o entorno da pedreira a fim de desenvolver questionamentos sobre como é vivido esse lugar, desde as concepções sobre risco, poluição, bem como as perspectivas locais em torno do que é natureza e meio ambiente, sem esquecer as desigualdades socioambientais que atravessam as relações entre habitantes e mineradora.

Parto da ideia desenvolvida por Leite Lopes (2006), e lembrada por Cioccarri (2010), de que as categorias “risco”, “perigo” e “poluição” são construídas em realidades locais. O autor traz como um dos exemplos o caso de um “conflito social local” em Contagem, Minas Gerais, onde a população posicionou-se contra a poluição produzida por uma fábrica de cimento, o que culminou no fechamento desta, além da criação do “decreto-lei de 1975” conhecido como “decreto da poluição”. Dessa forma, elucidando como uma categoria local pode ser apropriada em âmbito federal quando da “normatização” do “meio ambiente”.

Ao refletir sobre o âmbito público em torno da questão ambiental, especialmente em relação à comissões e audiências públicas surgidas dos conflitos, o autor revela que

(...) os grupos populares se apropriam criativamente de questões e categorias “ambientais” e “externas” ao seu universo habitual, como população pobre “atingida” ou vulnerável. Grupos como pescadores, trabalhadores rurais, “povos da floresta”, operários preocupados com a “saúde do trabalhador” apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos com seus eventuais oponentes. (ibid:48)

Essas formas de “reapropriação da linguagem ambiental” também foram estudadas por outro(a)s autore(a)s, tais como Carlos Vainer (2008), Andrea Zhouri e Raquel Oliveira (2010) quando do estudo de conflitos socioambientais. No caso de minha pesquisa, deparei-me com a utilização de categorias usuais em discussões sobre meio ambiente/natureza sob a forma não de um conflito público (no sentido de sua judicialização) mas de uma espécie de confronto latente²⁷ no qual, através do diálogo estabelecido com a pesquisadora, os habitantes do entorno da pedreira revelaram seus pontos de vista acerca do “desmatamento” e das transformações de um certo lugar da cidade de Porto Alegre, particularmente a partir da instalação da mineradora.

27 Tendo em vista que não realizei etnografia em audiências públicas (como fez Leite Lopes) e tampouco a extração de rochas naquele local tem sido debatida nesse âmbito.

Em minha leitura, procurei aproximar o caráter *local* (ou *localizado*) de determinadas categorias, tais como “risco” e “poluição”, com a noção de “conhecimento local” no sentido proposto por Arturo Escobar (2005), ou seja, das narrativas alternativas a respeito de “desenvolvimento” e “natureza”. Dessa maneira, a partir de um certo lugar, procurei problematizar como a *retórica* desenvolvimentista torna-se *prática*.

Lacunas temporais constituíram o trabalho de campo e dizem respeito às disjunções que vivi no âmbito acadêmico. Dessa forma, posso dizer que realizei cinco saídas *exploratórias* no final de 2011, como um primeiro mapeamento do entorno da pedreira. O retorno a campo a partir dessas saídas deu-se em julho de 2012, estendendo-se à janeiro de 2013, período no qual realizei quinze visitas. Portanto, no total, foram vinte saídas de campo.

1 TENTANDO TIRAR LEITE DE PEDRA

Até onde sabemos, é possível a água verter por entre um rochedo (através de seus poros ou fraturas, dependendo do solo e das substâncias minerais que o constituem). Porém, ainda desconhecemos a possibilidade de verter *leite* de uma rocha, embora no reino vegetal haja um líquido análogo ao leite produzido pela vaca: a seiva, que está presente em plantas como a seringueira. Assim, sendo o *leite oriundo da vaca* (e, muitas vezes consumido pelos humanos) e seu análogo, *seiva, oriundo de vegetais*, parece-me que do reino mineral não existe possibilidade de extrair ou tirar leite – apesar, cabe salientar, de que em terras subterrâneas seja possível jorrar não apenas água, como petróleo, produto tão “essencial” para a sociedade ocidental moderna.

Dessa maneira, a expressão “tirar leite de pedra” é não só cômica, como trágica (permito-me aqui o clichê) e, por que não, desafiadora. Imagine-se, agora, tal frase proferida por alguém considerado um mestre e dirigida a alguém considerado(a) aprendiz, numa instituição de educação pública, num contexto, portanto, de ensino e aprendizado. Se parecia difícil, senão impossível, a extração desse líquido de um mineral, a forma como essa frase é ensinada na situação que descreverei a seguir significou, para mim, um acréscimo de dificuldade/impossibilidade – talvez seja redundante algo tornar-se “mais impossível” quando já é impossível, mas faço uso dessa exacerbação para auxiliar o(a) leitor(a) na compreensão do primeiro tópico deste capítulo. Daí em diante, admito que meu esforço nessa dissertação tem sido, em termos metafóricos e profundamente reais, “tirar leite de pedra”.

1.1 Como tirar leite de pedra? O início da pesquisa

No primeiro semestre de meu curso de mestrado, apresentei a (ainda incipiente) pesquisa em uma das disciplinas, pois tratava-se de uma aula destinada a proposições de ideias para nossas monografias. Em menos de dez minutos, regulados pelos relógios dos colegas, tínhamos de expor nossos temas.

Minha proposta de estudo, na busca de um diálogo entre antropologia do trabalho e antropologia econômica, se dava em torno do cotidiano e das relações de trabalho no contexto de uma atividade mineradora (no caso, a de extração de rochas ligadas à indústria da construção civil). A intenção era partir das retóricas econômicas – ou economicistas – de legitimação dessa atividade para problematizar os argumentos utilizados pela ideologia econômica na promoção e no contínuo e crescente investimento nesse setor da indústria mineral, apesar de seus impactos socioambientais.

Se, por um lado, as rochas britadas (pedras) são mercadorias de baixo valor unitário, por outro, são as mais consumidas mundialmente, devido à “necessidade” na construção civil – ou seja, “necessárias” ao “desenvolvimento”, segundo os discursos daqueles que produzem esse material. Nesse percurso do pensamento, também me intrigava a *criação do valor* das pedras pois este parecia estar naturalizado em explicações geológicas que tratam de questões tais como as de granulometria e porosidade. Em suma, tratava-se, sobremaneira, da desnaturalização da ideologia econômica a partir de um contexto etnográfico específico.

Após minha breve fala, o professor sugeriu que eu trabalhasse com pedras preciosas ao invés daquelas que eu havia proposto. Para corroborar sua sugestão, utilizou o exemplo de um dos alunos que se propunha estudar o mercado das obras de arte, pois elas, assim como as pedras preciosas, estavam imbuídas de uma carga simbólica que implicava o aumento de seu valor no mercado – ou seja, seria mais interessante lidar com esses objetos que, dado seu valor simbólico, acarretam altos valores econômicos e, a partir disso, problematizar o econômico e o simbólico (por exemplo, pela perspectiva de Marshall Sahlins, ou a problematização do gosto e do valor a partir de Bourdieu). Eu sabia que meu interesse estava direcionado a objetos/produtos/mercadorias de “pouco valor” na chamada “economia mineral”²⁸, no entanto não compreendia como isso poderia ser encarado como um motivo para não desenvolver uma pesquisa a respeito desses bens minerais.

28 A economia mineral refere-se à área do conhecimento na qual são aplicados os princípios econômicos relacionados à atividade mineral, compreendendo desde a avaliação da disponibilidade de recursos e custos (como o de transporte), quanto a análise e a formulação de políticas minerais (fonte: <http://www.drm.rj.gov.br/index.php/projetos-e-atividades/economia><http://www.drm.rj.gov.br/index.php/projetos-e-atividades/economia>. Acesso em 16/09/2012). O termo, utilizado pelo DNPM, acaba por englobar todas as atividades extrativas minerais, exceto petróleo e gás.

Argumentamos, cada um a seu modo. Ele permaneceu sem enxergar questionamentos relevantes, e mesmo a relevância de minha pesquisa. A mim, ele parecia estar concebendo uma relação direta entre alto valor simbólico → alto valor financeiro/econômico → mais relevância de objeto. Reiterou que eu mesma já havia respondido minha proposta de pesquisa, na medida em que também me perguntava sobre a criação do valor dessa matéria-prima e de como, apesar de seu baixo custo, desdobrava-se uma série de “relações humanas por trás das mercadorias” que me pareciam interessantes de serem investigadas – ora, o baixo valor é resultante do baixo custo e isto, segundo ele, era uma resposta suficiente. Entre minha incompreensão resistente e sua sugestão (infeliz), disse-me, em tom jocoso: “é, tu vai ter que tirar leite de pedra!”. Assim, pareceu-me que a (suposta) banalidade da pedra implicou a ilegitimidade, ou a deslegitimação, de meu estudo. Tal questão perpassou todo o meu trabalho – leitura, campo, escrita.

Trouxe esse relato como forma de dar relevância a outros aspectos ainda obliterados no “anthropological blues” (Da Matta, 1978) que atravessam a construção de nossa pesquisa e que tantas vezes permanecem fora de nossos textos acadêmicos. Uma forma de “sintetizar biografia e teoria” e voltar àquilo que esse autor considerou como problema fundamental da Antropologia, a “especificidade e relatividade” de cada experiência. Um esforço já debatido no campo antropológico e que está intimamente ligado aos dilemas éticos de pesquisadore(a)s – por exemplo, pesquisas nas quais foram debatidas a questão de gênero em campo.

Acredito, no entanto, que há outros dilemas, ou outras questões éticas imbricadas ao fazer antropológico e que ainda são pouco debatidas por nós. Enquanto nos apropriamos em grande medida em tecer reflexões sobre o “ético” e o “êmico” no trabalho de campo, de como conduzir nossas pesquisas em meio às desigualdades da relação pesquisador-pesquisado – reflexões que não devem deixar de ser um dos eixos essenciais da prática antropológica – não centramos nossos questionamentos sobre aquilo que está fora-de-campo, ou seja, fora das fronteiras espaciais do “campo” (por ex., no meu caso, o “campo”, ou mais apropriadamente,

o “universo empírico”, era uma vila²⁹ de Porto Alegre). Refiro-me aqui ao espaço da academia.

Outrora na disciplina antropológica diferenciámos a antropologia de gabinete e a antropologia que transcendia os muros desse gabinete (etnologia X etnografia). Parece-me que essa dissociação implicou uma ausência (ou ainda carece) de discussão a respeito do que ocorre no gabinete e de que maneira saímos dele para “enfrentar” o campo. Como nota Ingold (2011) e Steil e Carvalho ao revisitá-lo (2012), costumamos trabalhar nossas pesquisas com referências ao mundo das ideias, as bibliografias, mas pouco tratamos das condições materiais que englobam, e encompassam, nossos trabalhos. Dessa maneira, para além das referências bibliográficas, torna-se imprescindível discutir a condução de nossas pesquisas dentro e fora do campo, de como elas tem sido desenvolvidas tanto no interior dos muros da academia, quanto quando partimos para fora dele (e chegamos finalmente ao trabalho de campo, mesmo que esse campo seja no interior da própria universidade, como um laboratório científico).

É, portanto, na tentativa de *extrair* uma reflexão antropológica que teço essa escrita.

1.2 “Areia vale mais que ouro”

Além da pesquisa etnográfica desenvolvida no entorno da pedreira, realizei uma saída de campo no DNPM a fim de elaborar um mapeamento³⁰ dos locais, em Porto Alegre, onde existiram pedreiras. Eu já havia visitado o local uma única outra vez entre o final de 2010 e o início de 2011, quando fui informada por um funcionário que, para permitir a consulta aos arquivos, seria necessário um ofício da universidade contendo explicações sobre a pesquisa. Então, vários e vários meses depois retornei com o referido documento e pouca ou nenhuma noção de sua real viabilidade. Cheguei às 14h. O protocolo reabriria às 14h15, o que

29 Deste ponto em diante, o termo “vila” será utilizado como sinônimo de “favela”, tal como na linguagem corrente dos moradores de Porto Alegre, exceto para os casos de Vila Assunção e Vila Conceição, pois referem-se aos nomes dos bairros.

30 Apresento o mapeamento nos itens “1.4 O lugar das pedreiras sob o discurso técnico” e “2.1 O lugar das pedreiras na cidade – uma reflexão a partir de Porto Alegre”.

realmente se deu apenas às 14h30. Enquanto isso, eu alternava minha espera entre a cadeira da recepção e os vaivéns, em pé, próxima ao protocolo.

Ali, naquela espécie de antessala em frente à janela de atendimento, no início vazia, aos poucos chegaram homens, alguns bem jovens e aparentando ter minha idade, outros mais velhos. Conversavam como se já se conhecessem mas, como logo percebi, dentre os seis que ali estavam, dois haviam se conhecido naquele momento e só mantinham tanto assunto porque trabalhavam na mesma área – extração de areia e brita.

Eles falavam sobre licenciamento, tentativa de abertura de empresa nesse setor (englobando pavimentação e concreto), mudança de regime – este último eu não sabia do que se tratava, mas parecia estar relacionado ao “porte” da extração. Aquele que demandaria tal “mudança de regime” comentava com outro, que, pelos termos técnicos utilizados parecia ser geólogo, problemas em torno da propriedade de uma área onde já ocorria extração (problemas pelos quais passava o suposto proprietário, eles ainda levantavam algumas dúvidas sobre a propriedade total da referida área ou apenas parte dela ou, ainda, arrendamento e, por isso seria adequado solicitar a respectiva mudança no regime de extração). O outro explicava como devia proceder, numa explicação incompreensível para mim.

Enquanto debatiam, eu me perguntava sobre o que significariam essas dúvidas em relação à propriedade – como assim se certificar quem era o proprietário? Ele já não deveria estar certo disso? Será que eles se referiam apenas a arrendamento, ou seja, uma espécie de transferência temporária de propriedade da qual eles não tinham certeza se estava legalizada, ou era lugar-comum um suposto proprietário não possuir, de fato, propriedade de toda a área onde se faz a extração? Uma série de especulações que assim permaneceriam, pois não conversei com nenhum deles.

Em certo momento, chegou um senhor alto, de camisa branca e calça jeans, aparentando idade entre 40 e 50 anos. Trazia em mãos um polígrafo. Uma divisória composta por um balcão e vidro dividia o grupo de homens e eu, que permaneci do outro lado; eles na antessala, eu na recepção. Numa tentativa de aproximação, apoiei um dos braços sobre o balcão, sobre o qual também estavam aqueles papéis trazidos por ele. Os demais rapazes às vezes me olhavam, talvez com curiosidade, afinal, eu era a única mulher à espera e,

diferentemente deles, não conversava com ninguém. Eles, no entanto, encontravam assuntos em comum e trocavam experiências – realmente parecia que, entre os seis homens que ali estavam, todos trabalhavam com extração de brita e areia, pois falava-se apenas dessas substâncias minerais. Nem carvão, nem cobre, nem ametistas. Apenas brita e areia.

Embora soubesse que os agregados para a construção civil são os mais produzidos e mais consumidos, achava estranho falarem tanto e tão detidamente sobre isso, quando há tantos minérios existentes³¹ – bem, reconheço que, na verdade, eu não tinha qualquer noção da dinâmica do DNPM e talvez imaginasse encontrar conversas sobre outros tipos de exploração mineral ou mesmo não me deparar com qualquer requerimento sobre concessão de extração e seus derivados. Em meio aos pensamentos, lancei um olhar enviesado àquelas folhas sobre o balcão e o homem que as carregava, ao perceber minha curiosidade, retirou-o do meu campo de visão, o que me permitiu entrever apenas um nome, “CC Pavimentadora”.

Era cerca 14h30 quando o funcionário retornou e reiniciou o atendimento. No mesmo instante, a recepcionista me chamou: *moça, vem cá!* Perguntou-me se não seria mais interessante consultar a biblioteca para o caso da minha pesquisa. Embora perplexa, pois no site do DNPM constava um aviso de que a biblioteca estava fechada, concordei alegremente com sua sugestão. Então, por telefone, ela solicitou à bibliotecária que descesse para me atender. Poucos minutos depois, saiu do elevador uma 'menina' de cabelos escuros, à altura do ombro, e óculos de grau – a quem eu atribuiria o perfil de estudante não fosse o crachá que a definia como funcionária pública. Olhou rapidamente para os lados, à procura de alguém quando indaguei-lhe se era ela a bibliotecária. Sorridente, perguntou o que eu desejava pesquisar e pediu para eu acompanhá-la, já verbalizando suas (primeiras) reclamações do “sistema”: a lentidão da reforma da biblioteca, interdita após um vazamento de água que comprometeu parte do material acervado, e o difícil trabalho de recuperação desses materiais. A sala alternativa para a qual nos dirigimos estaria quase completamente vazia não fosse a presença de um solitário computador sobre uma mesa, num canto, próximo à parede.

31 Ainda, a produção significativa de carvão no Rio Grande do Sul, assim como a tentativa de reativar algumas dessas antigas minas – além da produção de ametistas e outras pedras preciosas que ocorrem no estado. Apesar disso, talvez a conversa entre eles estivesse me anunciando aquilo que eu ouviria mais tarde, como descreverei adiante.

Ao contar à bibliotecária sobre a ideia de mapeamento dos lugares onde existiram pedreiras no decorrer do tempo e do espaço de Porto Alegre, justamente para pensar transformações da cidade, ela me contou que, quando trabalhou no DNPM de Manaus, procuraram-na com a mesma intenção de pesquisa. Surpresa, fiz diversas perguntas para saber mais sobre quem eram, de que área, como era o estudo, mas ela tampouco sabia me esclarecer: também lá os arquivos eram desorganizados, embora menos se comparados aos de Porto Alegre, pois ela mesma havia os organizado. À época, ela havia indicado aos pesquisadores (que talvez fossem do curso de história da Universidade Federal do Amazonas, isso era tudo o que ela lembrava) outras instâncias e pessoas do DNPM – como também fez comigo.

Sentada em frente ao computador, do qual também reclamava devido à lentidão do aparelho, tentava me mostrar os anuários minerais publicados pelo referido órgão, capazes de mostrar um pouco daquilo que eu queria. Cheguei a mencionar que já os conhecia, mas sem frisar o comentário, já que possivelmente ela me mostraria dados ainda desconhecidos por mim. Quando finalmente conseguiu fazer o download de um anuário, ele abria numa extensão de arquivo que o computador não reconhecia – ao menos conseguimos ver a lista de anuários disponíveis na internet: de 1997 em diante. Do insucesso, navegou por outros itens do site para me mostrar o formulário a ser preenchido pelos pesquisadores que buscam consultar os arquivos do DNPM. O formulário, no entanto, também não pôde ser aberto, devido ao mesmo problema.

Diante da impossibilidade de downloads, ela decidiu apresentar-me o *sigmine*³², site gerido pelo DNPM que aglutina informações sobre mineração no território brasileiro, sob a forma de mapa. Este não precisaria passar por download, entretanto, pela quantidade de informações que contém, o carregamento dos dados necessita de um “certo tempo”, e ela já antevia que naquele computador demoraria ainda mais. Após sucessivas tentativas de acesso ao site, disse-me: “isso não é de praxe, mas vem cá! Vamos pra minha sala. Não dá pra trabalhar assim!”. Pegamos o elevador e fomos à sua sala de trabalho. Lá, ela me apresentou alguns de seus colegas que poderiam nos auxiliar – como o funcionário da área de estatística que, por sua vez, nos conduziu a outro, do setor de “controle de áreas”.

32 <http://sigmine.dnpm.gov.br>

Juntas, caminhamos em direção à outra sala, no mesmo andar. No entanto, antes de entrar, ela pediu-me para esperar no corredor, pois assim ela avaliaria com seu colega a possibilidade de consultá-lo. Durante breves minutos, conversou com os dois funcionários no interior da sala, e logo convidaram-me para entrar. Não pouparam questões à pesquisa, tentando definir o que exatamente eu queria ali – talvez nem eu soubesse. Finalizado o diálogo introdutório das diversas perguntas, um deles me convidou para observar o mapa sobre o qual ele trabalhava. Sentei-me ao seu lado. Na tela do computador, uma faixa retangular dividia, de leste a oeste a área que compreendia o Parque Delta do Jacuí. Cada retângulo significava um requerimento (de extração): eram vários, um ao lado do outro, contíguos, compondo a faixa. O funcionário, a todo momento, ressaltava: “isso é requerimento, não pode, é reserva, mas é requerimento (...) não pode, é reserva (...)”. Mesmo assim, o parque inteiro estava demarcado com esses retângulos. Ele salientava, em sua fala, o amplo interesse nesse tipo de extração, o que já havia sido mencionado pela bibliotecária pois, diferentemente de explorações minerais que exigem maior pesquisa para a descoberta da jazida³³, a extração de agregados, por sua abundância, não gera custo significativo (nem) na fase da pesquisa, o que faz com que os empresários mantenham-se constantemente interessados nesse setor, especialmente se nesse estado não há jazidas de alguns minerais preciosos.³⁴

De forma intermitente, ele me falava dos requerimentos e da preservação, das pedreiras inativas e em atividade que existiam no estado. Em meio a sutis risadas que pareciam denotar uma espécie de satisfação sobre o interesse minerário exibido naquele mapa, exclamou: “areia vale mais que ouro!”. Sem entender, afinal eu mesma havia aprendido, também através da fala daquele professor, que eram as pedras preciosas que *valiam* mais, permaneci quieta, e perplexa, à espera de uma explicação. Ao perceber meu olhar desconcertado, explicou: “ora, num estado como o nosso onde não tem exploração de ouro, o que mais vale é a areia [risos]. No Rio Grande do Sul, areia vale mais que ouro!”

33 Jazida é toda massa de substância mineral ou fóssil, encontrada em solo ou subsolo, que seja possível aproveitar economicamente. Já o termo “mina” refere-se à jazida em fase de “lavra”, ou seja, já na fase de exploração econômica, abrangendo tanto a mina quanto as instalações de extração e beneficiamento (Araujo Neto, 2006; Houaiss, 2009).

34 É também esse enorme interesse que implica a escassez de informações e materiais devidamente organizados no que tange o mapeamento da extração de agregados pois, diferentemente de outras substâncias minerais em que é o Estado quem pratica a pesquisa de jazidas desde o início, visto que quanto mais rara a substância, mais custoso o processo de pesquisa e lavra, para os agregados, em grande parte das vezes, são as próprias empresas que dão início à fase da “pesquisa”.

As ilegalidades na extração de areia no parque Delta do Jacuí³⁵ tornaram-se públicas em abril de 2013 quando uma investigação da Polícia Federal decretou a prisão (temporária) dos secretários municipal e estadual do Meio Ambiente, de um funcionário do DNPM, entre demais servidores públicos. A operação teria sido iniciada em junho de 2012, enquanto as primeiras denúncias ao Ministério Público Federal teriam sido encaminhadas ainda em 2005. Uma rede de irregularidades, composta por técnicos e políticos, que abarcava tanto o licenciamento ambiental da mineração quanto o licenciamento de empreendimentos imobiliários no estado do Rio Grande do Sul. Disso resultou a proibição da extração de areia nessa região, o que ocasionou uma situação de “escassez de areia e abundância de entulhos”³⁶.

Entre licenças concedidas através de processos fraudulentos e licenças expiradas, a mineração parece desenvolver-se sob constantes irregularidades, o que me provocou pensar numa espécie de *regular irregularidade da mineração*: sob a justificativa de um “bem comum”, transfigurado em bem de “interesse público e social”, capaz de trazer desenvolvimento a todos, a mineração instaura-se nos territórios a partir de interesses privados e ilegalidades correntes³⁷. A irregularidade, cotidiana, corriqueira e banal: seja em licenciamentos ambientais desrespeitados para dar cabo ao desenvolvimento, seja antes deles, as irregularidades no trabalho e na violação dos direitos de trabalhadores que jamais deixaram de existir.

1.4 O lugar das pedreiras sob o discurso técnico

35A investigação do Ministério Público Federal iniciou em 2005 a partir de uma denúncia da APTA – Associação de Pesquisas Técnicas e Ambientais. Embora haja significativas diferenças entre a extração de areia (leitos de rios) e brita (as pedreiras não estão necessariamente próximas ao rio), até em termos das populações envolvidas e afetadas, essa situação é “boa para pensar” o contexto de crescente demanda por agregados para a construção civil – visto que areia é uma das substâncias que compõe os chamados “agregados para a construção civil”. Os(as) empresários(as) do setor de extração de areia constituem o universo discursivo a que me refiro neste capítulo. No que concerne o caso da proibição da extração ilegal de areia no Rio Grande do Sul, em 2013, uma das reivindicações para que se permitisse novamente a extração no parque Delta do Jacuí era a de que a falta desse material acarretaria atraso nas obras públicas (muitas sendo realizadas em função da Copa de 2014).

36 Essa fala foi pronunciada por um membro da Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil (ABRICON) ao constatar a situação em que se encontrava Porto Alegre e o estado após a proibição da extração ilegal de areia.

37 O Plano Nacional de Agregados Minerados para Construção Civil (PNACC) tem como uma das diretrizes a “simplificação dos processos de licenciamento ambiental e mineral, como forma de promover a formalidade da produção desses bens minerais” (2008, s/p).

Os agregados para construção civil são os insumos minerais mais consumidos no mundo³⁸. No que tange a indústria mineral, o termo refere-se ao “segmento do setor mineral que produz matéria-prima bruta ou beneficiada de emprego imediato na indústria da construção civil” (DNPM, 2001:02). São constituídos, basicamente, por areia, rocha britada, saibro e cascalhos, extraídos de minerações como pedreiras e portos-de-areia. O concreto, composto por 80% de agregados em sua fabricação é, em volume, o segundo material mais consumido no mundo (sendo primeiro a água). Presentes nas composições tanto de cimento e concreto, quanto de asfalto, os agregados assumem sua importância na medida em que configuram a *base* da indústria da construção civil (DNPM, 2001; 2009)³⁹. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ressalta que mesmo que as tecnologias de construção incorporem (e já tenham incorporado) outras matérias-primas para a edificação, disso a arquitetura sustentável poderia fornecer exemplos, estas ainda estão longe de diminuir a produção e a demanda por agregados, dada a facilidade e o baixo custo da extração. Para o geólogo Enio Ramos (1976:42), as pedreiras tem grande importância econômica devido à sua intensa participação na construção civil e, assim, tanto no Brasil como noutros países, a extração de pedras torna-se fundamental.

Segundo o DNPM, em 2006, do total de minas no Brasil 86,1% eram de minerais destinados a cadeia produtiva da indústria de construção civil (amianto, areias, argilas, calcário, gipsita, rochas britadas e ornamentais). Destes, 745 são minas de areia, 654 de rochas britadas e cascalho, e 462 são de argila (DNPM, 2007:10), totalizando 70,5% do percentual acima referido⁴⁰. Conforme dados do Anuário Mineral do DNPM (2010), o Rio

38 As informações trazidas aqui são oriundas de documentos institucionais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (ANEPAC). O ferro também figura como um dos insumos minerais mais consumidos.

39 Cabe já ressaltar que a associação e inserção desse setor no campo da mineração, ou à economia mineral (termo utilizado pelo próprio Departamento Nacional de Produção Mineral), são referentes à forma como os agregados são apresentados nas publicações institucionais. Apesar de não se tratar da exploração de um minério, como ouro e ferro por exemplo, mas da exploração de rochas – compostos de minerais – a atividade está inserida economicamente nesse setor, desde a perspectiva do Estado.

40 Fonte: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=2102 (acesso em 06/06/2011). Nesta publicação, intitulada “Universo da Mineração Brasileira”, os autores apresentam o total de minas no país em 2006, 2.641; o percentual daquelas ligadas à indústria da construção civil e, em números absolutos, a quantidade de minas de agregados para a construção civil. Ou seja, se, como foi referido, os minerais ligados a essa indústria contemplam, por exemplo, o amianto, os chamados “agregados” são compostos por a) areia, b) rocha britada e cascalhos, c) argila. Assim, o cálculo realizado para chegar ao percentual de 70,5% foi o seguinte: minas de (a) + (b) + (c) multiplicado por 100 pontos percentuais, sobre o total de minas (em regra de três simples). Considerei importante salientar ao leitor pois os dados no referido documento

Grande do Sul é um dos cinco principais estados mineradores do país, sendo em 2011 o que apresentou maior número em registros de extração⁴¹.

Ainda, conforme dados do Cadastro Mineral do DNPM, em 2006 havia onze pedreiras em atividade na cidade de Porto Alegre, das quais cinco são de exploração de granito e as seis restantes, de extração de argila⁴². Entre essas e as inativas⁴³, são os materiais extraídos: (a) granito para brita, do qual existem sete minas desativadas e duas em atividade, (b) saibro de granito, do qual são vinte e uma minas abandonadas (ou desativadas) e uma em atividade, (c) granito para pedra de talhe, do qual constam cinco desativadas, duas em funcionamento e (d) argila para cerâmica vermelha, em que das quatro desativadas, uma está localizada na divisa com o município de Viamão e das seis em atividade, uma localiza-se na fronteira com o mesmo município. No total, 48 pedreiras entre abandonadas e em atividade, conforme mostra o mapa abaixo⁴⁴.

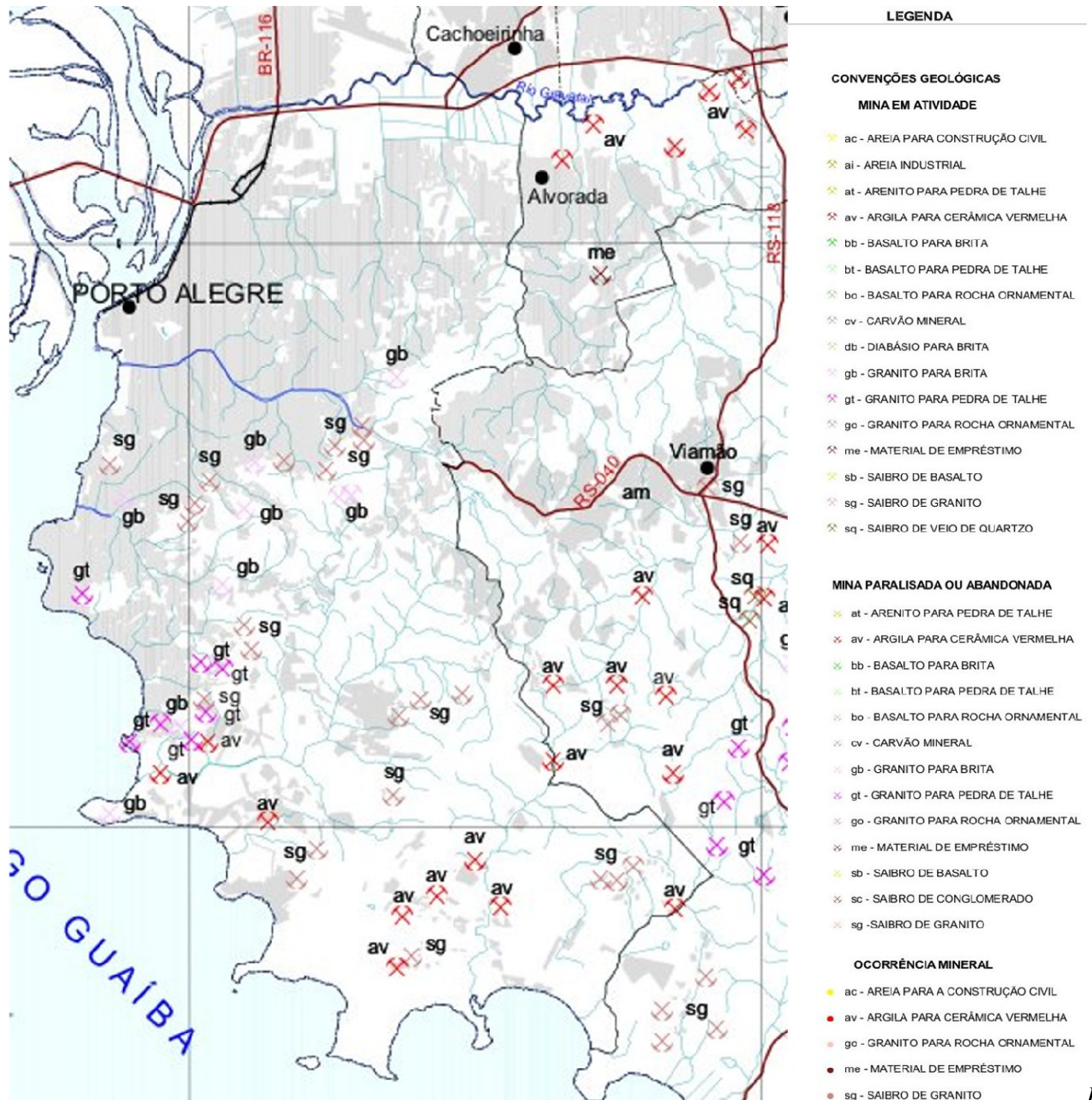
apresentam-se de forma fragmentada.

41 Os registros de extração são aplicados apenas para as substâncias de “emprego imediato na construção civil” em que os requerimentos são feitos por órgãos da administração direta ou autárquica da União, dos Estados, do Distrito Federal e/ou Municípios destinado exclusivamente a obras públicas por eles executadas.

42 Mapa do cadastro mineral elaborado conjuntamente pelo DNPM, Serviço Geológico do Brasil, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) em decorrência do crescente desenvolvimento da mineração na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) – particularmente a extração mineral de não-metálicos para uso na construção civil. (fonte: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/mapaCadastroMineral.pdf> . Acesso em 05 de julho de 2010)

43 A atribuição “inativa” ou “abandonada” dada a essas minas não significa, necessariamente, o fim completo da exploração. Conforme o relato de um funcionário do DNPM, podem ser realizados novos processos de abertura de jazida, levando em consideração que cabe aos órgãos estatais (o próprio DNPM, mas também o ente municipal responsável pelo licenciamento ambiental) a permissão ou não da exploração sobre uma área já outrora explorada. Denomino esse processo de desativação e possível reativação como a *sazonalidade* da exploração mineral. Sobre esse ponto, ver p.60.

44 Entre as onze minas que estavam em funcionamento no ano de 2006, apenas uma consta ativa nos documentos mais recentes publicados pelo DNPM (2011) – e foi no entorno dessa que desenvolvi a pesquisa.



Figura

1: Mapa de Porto Alegre – minas ativas e desativadas

A configuração espacial apresentada neste mapa parece obedecer o que tem se configurado como uma *regra* da economia mineral no que concerne a extração dos agregados:

considerados materiais *necessários* e produzidos *a baixo custo*, é preciso que a dinâmica do consumo e da produção se dê localmente, pois, por exemplo, distâncias superiores à 150km entre a jazida e o *mercado consumidor* tornariam a atividade inviável economicamente. Dessa maneira, para a instalação das pedreiras tem de se levar em consideração os seguintes fatores: (1) o baixo valor do produto e (2) em decorrência do baixo valor, o custo do transporte não pode ser demasiadamente afetado⁴⁵. Em outras palavras,

O preço final da pedra britada, ou seja, o preço do minério posto na obra é consideravelmente afetado pelo custo do transporte ou frete, tendo em vista o baixo valor agregado do produto. (...) maiores distâncias entre as obras e a produção de brita acarretam significativos aumentos de preços finais do produto, onerando substancialmente o custo e a viabilização destas obras. Basicamente, é por isso que as pedreiras operam em *áreas próximas aos centros urbanos* (Araujo Neto, 2006:09). [grifo meu]

Neste excerto, oriundo de uma dissertação da área de Engenharia, assim como em diversas publicações tanto do DNPM quanto da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (ANEPAC), o custo do transporte emerge como um dos fatores determinantes para a definição dos locais onde estão situadas as pedreiras. Nesse campo tecnocientífico (Pálsson, 2001) do qual participam o Estado, associações de produtores, economia, geologia e engenharias, erige-se um discurso que legitima a extração de pedras para além e apesar de seu impacto ambiental porque é uma atividade importante e *necessária* ao desenvolvimento do país.⁴⁶

Nesse âmbito, percebemos a hegemonia de uma concepção onde a natureza é “boa para explorar”, na convergência de dois sistemas de pensamento: orientalista e paternalista. O primeiro, característico de uma “natureza [que] se converte em mercado” (Pálsson, Descola, 2001:24), concebendo, assim, uma exploração muitas vezes sem prever qualquer esgotamento de recursos ou, como ressaltam os autores, numa *atitude fatalista* do esgotamento, já que a

45 É também em decorrência desses fatores que não há exportação de agregados, diferentemente do que ocorre com outras commodities da indústria mineral (como o ferro, por exemplo, principal substância mineral exportada pelo Brasil). No entanto, é importante ressaltar que “embora escape ao perfil de commodities exportadoras, a indústria do cimento tem em comum com essas últimas a característica de ser energo-intensiva, manifestando, portanto, grande interesse na expansão de hidrelétricas. Esse interesse é ainda maior, se consideramos que é ela quem fornecerá o cimento para a construção das grandes barragens, de portos e pólos siderúrgicos” (Lisboa, 2009: 233). Assim, a importância não estaria na exportação (da matéria-prima), mas no investimento constante em setores que necessitem demasiadamente de “agregados” gerando uma espécie de “retroalimentação” do crescimento/desenvolvimento.

46 Os discursos, coloca Baczkó (1985), são meio de transmissão de um “certo imaginário”.

matéria-prima é necessária ao progresso econômico (ibid:87). O segundo está relacionado à introdução da tecnociência como principal sujeito de proteção à natureza – o que nos distanciaria do paradigma do orientalismo⁴⁷. No entanto, se esses sistemas são característicos de certos campos, Gisli Pálsson reconhece a convivência entre diferentes modos de relação humano-ambientais num mesmo regime de pensamento.⁴⁸ A possibilidade dessa concomitância vai ao encontro do que proponho aqui em torno da pluralidade de relações e concepções que conheci no trabalho de campo: sob um contexto a priori concebido como “ocidental” orientalista em decorrência da extração de rochas, os relatos dos habitantes do entorno da pedreira fizeram emergir outros sentidos no que tange as interações humano-ambientais⁴⁹ particularmente no que tange a simultaneidade de diversas formas de relação.

Segundo Hannigan, “a retórica envolve o uso deliberado da linguagem de persuasão” (2009:101). O autor, ao retomar Herndl e Brown (1996 *apud* Hannigan, 2009), aponta para uma análise do discurso ambiental através da construção de modelos retóricos, no qual um dos polos mais relevantes é o do “discurso regulatório” (2009:62), proferido pelas instituições responsáveis pelo estabelecimento de políticas ambientais. O que nos permite pensar na conjunção de diferentes órgãos na promoção do desenvolvimento: o DNPM, parte do Ministério de Minas e Energia, em seus informes, enfatiza a necessidade da exploração mineral – neste caso, ligada à construção civil –, ainda que possa ser pensada nos termos de uma menor degradação ao meio ambiente. A ele, soma-se a ANEPAC que dirige seus

47 Andrea Zhouri (2011:280) tece uma crítica interessante à concepção de que a técnica e a ciência estariam se encarregando proteger a natureza quando exemplifica um caso de conflito público entre diferentes atores sobre a instalação de hidrelétricas (em Minas Gerais) e como uma das instâncias, o Conselho de Política Ambiental, procura reivindicar um lugar à parte das demais instâncias técnicas que refutavam a efetivação do licenciamento ambiental no sentido de poder tornar viável o empreendimento. A autora aponta a existência de um “paradigma de adequação ambiental” mesmo no que concerne a técnica e a ciência: “a obra [no caso, hidrelétricas] assume lugar central, apresentando-se de forma inexorável. O ambiente é percebido como externalidade, ou seja, enquanto paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico.” (ibid:14)

48 Num paralelo, para Descola (2011), um mesmo sujeito vive sob a concomitância de diferentes ontologias, ainda que uma seja a recorrente, ou hegemônica.

49 Pálsson classifica três modos de relação humano-ambientais: primeiro, o orientalismo, pautado pela relação de “exploração” (exploração) do meio ambiente associado a linguagem de “predador e presa”; o segundo, paternalismo, numa reciprocidade mais equilibrada, procura proteger o meio ambiente através da perícia científica. Em ambos, os homens são entendidos como “amos” da natureza. A terceira relação, o comunalismo, surge da superação das dicotomias natureza-sociedade, sujeito-objeto e representa uma continuidade entre esses pólos antes dissociados. (Pálsson, 2001:84-90) Já Philippe Descola, sugere os seguintes modos de relação (ou esquemas de interação): predação – na qual aos não-humanos são atribuídas algumas características ontológicas humanas mas não participam de uma troca generalizada com humanos (como se dá no próximo modo), reciprocidade – na qual humanos e não-humanos partilham a biosfera, circuito homeostático fechado – e proteção, em que os não-humanos dependem dos humanos para sua reprodução e bem-estar (Descola, 1996:89-90).

discursos a si (enquanto produtores do setor), ao governo e ao Estado que induzem o estímulo ao crescimento da atividade extrativa⁵⁰. Disso, como forma de atenuação dos impactos, erige-se um argumento relevante na “promoção” do meio ambiente: os locais onde são instaladas as pedreiras podem ser *revitalizados* após o fim da extração. Assim, uma certa inevitabilidade concerne essa atividade, já que como toda mineração, é fundamental para o desenvolvimento.

Dessa forma, se a determinação da localização das pedreiras é feita, a princípio, por uma lógica econômica-geográfica da distribuição de um produto, sua realização (sua *prática*) parece acoplar ao local outras dimensões. É a partir dessa informação “técnica”⁵¹ responsável por estabelecer os locais de extração de rochas, que problematizo o *lugar das pedreiras* na cidade⁵². O argumento que busco desenvolver aqui refere-se a constatação de uma ambiguidade⁵³ concernente às informações disponibilizadas por esses documentos – técnicos, científicos, informativos.

Ao reproduzirem a ideia de que as pedreiras situam-se em *zonas nem tão próximas dos centros das cidades, mas também não muito distantes*, visto que o transporte e carregamento de pedras pode encarecer demasiadamente seu custo (DNPM, 2009; Araujo Neto, 2006), esses documentos me fizeram indagar sobre que lugares, afinal, são “apropriados” para a instalação das pedreiras.

50 A estreita relação entre Estado e empresariado na indução do desenvolvimento tem sido denominada, por alguns autores, como “neodesenvolvimentismo”: “O neodesenvolvimentismo apresenta-se como uma política de desenvolvimento que busca compatibilizar crescimento econômico e equidade social. (...) Esta proposta de política parte do princípio de que um Estado forte, através de estratégias nacionais de desenvolvimentos “adequadas”, é necessário para estimular o florescimento de um mercado forte. Ela ainda defende que estas duas instituições, conjuntamente, seriam capazes de promover o crescimento econômico necessário para reduzir a desigualdade social” (Malerba *et al*, 2012:50).

51 As aspas referem-se à minha hesitação (ou desconfiança) diante dessa palavra *a priori* imbuída de neutralidade. Um argumento que busco desenvolver a respeito disso é de que a informação técnica carrega um teor normativo na medida em que as pedreiras geralmente vão instalar-se nos “arredores do urbano”, numa “boa distância” em relação a este. Essa boa distância apresenta-se sob a fórmula axiomática de que as pedreiras não estão nem próximas, nem distantes das cidades.

52 Conforme observa Ramos (1976:112), muitas pedreiras na região metropolitana de Porto Alegre suprem o mercado com granito e arenito, diferentemente do que ocorre com outros tipos de rocha, tais como o mármore que, sob uma produção historicamente europeia, acaba por agregar mais valor em seu produto. Em relação ao mármore, a título de ilustração, a construção de edifícios em cidades brasileiras, entre o final do século XIX e início do século XX, motivou a importação de mármore da Europa. No Brasil, atualmente, o estado do Espírito Santo é o principal produtor e exportador dessa rocha.

53 A ambiguidade refere-se tanto às variações – paráfrases da ideia de que estão e não estão próximas das zonas urbanas – quanto as medidas das distancias do mercado consumidor: entre 100km e 300km.

Nesse sentido, procuro pensar o que se revela e o que se oculta nessa norma-constatação, *a priori* técnica, que acaba por regular onde serão instaladas as pedreiras. É através da maleabilidade (ou ambiguidade) presente nessa expressão que busco elucidar o paradoxo cidade/pedreira⁵⁴. Como tentarei argumentar ao longo dessa escrita, há uma espécie de ocultamento daqueles que habitam o entorno da mina⁵⁵.

1.5 Nota sobre o conceito de “lugar”

Gostaria de esclarecer a forma como utilizo o conceito acima referido para compreender esses “lugares” e “regiões” onde são instaladas as pedreiras. Como o(a) leitor(a) deve ter notado, as instalações desses tipos de jazidas, em geral, respeitam algumas “regras” básicas, fundadas sobretudo nos aspectos econômicos que asseguram o baixo custo desse produto (os agregados para a construção civil).

A partir daí, procuro discorrer sobre o “lugar das pedreiras” baseada nas ideias de Arturo Escobar, especialmente em seu texto “O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. Outro(a)s autore(a)s aparecerão no decorrer da escrita, mas a referência a este nesse momento do texto (visto que na introdução ele foi apenas brevemente citado) tem como objetivo, justamente, esclarecer as linhas teóricas e políticas que fundamentam a presente escrita.

Ao desenvolver o conceito de “lugar”, Escobar (2005) procura repensar o global-local e suas assimetrias, chegando a afirmar que o “lugar” teria desaparecido no “frenesi da globalização”. Problematiza como o “lugar” poderia mostrar-se um modelo (cultural) acerca da natureza levando em consideração que esse “lugar”, mais do que espacialmente delimitado, é uma forma de conhecimento e de *produção* de conhecimento capaz de oferecer perspectivas alternativas, e resistentes, às narrativas hegemônicas sobre natureza/cultura, modernidade e

54 A cidade, assim como a modernidade, constrói-se através de paradoxos, a começar pela própria tentativa, jamais plenamente realizada, da separação de dois mundos (ou duas câmaras) – faço aqui alusão à Bruno Latour, em Políticas da Natureza (2003).

55 Era também esse sentido que o professor me pareceu trazer naquela fala a respeito da pesquisa que eu havia proposto, na medida em que deslegitimar o estudo da exploração dessas pedras implicava deslegitimar o que está relacionado a essa atividade.

desenvolvimento. Como observa o autor: “o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas” (s/p)⁵⁶.

Nesse sentido, é como se os habitantes do entorno da pedreira, em grande parte migrantes do interior do estado do Rio Grande do Sul, estivessem “recriando” seus lugares de origem em outro local: nas margens de outra cidade. Essa “recriação” se faz com a manutenção das práticas aprendidas com pessoas mais velhas, através da tradição oral e, assim, é como se vivessem o entorno da pedreira a partir de seus lugares de enraizamento. Certamente, esse lugar não deixa de possuir fronteiras geográficas e sociais, mas pautar nossas concepções a partir dele significa pensá-lo como lugar de conhecimento, o “conhecimento local”.

Como pude perceber, também, a verbalização dessas formas tradicionais deu-se de uma maneira igualmente política, ao revelarem suas práticas, certas vezes, em dissonância com o que é praticado pela mineradora. Nessa linha, cabe ressaltar que para Escobar (ibid.), o lugar não está destituído de poder, ou seja, não se trata de uma “simples” assimetria global-local, mas de narrar assimetrias a partir e mesmo dentro do “local”; é na conjunção desses aspectos que gostaria que olhássemos um certo lugar: o entorno da pedreira. Afinal, como menciona o autor “talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao focar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia.”

O autor acusa que há uma

persistente marginalização do lugar na teoria ocidental” relacionada ao histórico domínio colonial sobre realidades específicas: o domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social. (...) Neste âmbito, o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas.

Nessa linha, Escobar observa que Descola e Pálsson (1996) dedicaram-se “ao exame dos modelos culturais da natureza e a desacreditar definitivamente a dicotomia

⁵⁶ A citação está como “sem paginação” pois a versão que tenho em arquivo é diferente daquela referida no livro. De qualquer forma, o texto está disponível para download no portal da Clacso (vide link nas referências finais).

natureza/cultura”⁵⁷. E convida, por fim, a “visualizar novas esferas ecológicas públicas nas quais as racionalidades alternativas possam ser articuladas e postas em marcha” pois “o lugar e o conhecimento baseado no lugar continuam sendo essenciais para abordar a globalização, o pós-desenvolvimento e a sustentabilidade ecológica, de formas social e politicamente efetivas.”

O conhecimento local, e a própria noção de conhecimento como “uma atividade prática, situada, constituída por uma história de práticas passadas e em mudança” - neste ponto, o autor aproxima-se de Tim Ingold (2002) no sentido dos *engajamentos* (práticos) *no ambiente*. Dessa forma, os modelos locais de conhecimento são não apenas fundamentados na experiência, mas são eles próprios “experiências de vida”.

Os habitantes do entorno da pedreira não apenas se “apropriam” da ambientalização, como também constroem suas próprias conceituações acerca de meio ambiente e natureza, através das quais questionam os modelos hegemônicos. Os “Eucaliptos”, a “Figueira” e a “Mata Nativa” e as naturezas são enunciados no sentido dos “mecanismos e praticas em jogo nas construções sobre natureza – limites, classificações, representações, apreensões cognitivas e relações espaciais – [que] são significativamente específicas do lugar”. No contexto do “desmatamento” provocado pela “pedreira”, nas conversas os habitantes chegaram a explicitar que suas práticas, as quais hoje poderíamos chamar “sustentáveis”, eram realizadas muito antes de adentrar a linguagem ambiental baseada num paradigma eurocêntrico de meio ambiente.

Assim, em respeito às práticas tradicionais reveladas pelos habitantes com quem conversei durante a pesquisa etnográfica, gostaria de propor, como o faz Escobar, “uma reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade” na busca por “reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar”.

57 O próprio autor parece conceber a natureza no singular e não “naturezas-culturas” como propõe Latour. Ainda assim, ele está preocupado com uma esfera pública de debate que leve em consideração as diferentes ecologias, o que o aproximaria de Latour quando este fala em uma democracia que leve em consideração aqueles que são “concernidos” por algo – afetados – propondo, num primeiro momento, a “multiplicação” de “portavozes” (da natureza, p. ex.). Essa dicotomia, produzida no seio da sociedade ocidental, revela uma assimetria paradoxal entre natureza e cultura na medida em que a segunda (estando constantemente no domínio teórico eurocêntrico) se sobrepõe à primeira, aniquilando os modelos alternativos de natureza, ou seja, as naturezas-culturas.

2 OS LUGARES DAS PEDREIRAS NA CIDADE

As páginas seguintes dão atenção, ainda que brevemente, às transformações da cidade de Porto Alegre a partir de seus vínculos com as pedreiras e os lugares onde essas se instalam; vínculos, esses, traduzidos nos fluxos e nos deslocamentos das *pedras* e das *pessoas*, habitantes da cidade e dos arredores das pedreiras. Trata-se de um breve percurso historiográfico sobre lugares onde foram instaladas pedreiras, como uma maneira de introduzir a ambiência de constantes e imbricados deslocamentos – das pessoas que migram do interior do estado para a capital, ou mesmo no interior dessa, das pedreiras que ocupam diferentes lugares em diferentes momentos e da cidade que procura afastá-las sempre que possível.

2.1 O lugar das pedreiras na cidade – uma reflexão a partir de Porto Alegre

Nas palavras de Sandra Pesavento (2002:10), “há pois uma realidade material – da cidade construída pelos homens, que traz as marcas da ação social. É o que chamamos cidade de pedra, erguida, criada e recriada através dos tempos, derrubada e transformada em sua forma e traçado.” Sobre essa cidade da *ordem material* que trata esta seção.

Porto Alegre não é uma “cidade mineira”⁵⁸. Os estudos antropológicos sobre mineração detiveram-se mais em cidades que nasceram de um tipo de exploração mineral (Cioccarri, 2010; Eckert, 1985, 1993; Minayo, 2004) ou que possuíram grande parte de sua população como mão-de-obra dessa. Nem o primeiro aspecto, nem o segundo parecem ser

58 Faço referência aqui às tipificações de cidade já trabalhadas na Antropologia Urbana, como a de Ulf Hannerz (1983) para definir cidades que nascem de uma determinada função. As “cidade comerciante” e “cidade mineira”, termos apresentados pelo autor, exemplificariam tais modelos funcionais. Nessa perspectiva, Porto Alegre certamente não se definiria por ser uma “cidade mineira”, na medida em que, diferente de Itabira, não tem sua origem ligada à mineração de agregados ou de ferro, de ouro ou prata, e hoje se caracteriza por outras funções econômicas.

relevantes em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, caracterizada atualmente como uma “cidade de serviços”⁵⁹.

A atividade de extração de rochas teve início no século XIX, em conformidade com o que ocorria no estado do Rio Grande do Sul, onde a atividade existe há pelo menos 150 anos⁶⁰ (Ramos, 1976). Nessa época, particularmente entre o final do século XIX e o início do século XX a cidade de Porto Alegre, como diversas cidades e capitais latinoamericanas, sofre um processo de *urbanização* marcado por uma série de ideais que regiam o imaginário social da época, de inspirações profundamente haussmanianas⁶¹.

Na história de seus planos diretores, o “Plano Geral de Melhoramentos”, de 1914, apresenta uma postura decisiva nesse processo, através do qual imagens hegemônicas de modernidade e progresso são instauradas (Helton Bello, 2002; Célia Ferraz de Souza, 2006), e entranham-se no imaginário coletivo a fim de dar cabo à uma nova “ordem urbano-industrial”. O plano inaugurou uma certa concepção de cidade caracterizada pela ampla abertura de avenidas – e pela abertura de avenidas amplas.

Essas transformações, das destruições dos becos e ruelas para a criação das avenidas, das praças dos monumentos e de caminhos mais retilíneos, do esfacelamento das casas e dos cortiços para a construção de edifícios, ensejam a solidificação de uma nova cidade que se contrapõe à cidade antes existente (Bello, 2002). Outros modelos associaram-se ao haussmaniano, como o da cidade-jardim, surgido da oposição aos impactos negativos oriundos da industrialização e que foi reproduzido, em grande parte, no sentido da expansão da periferia das cidades na forma de “bairros-jardim”, além do modelo da cidade funcional, de Le Corbusier, que visava atender necessidades consideradas essenciais aos humanos tais como habitação, circulação, e trabalho. Como observa Helton Bello (2002:103), o que permaneceu em comum entre todos os modelos foi o caráter de “diferenciação – ou até

59 Célia Ferraz e Souza e Dóris Muller, em *Porto Alegre e sua Evolução Urbana* (2007) apontaram o comércio e os serviços como as principais tendências da cidade para o futuro.

60 Para se ter uma ideia (comparativa), nas construções brasileiras, as rochas são utilizadas desde 1750 – granitos, mármore e arenitos de solo nacional, assim como calcário e outros mármore de países como França e Itália. Materiais que compõem obras e monumentos do período colonial, imperial e república; expostas como ornamentos ou ocultas, as rochas perpassam as transformações das cidades sob diferentes formas.

61 Em referência ao Barão de Haussmann e as transformações decorridas na cidade de Paris em seu governo, entre 1853 e 1870.

mesmo negação – relativo à cidade herdada”. Através desses diversos projetos se reconfigurou e reconfigura a cidade de Porto Alegre.

A cidade gestada e continuamente instaurada a partir desses planos é uma cidade de pedras e alvenaria. Como uma cidade “construída para durar” (Abreu Filho, 2006), aproxima-se ao que Ingold (2002) denominou “building perspective”, no sentido de algo construído e não em contínua construção. Tais concepções, como imagens recorrentes do que é (ou deveria ser) uma cidade o cenário da presente pesquisa. A cidade, símbolo máximo da civilização, é erguida pelas pedras, expressão singular da natureza bruta. Como uma “atividade milenar” (e atravessada pelos processos do artesanal e do industrial), a extração de pedras constitui-se, também, como uma atividade necessária, para o *desenvolvimento* e a *produção e reprodução* da cidade. Parece-me que tratar das diferentes dimensões do tempo de extração de pedras são fundamentais para pensarmos seu caráter processual, sob o ponto de vista de que “os ambientes não são jamais finalizados, mas estão continuamente em construção” (Ingold, 2002:172).

Um artigo sobre a “memória geológica” de Porto Alegre (Philipp, Vargas, Benedetti, 2009) apresenta o chamado centro histórico da cidade através dos granitos que o constituíram. Para os autores, trata-se de pensar a intrínseca relação entre o desenvolvimento urbano da cidade e seu substrato rochoso, utilizado para construir a “realidade física da cidade” (ibid:p.59). Das regiões graníticas que constituem o solo de Porto Alegre foram fornecidos, desde os arredores do urbano, o material necessário para a constituição do centro.

Narrativas historiográficas sobre a formação de Porto Alegre apresentam alguns relatos sobre o fornecimento de rochas à obras que, hoje, são consideradas patrimônio histórico da cidade. No centro, a catedral metropolitana, construída entre os anos de 1921 e 1929, possui extensos blocos de granito extraído de pedreiras do então arrabalde⁶² Teresópolis (Oliveira, 1985) – a escolha do material e do tamanho deu-se para “aumentar o aspecto de solidez” (ibid:152). Desde seu início, a atividade extrativa em Porto Alegre, os locais de extração de pedras situam-se nas bordas/nos limites do que era considerado cidade. Dentre

62 Arrabalde, segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, refere-se a “uma parte da cidade ou povoação que fica fora ou nas adjacências de seus limites; subúrbio; lugar muito afastado do centro de uma cidade”. Em Porto Alegre, os arrabaldes fragmentaram-se e tornaram-se bairros especialmente a partir da década de 1950 quando a legislação municipal oficializou como “bairros” inúmeras regiões da cidade.

esses lugares, estão: (a) Higienópolis, (b) Teresópolis, (c) Vila Assunção/Tristeza, (d) Serraria, (e) Morro Santana – Lomba do Pinheiro (*vide* Figura 2 – Mapa “Lugares de pedreiras”).

Entre os diversos bairros que forneceram pedras para a construção da cidade de Porto Alegre, um dos primeiros foi o bairro Higienópolis (ou, mais apropriadamente, a região que compreende hoje tanto esse quanto os bairros Mont Serrat e Auxiliadora), situado na zona norte, entre os bairros Passo d'Areia e Auxiliadora, o qual teria possuído o primeiro loteamento de terras no final do século XIX, quando a “estrada da Pedreira (atual av. Plínio Brasil Milano) é envolvida pela malha urbana” (PMPA, s/d:42) – entre os lugares aqui referidos, este foi um dos primeiros a ocorrer a extração de pedras, tendo posteriormente migrado para bairros da zona sul como Tristeza e Vila Assunção, segundo relato de um ex-trabalhador⁶³.

O “bucólico”⁶⁴ Teresópolis teve o seu primeiro processo de loteamento das chácaras que ali existiam no ano de 1876, do qual imigrantes italianos foram os principais compradores. À época, a região era caracterizada por áreas de repouso e veraneio, assim como áreas de produção de vinho e animais de pequeno porte. No início do século XX, outros arrabaldes próximos mantinham conexão com Teresópolis por este já possuir uma infraestrutura que permitia maior ligação com o centro da cidade: a circulação dos bondes. Na década de 1920, quando serviu como fornecedor das pedras que erigiriam a catedral metropolitana, também já existiam pedreiras em outros locais de Porto Alegre, como nos arrabaldes da Tristeza e Serraria que, assim como Teresópolis, integram a zona sul⁶⁵ da cidade.

Na Vila Assunção, além de pedreiras, plantações e criação de animais – algo comum em todos esses lugares distantes do centro – havia, em fins do século XIX, uma charqueada e,

63 Relato apresentado em meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais (2010).

64 Informações sobre o bairro estão disponíveis num documento da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sem data precisa, mas elaborado nos anos 2000, já que se baseia no censo de 2000 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O próprio documento faz uso do termo “bucólico” para caracterizar o bairro hoje.

65 O termo “zona sul” é utilizado, aqui, no sentido geográfico, embora existam conotações de classe social a esse tipo de termo e um imaginário local que faz referência à “zona sul” como região mais próxima da “natureza” e do rio (lago) Guaíba.

posteriormente, uma olaria. Ali, no início do século XX, o Estado previu um projeto de depósito de dejetos e a expropriação da pedreira que era, então, propriedade particular.

Do século XIX a meados do século XX, o bairro Tristeza abrangia uma área maior que contemplava os bairros Vila Conceição e Vila Assunção, assim como partes dos bairros Camaquã e Pedra Redonda. Nos relatos de escritores locais (Pellin, 1979; Meyer, 1996), este arrabalde caracterizava-se por sua paisagem bucólica e pela proximidade com a “natureza” e o rio Guaíba, o que ensejou sua transformação em local de lazer e veraneio no início do século XX, então procurado pelos porto-alegrenses de classes altas, uma vez que a água doce não era poluída e, portanto, própria para banhos. Já nem tão próximas da orla estavam as pedreiras, das quais foi extraído material para a construção de edifícios como o Sulacap e o União⁶⁶, na década de 1940, localizados na avenida Borges de Medeiros, no centro da cidade.

O “desenvolvimento” do bairro Tristeza (em termos de sua urbanização) começou de forma embrionária no final do século XIX, com a chegada de agricultores italianos e, posteriormente, com a criação da Estrada de Ferro do Riacho, que servira para transportação do lixo para aterros na zona sul. Sobre a transformação da região, consta na historiografia oficial de Porto Alegre:

A construção da Estrada de Ferro do Riacho, com terminal na Tristeza, a princípio serviria para transportar o lixo produzido pelo centro de Porto Alegre para os aterros da Zona Sul. No entanto, a curiosidade da população, despertada pela presença dos trens, fez com que se desenvolvesse o uso para transporte de passageiros deste ferrovia, o que estimulou de maneira decisiva o crescimento do bairro. Essa facilidade de deslocamento para o Tristeza permitiu que muitas pessoas de maior poder aquisitivo pudessem desafogar o já populoso Centro, comprando propriedades na faixa de terra entre a ferrovia e o Rio Guaíba e instalando casas de veraneio com arquitetura em forma de chalé. (SMC/PMPA, s/d:106)

Porém, ainda que o objetivo inicial tenha sido esse, através da estrada também foram transportadas as pedras para a construção do cais do porto, provenientes da Serraria e da Vila Assunção, além dos habitantes da cidade – neste último caso, o deslocamento relatado refere-se aos moradores do centro que migraram para a região, a princípio, de veraneio; nesse

66 O Edifício Sulacap e o Edifício União foram obras memoráveis do processo de modernização de Porto Alegre impulsionado em 1940 pelos projetos de remodelação da cidade, então sob a administração de Loureiro da Silva.

documento, assim como noutros relatos, há raras menções à deslocamentos dos moradores da zona sul para o centro. Do centro vinham pessoas e lixo, da zona sul iam-se as pedras⁶⁷.

O percurso da referida estrada iniciava na chamada “Ponte de Pedra” (entre a atual av. Borges de Medeiros e a I Perimetral) e ia até a “Ponta do Dionísio” (atual bairro Vila Assunção), sendo estendido, em 1912, à praia de Pedra Redonda que, na época, fazia parte da Tristeza. Nesse último trecho, o trem passava por um túnel de pedra, o qual foi construído pelo trabalhadores das pedreiras existentes no local. O próprio desenvolvimento desse arrabalde é associado à Estrada de Ferro, como foi mencionado. A eletricidade, chegada em 1923, provinha das linhas de transmissão da Vila Assunção (hoje, bairro limítrofe) que necessitava da energia elétrica para o trabalho de extração de pedras.

As primeiras pedreiras no bairro Tristeza datam de 1920 e foram desativadas na década de 1970, enquanto outras permaneceram em atividade no bairro Serraria, ambos de propriedade da mesma família. O bairro Serraria, que também fornecera pedras para a construção do cais e do centro da cidade, “caracteriza-se por ser uma região afastada do centro da cidade, ocupada essencialmente por condomínios horizontais, atendidos por um pequeno comércio local” (SMC, PMPA:102).

Outros lugares, igualmente afastados do centro, e não restritos à zona sul, também forneceram e tem fornecido pedras para a construção tanto de Porto Alegre quanto de outros municípios, principalmente da região metropolitana – fornecimento, esse, que já ocorria há décadas, apesar de serem mais recorrentes as narrativas sobre a edificação do centro. No morro Santana estão localizadas as maiores pedreiras, dentre as quais uma permanece em funcionamento. Podemos, então, indagar que outros centros, ou, que outros lugares foram “alimentados” pelas pedras – no caso do bairro Tristeza, por exemplo, as pedreiras forneceram matéria-prima para diversas construções no próprio local, como casas de pedra, duas igrejas, ruas e monumentos em praças. Entretanto, ao se percorrer a rua fronteira à extinta pedreira, o concreto e o asfalto, fornecidos por ela e presentes por todo o bairro, simplesmente desaparecem: o asfalto e os paralelepípedos dão lugar a chão batido e casas

67 Não é por acaso que há menos referências aos deslocamentos feitos por aqueles que moravam na região sul. O caráter segregado da cidade – em toda sua formação, seja Porto Alegre, sejam outras cidades brasileiras – produz e reproduz restrições de deslocamentos a certas camadas da população, ainda que desfrute dos materiais e alimentos fabricados pelos segregados.

fabricadas da bricolagem de tábuas de madeira (certas vezes, de alvenaria); onde moradores, entre os quais, familiares de ex-trabalhadores das pedreiras, ainda lutam judicialmente por seu direito à moradia.

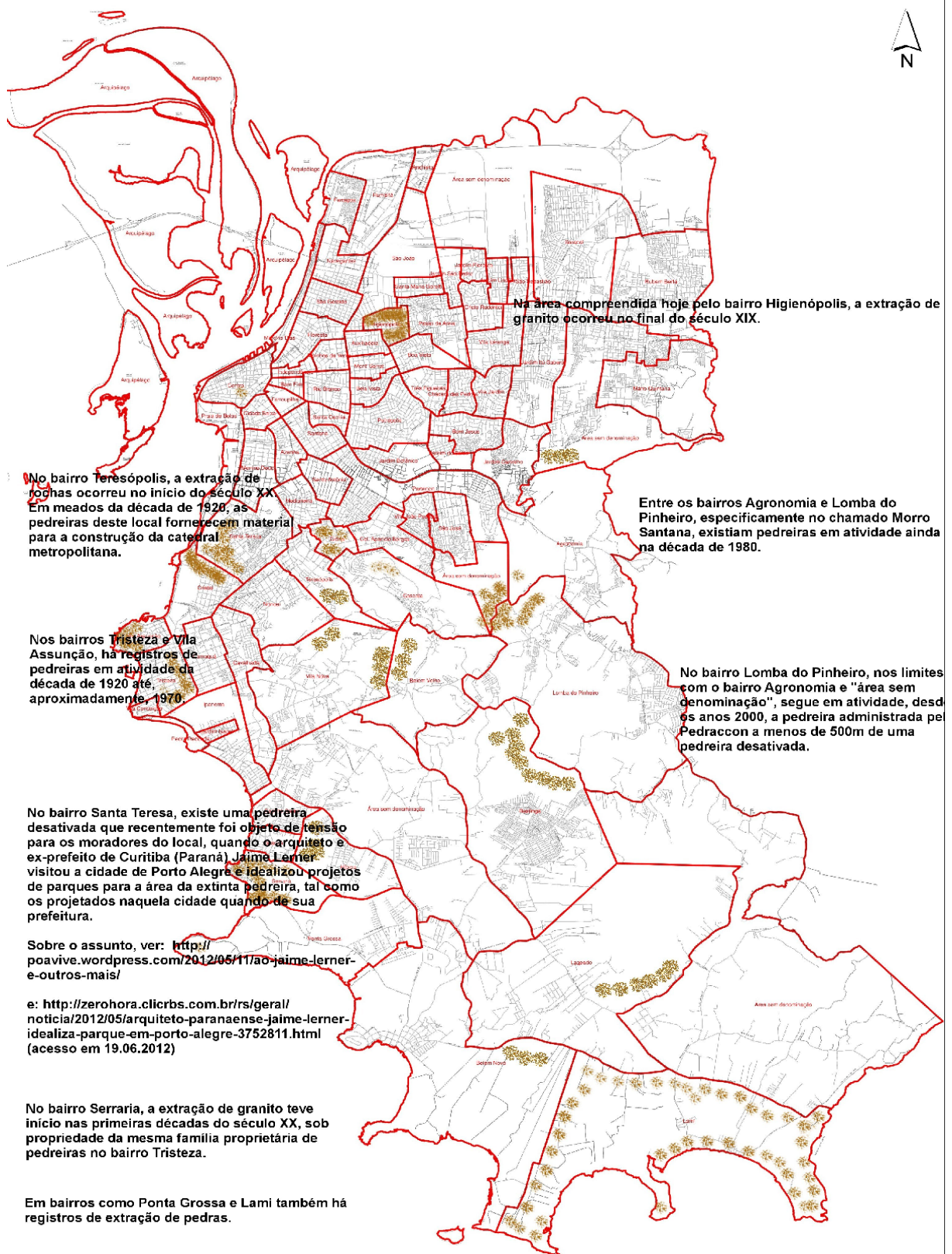


Figura 2: Mapa Lugares de Pedreiras

O caráter *sazonal* da exploração mineral implica o deslocamento dos locais de extração de rochas. Conforme salienta Minayo (2004:377, nota de rodapé) “a legislação atual sobre mineração permite ao governo declarar de utilidade pública para fins de desapropriação, mesmo dentro do perímetro urbano, áreas onde são encontradas jazidas economicamente exploráveis ou áreas necessárias para os processos de produção (de servidão), por exemplo, para depósito dos rejeitos. Os Decretos Expropriatórios do Governo Federal tendem a reservar o máximo de áreas possíveis para garantir a expansão da mineração.” Ainda que a mineração de agregados não seja caracterizada como de utilidade pública, mas de “interesse social”⁶⁸, essa atividade também pode voltar a ocorrer num mesmo local, a depender da avaliação dos órgãos competentes⁶⁹.

Ao longo do tempo, as pedreiras mudam e mudaram de lugar, visto que deslocam-se, também, o centro e a periferia da cidade. As pedreiras acompanham suas bordas, permanecendo em lugares que estariam, talvez, entre o rural e o urbano, se mantivéssemos esses dois termos como conceitos capazes de definir os espaços que consituem as fronteiras e o interior da cidade.

Dessa maneira, diversas pedreiras na zona sul da cidade permaneceram concomitantemente em atividade ao longo de décadas, assim como houve a desativação das

68 A atribuição “interesse social” a esse tipo de mineração ocorreu através da resolução n.369 do CONAMA de 2006, segundo documentos sobre “Agregados para Construção Civil” (DNPM, 2009:605). Essa resolução dispõe sobre obras de “utilidade pública” ou “interesse social” em APPs (Áreas de Preservação Permanente), ou mais apropriadamente, conforme o trecho a seguir: “define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental”. A ideia de *sazonalidade* trazida aqui diz respeito à possibilidade – ou *inevitabilidade* – da mineração ocorrer em lugares onde, a princípio não poderia ser realizada - seja no que concerne estritamente uma “natureza” intocada (ou preservada), seja em relação às pessoas em seus territórios de pertença.

69 Em 23 de março de 2013, cerca de cem pessoas – entre estudantes universitários, movimentos sociais como o MST e tribos indígenas como as de Pitaguary, Tabajara, Jenipapo Kaninde e Tupinambá – fizeram uma mobilização na Estrada CE-060, em Patacuba, na região metropolitana de Fortaleza, contra a reativação de uma pedreira numa área declarada indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Segundo um dos advogados da empresa que pretende minerar, a concessão existiria desde 1976 e, durante o processo de renovação da licença solicitado em outubro de 2012, a própria Funai teria participado da avaliação técnica que resultou na demarcação das terras. Um parecer do Ministério Público Federal, de novembro de 2012, teria apontado que a pedreira está legalizada e, como concluiu o mesmo advogado: “a lei entende que o dano é mínimo”. Na visão da empresa, os trinta e seis hectares destinados à pedreira não fazem parte da reserva indígena, e esses [indígenas] estariam “inviabilizando os trabalhos ao ocuparem a área de acesso à zona de extração”. Por fim, os representantes jurídicos dessa mineradora teriam sido incisivos “quanto à determinação judicial de que os ocupantes devem deixar o local”. A tensão data de 2011, quando os Pitaguary *ocuparam* a área cujo processo de demarcação de terras foi iniciado em 1989. Fonte: <http://racismoambiental.net.br/2013/03/ce-indios-protestam-contrareativacao-de-pedreira/> (acesso em 24 de março de 2013).

minas para instauração de novas jazidas em outros lugares. Assim se processam mútuos deslocamentos – das pedreiras, da cidade e das pessoas, entre as quais, os próprios trabalhadores e seus familiares, que migram entre cidades e no interior delas, muitas vezes em busca, justamente, de trabalho. Os lugares de extração de rochas, aqui testemunhos de uma “paisagem bucólica” – do veraneio e do lazer, do campo de plantações e criações de animais –, abastecem aquilo que é reconhecido como urbano na cidade (ou a própria cidade), empreendendo largas avenidas, pavimentando ruas, construindo constantemente casas, edifícios, enfim, concreto. Dos blocos de granito aos granitos ornamentados, dos paralelepípedos às britas, destas ao saibro, o pó que restou da pedra, esta, sob diferentes formas, serviu como a pretensa base sólida (a “realidade física”) da cidade. Uma cidade de pedras. Essa cidade continuamente em processo, inchando-se, expandindo, demanda a existência da pedreira num lugar que é como a contra-figura da cidade – o bucólico, campo, rural. A cidade se encrava, e a não-cidade lhe constrói.

Esse encrave⁷⁰, externo e parte da cidade, revela aspectos próprios do que o geógrafo Roger Brunet denominou Antimundo. Segundo o autor (1997:269-270),

O funcionamento de um sistema espacial produz o fora-de-sistema e mesmo os espaços fora da lei. O Mundo secreta um Antimundo, e mantém-se entre eles relações contraditórias: o Antimundo é, ao mesmo tempo, um asilo e um túmulo das liberdades, da negação e da preparação do Mundo. (...) A morte e vida dos espaços do Mundo se preparam, em parte, nos espaços das sombras, buracos negros dos quais o conjunto forma o Antimundo. (...) Esse Antimundo possui suas próprias estruturas, e lá e cá sinapses para se comunicar com o Mundo.⁷¹ [tradução minha]

O Antimundo, mesmo residindo ao lado ou no centro do Mundo, permanece à margem. Invisibilizado pelo Estado, pelo poder, o Antimundo, habitado em grande medida por aquilo e aqueles “fora da lei”, constrói o Mundo. Opostos complementares que se retroalimentam constantemente, este último, face visível, nega a existência do primeiro, apesar de dever sua própria existência a ele. Ainda nas palavras do autor,

⁷⁰ Ou seu sinônimo *enclave*, termo comum nos estudos sobre mineração (ver Santos, 2012).

⁷¹ Do original: “le fonctionnement d'un système spatial produit du hors système, et même des espaces hors la loi commune. Le Monde secrète un Antimonde, et entretient avec des rapports contradictoires: l'Antimonde est tout à la fois un asile et un tombeau des libertés, la négation et la préparation du Monde (...) La mort et la vie des espaces du Monde se préparent en partie dans ces espaces de l'ombre, les trous noirs dont l'ensemble forme l'Antimonde. (...) Cet Antimonde a ses propres structures, et ça et là des synapses pour communiquer avec le Monde.”

a produção da sociedade tem seus paralelos que os poderes, em geral, buscam ocultar. (...) Uma parte dessas implantações [do Antimundo] é por excelência urbana: é preciso facilitar as visitas. Uma outra é de um profundo rural: é preciso facilitar o esquecimento. Os campos de trabalho estão dispostos em dois: próximo das cidades para alguns grandes canteiros de obras periódicos, sobre o campo para as minas, as pedreiras, os abatedouros e as instalações perigosas⁷². (ibid:275) [tradução minha]

Conforme o Departamento Nacional de Produção Mineral,

a mineração de agregados, como também o seu beneficiamento gera impactos ambientais como poluição sonora e do ar. Quando a *cidade se aproxima muito dos locais de produção*, as *populações atingidas* mobilizam-se no sentido de afastar a mineração de seus locais de moradia (DNPM, 2009:606) [grifos meus].

Se, no que concerne o campo tecnocientífico, podemos pensar numa retórica que legitima uma atividade necessária ao crescimento e ao desenvolvimento e que, ainda, “relativiza” o problema da degradação ambiental, podemos igualmente pensar nas expressões que são mobilizadas para explicar o funcionamento dessa atividade. Assim, caberia se perguntar que noções de *cidade* e *atingidos* estão sendo mobilizadas. Em relação aos últimos, são constituídos, ao longo da atividade de extração e mesmo após sua desativação, por moradores migrantes e dos quais uma significativa parte possui um laço de trabalho com a pedreira. Ora, *atingidos* em contextos como o de grandes obras, barragens e outras minerações refere-se a uma noção constantemente em disputa que está vinculada ao reconhecimento e a legitimação de direitos (Vainer, 2008). Os estudos sociológicos que fazem uso desse conceito apontam para a mobilização política do termo feita pelas populações a serem atingidas por um grande empreendimento, que também aparece em discursos emanados do DNPM e de associações de produtores, tal como expresso na citação acima. A proximidade dessas noções no trecho citado sugere um questionamento em torno das capacidades de mobilização de atingidos para efetivar o afastamento das pedreiras, especialmente quando se aproximam muito da *cidade*.

As justificativas para mantê-las um tanto distantes, mas também próximas do “mercado consumidor” circulam sobre a esfera da poluição – do ar, visual e sonora. Em 2008,

72 Do original: “La production de la société a des à-côtés que les pouvoirs, en général, cherchent à cacher. (...) Une partie de ces implantations [do Antimundo] est urbaine par destination: il y faut faciliter les visites. Une autre est de rural profond: il y faut faciliter l'oubli. Les camps de travail sont des deux: près des villes pour quelques grands chantiers périodiques, sur le terrain pour les mines, les carrières, l'abattage forestier et les installations dangereuses.”

a Federación de los Áridos da Cataluña publicou um livro ilustrado intitulado *Pequeña historia de los áridos*, no qual afirma: “se intenta, por ejemplo, que el ruido y el polvo no molesten a los vecinos que viven cerca de la explotación. Por este motivo, las canteras se instalan siempre tan lejos de la *población* como es posible” [grifo meu]. Assim questiono de que população se trata se, nas margens da pedreira, habitam muitos de seus trabalhadores?

Procuo argumentar que a instalação de pedreiras a uma longa distância da “população”, assim como mitigações de impactos ligadas, por exemplo, à degradação da paisagem provocada pela atividade extrativa, são formas de ocultar o que concerne a extração de rochas. Nesse sentido, a mitigação dos impactos sob um ponto de vista estritamente *técnico* é uma estratégia de invisibilização do fenômeno.

Assim, é sobre um lugar nem tão próximo, mas também não muito distante da cidade que apresento as próximas seções, através da descrição etnográfica de um local onde, atualmente, há uma pedreira em atividade. A partir disso, espero que possamos olhar a *cidade*, a *população* e os *atingidos* trazidos pelas publicações institucionais (do DNPM e de associações de produtores de agregados) através de uma perspectiva *local*; ou seja, a partir das populações que habitam os territórios penetrados pela mineração.

2.2 Um certo lugar, uma certa pedreira na cidade de Porto Alegre

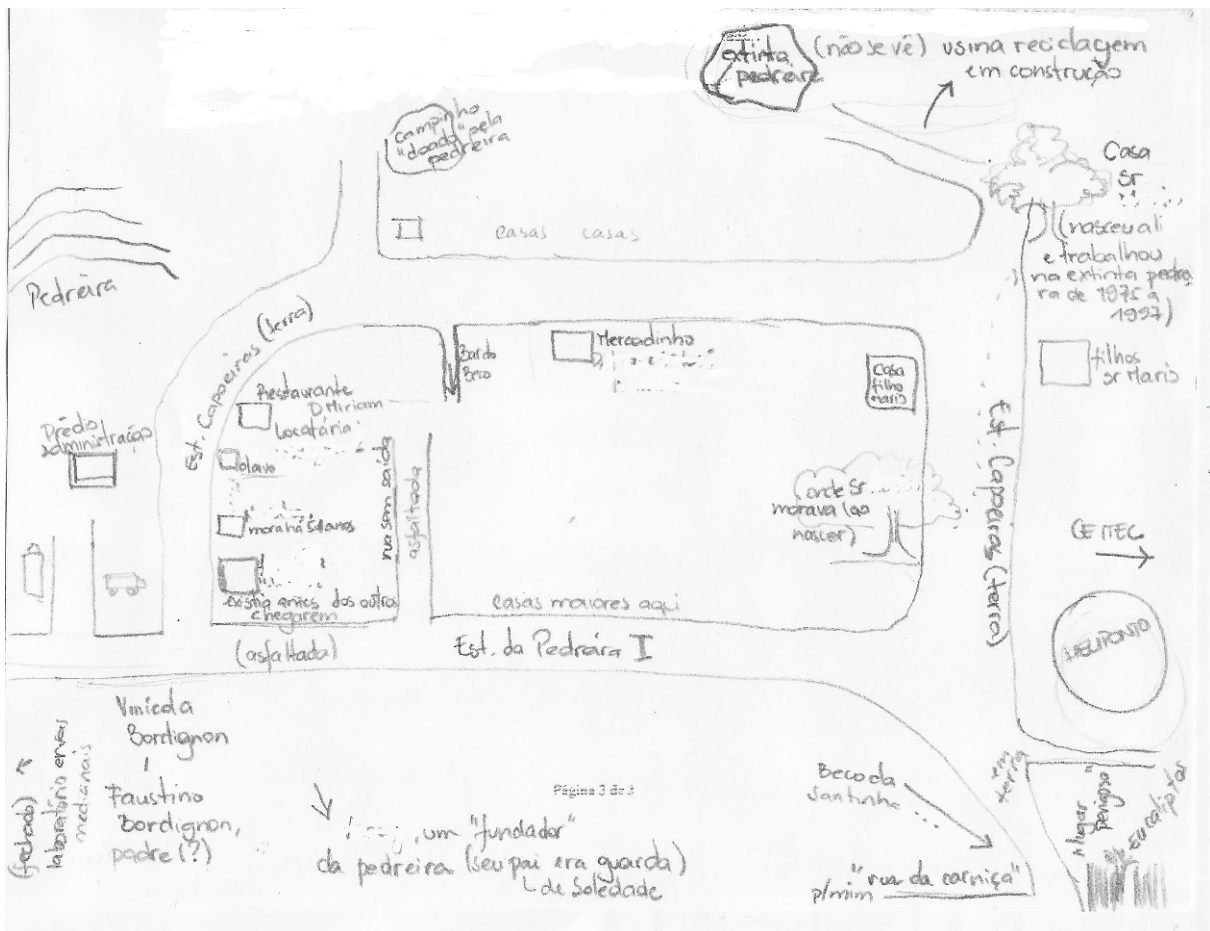


Figura 3: A pedreira e seu entorno

Os extensos degraus *cor de terra* disputam cena com araucárias e outras árvores. Em alguns momentos do dia, fumaças emergem de dois pontos distintos misturando-se àquela sutil névoa, às vezes perceptível para quem olha do ônibus que circula pela avenida Afonso Lourenço Mariante. Montes de britas parecem se multiplicar pela profunda cavidade, entrecortados pelos caminhos traçados pelos caminhões, que as transportam por dentro e para fora da pedreira. Num de seus cantos, como que jogada, uma betoneira enferrujada com o logo da empresa. O muro que a contorna não é capaz de conter tudo que nela está: do outro lado, britas espalham-se pelo *chão batido* e pedregulhos colocados junto ao muro tentam aplacar a vazão das pedras, mas elas, mesmo pequeninas se comparada a esses, ali desabam, escorregadiças. Uma pequena rua sem saída, feita da mistura de concreto e areia como se tivesse existido ali uma inicial (e frustrada) pavimentação, acompanha uma das faces da

pedreira, desembocando num portão metálico em meio ao verde que dali se estendia para os arredores, contornando um campinho arenoso de futebol.

A face principal assume uma estética um tanto diferente: o asfalto que precede o cinzento prédio de dois andares geralmente está preenchido por automóveis. Duas outras placas também lhe antecedem, a primeira nos avisa de que é “proibido tirar fotos” enquanto a segunda traz o nome da mineradora. Ao lado do baixo edifício, caminhões estacionam na balança destinada à pesagem da brita, onde um funcionário coordena a atividade. Olhar nessa direção provoca certo espanto; um morro de brita, com mais de dez metros de altura, assume o primeiro plano em relação à pedreira da qual se vê apenas o topo – os grandes degraus agora ocultos. Na recepção atende uma mulher e duas colegas suas, técnicas de segurança do trabalho, circulam entre a sala e a mina. Em nossa primeira e única conversa, com a finalidade de conseguir o contato da empresa para a pesquisa, a técnica de segurança do trabalho me indaga sobre o tema de estudo e conclui que, se eu me interessar mais pelas histórias das pessoas, possivelmente permitam entrevistas, mas a entrada na mina seria difícil.

Suntuosa para a observadora, *média* para a legislação ambiental do estado, a pedreira, explorada há mais de trinta anos, situada na zona leste de Porto Alegre, apresenta-se como uma interrupção abrupta no contínuo verde dos morros. A outra extinta, por sua vez, não exhibe qualquer imponência que outrora pudesse ter revelado – já coberta pela vegetação, precisa ser apresentada por alguém que conhece o lugar. Foi assim que um senhor mostrou-me os dois locais de extração de pedra na mesma área pertencente à empresa. Segundo ele, a anterior havia sido fechada por má administração e, posteriormente, a Pedraccon⁷³ adquiriu a área para proteção ambiental, onde já (re)nascia a vegetação – “um monte de vegetação que nasceu, tá vendo lá (olhávamos através da porta) aquelas árvores, aquela araucária mais alta? Então, pra trás ali já é a pedreira, tu não vê nada, não diz que tem pedreira ali, porque já cresceu todo essa vegetação aí. Eles até construíram uma estrada entre elas”.

Os arredores alternam entre ruas de terra e de asfalto. Se, na estrada Capoeiras, predominam as residências bricoladas, tal predominância não se revela em todo o entorno – na est. Antônio Borges, também de chão batido, as contíguas residências e seus terrenos são não apenas maiores, como denotam certo “acabamento” em muros e portões, certas vezes

⁷³ A mineradora explora também outras jazidas na região metropolitana de Porto Alegre.

anunciadas pelas placas com duas diferentes numerações – uma para o DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto), outra para a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica). A terra acompanha seu encontro com a estrada da Pedreira II e as sonoridades já não são tão marcantes quanto naquela rua que contorna a empresa: lá, o intermitente rugir das máquinas confronta-se com secos e fortes estalos, enquanto buzinas, sirenes e os vaivéns roncados dos caminhões misturam-se ao cheiro da fumaça provocando a atenção de alguém não habituada a esse contexto. Aqui, se sobressai a calma das árvores. Ao lado de uma das faces da pedreira, aliás, uma “parede” de bambus, balançando-se tranquilamente num gemido ora grave, ora agudo, evoca uma espécie de *sinfonia da natureza domesticada*⁷⁴ – num balançar contido, parece estar ali especialmente para ocultar uma grande casa verde-claro. E é também ali que encontra-se uma vinícola, em frente à pedreira, como parte dessa ampla região intitulada “Caminhos Rurais”⁷⁵ a qual abrange extensas plantações – de uva, pêssego, etc. – além de um depósito de lixo e outras “grandes empresas”.

O asfalto presente na fachada principal da empresa se desfaz na rua lateral, de terra. Na estrada Capoeiras, casas fabricadas da bricolagem entre concreto, tábuas e pedra, com e sem pintura, antecedidas por varais de roupas nos quais, às vezes, está estendido um uniforme da empresa mineradora⁷⁶.

O comércio dessa rua é composto por um restaurante e um armazém, do qual o primeiro existe em função da atividade de extração de pedras que ocorre ao lado – “sem os trabalhadores não teria ninguém para almoçar ali”, concluiu certa vez uma cozinheira recém-chegada que há alguns meses deixara de trabalhar em “casa de família”. Como disse a proprietária (que morava na casa aos fundos), o restaurante foi aberto há doze anos, exclusivamente para os trabalhadores da “firma” que, até então, comiam alguns lanches que

74 Conceito cunhado por Norbert Elias (1991) que refere-se a domesticação fundamental no nosso processo civilizador, seja através da luta contra a natureza, seja através de sua “proteção” (como na orientação paternalista descrita por Gisli Palsson, 2001).

75 <http://www.caminhosrurais.tur.br/paginas/qsomos.asp> - trata-se de uma iniciativa conjunta entre a prefeitura de POA e associações de produtores rurais a fim de promover o turismo na região.

76 A referência ao *bricoleur*, de Lévi-Strauss (2005), é proposital para denotar a diferença entre essas residências e outras, também fabricadas por concreto, madeira, vidro, etc. Trata-se de estética semelhante à colcha de retalhos a qual refere-se o próprio autor. De nenhuma maneira, entretanto, trata-se de um preconceito em relação a essa forma de pensamento – e de construção de casas: Lévi-Strauss traz a figura do *bricoleur* justamente para refutar a tese evolucionista de que o pensamento “selvagem” seria inferior ao pensamento “civilizado” (e seus sinônimos: científico, europeu, etc.).

ela fazia para vender, principalmente sanduíche e cachorro-quente. E foram eles que lhe pediram para cozinhar/fornecer/elaborar outros tipos de comida, e dessa ideia passou a surgir o restaurante.

No início, limitado à garagem de sua residência que, após algumas reformas, estendeu a área coberta que se tornou o atual restaurante: “isso aqui era cheio, cheio de gente”, lamentava ela. Há cerca de um ano, foi alugado para outra pessoa que não conseguiu mantê-lo (aquela que conheci), pois além de não ter um horário definido para abri-lo, o deixou fechado por dois meses, meses esse derradeiros para que a antiga proprietária o tomasse de volta e para que a firma adotasse uma nova maneira de alimentar seus funcionários – através de refeições realizadas no interior da empresa, a partir do fornecimento de uma indústria especializada em refeições industriais.

Os clientes, agora, restringem-se aos caminhoneiros de outras empresas que apenas vão ali para buscar e transportar a brita. Quando há alguma obra por perto, como o asfaltamento de um trecho da Estrada Capoeiras, entre outubro e dezembro de 2012, os trabalhadores também almoçam no restaurante que tem dependido da presença de trabalhadores temporários. Os empregados da “firma” lhe dizem que a comida industrial, no entanto, não é tão boa quanto a dela, mas permanecem consumindo dentro da empresa, já que não pagam por essa refeição.

Então esse, que há doze anos foi aberto exclusivamente para “os trabalhadores da firma”, já não os recebe mais. Sem os funcionários e os trabalhadores temporários para consumir no restaurante, restam apenas os caminhoneiros que vem de outras regiões de Porto Alegre, assim como de outras cidades para comprar brita diretamente na pedreira.

O proprietário do armazém já trabalhou como motorista na mineradora. Migrou de Lajeado⁷⁷, cidade do interior do Rio Grande do Sul, para Porto Alegre há cerca de 30 anos, quando iniciou o trabalho na pedreira – a qual, como enfatizou, “já existia quando as pessoas chegaram” ao local, uma fala comum entre moradores como ele, migrantes dessa época. Para ele, a pedreira é “muito boa”, “100%” por configurar um local de trabalho importante para os habitantes da região, ainda que certa vez ele tenha reclamado da ausência de calçamento da

⁷⁷ Lajeado, à noroeste de Porto Alegre, tem uma população de aproximadamente 76mil habitantes, conforme dados do IBGE.

rua onde está o minimercado, algo que poderia ser solucionado pela empresa. Assim como outras ruelas que traçam o entorno da pedreira, essa é de terra, e barro em dias de chuva. Nessas ruas sem asfalto e sem nome, há outros bares, como o “bar do beco”, mas, em geral, predominam casas.

Da circulação pelas ruas, poeira, fumaças e seus cheiros, mas apesar disso, certos trechos permitiam ver o que, creio, pouquíssimas pessoas enxergam: aquele topo de morro que aparecia como um pequeno fragmento – talvez pela seleção do meu olhar, talvez por se mostrar em meio ao “mato” – que concentrava a fronteira entre o preservado e o explorado. A solitária árvore abria espaço para a parede alaranjada. Atônita por alguns segundos, o caminhão que logo se anunciou fez com que eu voltasse a andar e me aproximasse do limite entre a rua e as casas (quando há), o que seria, digamos, o meio-fio quando existem vias e calçadas.

Da estrada pedreira II em direção à outras vias, vaivéns constantes dos caminhões: *vazios na ida, cheios na volta* (em geral, uma espécie de pano preto cobre a caçamba). Alguns exibem o nome de suas empresas, outros sem nome ou logo algum – ao menos inteligível para mim. Entre as “fornecidas”, Dauge, Argamassa Guaporé e Concrepedra, sendo essa última a mesma empresa que a Pedraccon, ainda que tenham nomes diferentes.⁷⁸ Pelos percursos, outros caminhões participam desse incessante vaivém, são os vinculados ao DMLU (Departamento Municipal de Lixo Urbano), muitas vezes maiores que aqueles carregadores de britas. Nas ruas mais estreitas e, naquelas ainda mais estreitas e de chão batido, tal vaivém torna-se incômodo para mim, quando ainda desacostumada. A expressão “comer poeira” passaria a fazer todo sentido, já que rapidamente a boca seca, preenchida por aquele pó.

Nas proximidades da usina de reciclagem e do heliponto, a estrada Capoeiras encontra-se com o beco do David num lugar chamado pelos moradores de “Os Eucaliptos”, nome que faz referência ao aglomerado de árvores que ali se situam e define um ponto não muito seguro daquela região; pra mim, tratava-se da “rua da carniça” pelos cheiros que não raro anunciavam as coisas animadas e inanimadas que ali são jogadas. De um lado, a rua e seus odores; de outro, os eucaliptos o alicerce circular que serve (ou servirá) como ponto de helicóptero.

78 <http://www.pedra.com.br/>

Aliás, o lixo, os restos de animais mortos e as moscas em volta não provocavam apenas minha atenção. No decorrer das conversas, o lugar chamado “Os Eucaliptos” também seria descrito por outras pessoas através das desagradáveis coisas e odores que restam ali.

Uma moradora reclamava da quantidade de cães – vivos e mortos – jogados naquelas ruas, principalmente nesse ponto. Sua preocupação dava-se mais em relação a pulgas e carrapatos que proliferavam não só no verão, como também no inverno – e, com eles, concluía, doenças. Os animais, o lixo doméstico, as moscas, e pedaços amassados de carrocerias compunham esse quase-depósito, não muito distante de um depósito de lixo.

Entre todas as vezes em que passei por ali, o único dia em que já não havia mais o cheiro de carniça – não consigo melhor descrever o odor – foi justamente quando iniciou o asfaltamento da rua. A partir desse dia, não havia mais lixo. Em seu lugar, máquinas e operários responsáveis pela pavimentação daquele trecho do beco do David. Eles, assim como eu, haviam se deparado com o que era ali jogado: como disse um funcionário, não se jogava só cachorros, mas se fazia “desova mesmo, de corpo humano” – ao realizarem a limpeza da rua, entre nivelamento, abertura para colocação de encanamento e o começo do asfalto, os trabalhadores encontraram o corpo de um homem, morador do local, poucos dias após seu desaparecimento. Para esse funcionário, assim como para outra habitante, enquanto nós três conversávamos sobre o ocorrido, era evidente que ali era um “lugar de desova”, um tanto escondido, um tanto esquecido, numa região de tráfico, gangues, e becos e ruelas cobertas por vegetação, capazes de esconder aquilo do que se quer desfazer.

2.3 “Isso aqui é o fim do mundo” - Sobre Segregação Urbana



Figura 4: Ruelas

Estava sentada na parada de ônibus mais próxima do armazém. Esse só abriria às 13h30, mas eu havia chegado com certa antecedência para o encontro com sr. João e sra. Maria. Então, esperei alguns minutos, ao lado de uma menina que a todo tempo mexia no celular. Na tentativa de interação, perguntei-lhe se era só o ônibus “Chácara das Peras” que por ali passava; ela, como se achasse óbvio – afinal, estávamos numa estreita rua, ou, ruela, de “chão batido” - disse que sim e depois, como se se corrigisse, mudou o tom da fala e acrescentou “é, acho que sim, eu não moro aqui também” falando mais baixo. Agradei. À nossa frente, um homem entrava e saía do portão feito de tapume, carregando um fio que se arrastava pelo chão. Ali se mostrava uma ruela ainda mais estreita, por onde circularam três meninas, provavelmente entre sete e quinze anos. A que estava ao meu lado as chamou e então elas vieram correndo ao seu encontro:

– *Vocês não vão mais voltar pra Porto Alegre?* - pergunta a que estava sentada ao meu lado.

– *Não sei (...)* [não entendi direito, falava baixo] *arranjou escola aqui (...)* - respondeu a pequena.

– *Isso aqui é o fim do mundo!* - concluiu, rindo, aquela que estava ao meu lado.

Estamos no bairro Lomba do Pinheiro, segundo a nomenclatura de bairros da administração municipal; limítrofe à cidade de Viamão, vizinha à Porto Alegre e outrora capital do estado. De acordo com denominações próprias à prefeitura municipal, o bairro não só carrega um “passado rural”, como “apesar de grande população, conserva marcantes características rurais” (PMPA, 2000:24), assim, com núcleos densamente povoados e, igualmente, áreas verdes e de preservação ecológica. Em todas as denominações oficiais, resta claro que, mesmo partilhando fronteira com outra cidade, o bairro pertence ao município de Porto Alegre.

Para alguns habitantes daquele lugar, o nome mais apropriado seria Pinheiro/Cascata, em referência ao bairro que lhe é próximo; para outros, importa o nome da rua, Estrada Capoeiras. Conforme o museu comunitário Lomba do Pinheiro e o livro organizado pela Secretaria de Cultura de Porto Alegre, *Memória dos Bairros* (2000), o nome seria vila das Pedreiras I e II, ainda que nem todos os habitantes reconheçam esse termo. Todos esses nomes, entretanto, possuem algo em comum, referem-se a algum lugar *dentro* da cidade de Porto Alegre. Nas conversas cotidianas, sobre o ir e vir do trabalho, ir e vir do centro ou ao centro da cidade, esse *dentro*, porém, é relativizado.

O primeiro “povoamento”⁷⁹ teria ocorrido no início do século XX para, então, em meados de 1950, iniciarem os primeiros loteamentos, dos quais originaram algumas das cerca de trinta vilas que constituem o bairro, reconhecido na esfera pública municipal pela mobilização e reivindicação de seus moradores, organizados através das associações comunitárias vinculadas às vilas, por melhorias nas condições de vida no local, especialmente em termos de infraestrutura urbana.

⁷⁹ Termo utilizado pela prefeitura, no que concerne à história do bairro, que denota o caráter passivo e indistinto da natureza, como um possível caráter passivo a quem quer que pudesse ter habitado essa região em períodos anteriores ao início do século XX. A história humana, não só recente se comparada ao tempo geológico, é tecida pelas marcas de dominação da cultura sobre a natureza – de domesticação desta, diria Norbert Elias (1991).

Entre o “passado rural” e o recente processo de urbanização, de um lado, cabe destacar que o bairro Lomba do Pinheiro possui três comunidades indígenas reconhecidas (Mbya-Guarani, Kaingang, Charrua), reservas de conservação ecológica como o Parque Natural Municipal Saint'Hilaire⁸⁰, e é lugar do nascedouro das duas bacias hidrográficas mais importantes de Porto Alegre, os arroios Dilúvio e do Salso. Nesse sentido, não é incomum a referência ao bairro pelos seus aspectos “ecológicos”, de “preservação da natureza”.

Por outro lado, cabe destacar a Estação de Transbordo Lomba do Pinheiro⁸¹, também razão do intenso fluxo de caminhões nas ruas próximas à pedreira, visto que há uma distância de menos de 1km entre uma e outra. Ainda, como certa vez disse um morador, “tem três grandes empresas aqui”, nas proximidades da pedreira: o próprio local de extração, administrado pela Pedraccon, a usina de reciclagem de material de construção civil, também administrada pela referida mineradora, e uma empresa da área de microeletrônica, fabricante de semicondutores (chips), a CEITEC.

No plano diretor da cidade, ainda, o bairro integra uma região com “potencial para ocupação residencial miscigenada em especial para projetos de habitação de caráter social”. Reconhecidamente parte de uma “periferia urbana”, em que não há infraestrutura de serviços básicos, condições de salubridade e onde “ao subproletariado era permitido se estabelecer” (PMPA, 2000:43). O processo de ocupação de uma região rural iniciado em 1950, encontra em 1980 uma “explosão populacional” e, a partir daí, a constituição das vilas que formam movimentos reivindicatórios. Uma década mais tarde foi introduzido o orçamento participativo em Porto Alegre, o qual seria responsável por acrescentar um canal de mediação entre as reivindicações dos habitantes e a esfera pública municipal⁸².

80 O parque é uma Unidade de Conservação (UC) desde 2003 e possui 1148,62 hectares, dos quais 908ha são de preservação permanente. Apenas 11% da área está situada em Porto Alegre, sendo o restante na cidade vizinha de Viamão.

81 Segundo o Departamento Municipal de Lixo Urbano da PMPA: “A Estação de Transbordo é o local onde os caminhões da coleta domiciliar e de lixo público descarregam todo o resíduo de Porto Alegre. Ali, o lixo é pesado e transferido para carretas (...) que seguem para o aterro sanitário em Minas do Leão, a 113km de Porto Alegre. Ela [estação de transbordo] está localizada no bairro Lomba do Pinheiro em uma área de 18hectares”. Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=110 (acesso em 19.08.2013). O aterro sanitário de Minas do Leão é mencionado por Cioccarri (2010): sobre isso, ver nesta dissertação “2.4.1 A Usina de Reciclagem de Material para Construção Civil”.

82 Para alguns habitantes, como veremos, esse canal nem sempre é eficaz.

As reclamações sobre a distância e a demora nos ônibus, que podem aparecer em comentários jocosos como o da menina com quem eu partilhava o espaço da parada de ônibus, denotam aquilo que me parece “ambíguo” nas definições sobre os locais das pedreiras: “nem tão próximas, mas também não muito distantes das zonas urbanas...”. Ambiguidade certamente não é o termo mais apropriado, mas a maleabilidade dessa definição implica, aqui, discutir que lugar é esse onde está situada uma pedreira – lugar que também é parte do chamado “Caminhos Rurais” (embora na rota turística apenas a vinícola seja um dos pontos visitados). Essa insinuação, de uma região *entre* demarca um lugar um tanto visível, um tanto invisível, onde são instaladas as pedreiras. Enquanto no trajeto turístico a vinícola assume a face visível, a pedreira que reside ao lado permanece *fora-de-campo*⁸³.

Nesse sentido, é como se a região sempre respeitasse a regra econômica de que as pedreiras devem se situar em zonas urbanas *nem tão próximas dos centros das cidades, mas também não muito distantes*, visto que o transporte e o carregamento de pedras pode encarecer demasiadamente seu custo.⁸⁴ Como observou Lucia Anello “os graniteiros de Capão do Leão (cidade da região sul do estado do RS) produzem pedras para pavimentação mas suas ruas e bairros não são pavimentados” (2009:28) o que nos conduz à (in)visibilidade dos territórios nos quais se instaura a atividade de extração de rochas. Às margens dos centros urbanos, contribuem para o “desenvolvimento” da cidade, ainda que situadas em regiões não reconhecidas como “desenvolvidas”⁸⁵. As pedreiras e seus entornos, assim, sugerem mais uma *natureza indesejada*⁸⁶ que a “natureza domesticada” (Elias, 1991) de parques e bosques, obsessão de dominação tão marcante da civilização ocidental. A paisagem aí fabricada é como uma ameaça (portanto, poluída e poluidora) à cidade, à civilização⁸⁷.

83 Faço uso, aqui, de uma metáfora cinematográfica.

84 Utilizo o termo “região” na falta de outro mais apropriado. São inúmeras as discussões acerca desse conceito não apenas nas ciências sociais, mas também na geografia. Por ora, me valho das palavras de Bourdieu quando refere-se a Paul Bois, sobre a dimensão *temporal* dessa noção, ou seja, “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo” (Bourdieu, 2006:115). Acrescentaria, ainda, a complementação entre espaço e tempo.

85 Conforme destacou Almeida (1999), a noção de desenvolvimento substitui a de progresso passando a incorporar todas as dimensões da vida social, já que vincula tanto as estruturas sociais quanto as mentais. Como uma metáfora mais abrangente que a de progresso, o desenvolvimento torna-se o maior objetivo da humanidade e o “estágio urbano de modernidade” (ibid:39) é o seu melhor exemplo. A cidade, portanto, é uma figura fundamental do processo civilizador.

86 Trata-se de uma “natureza indesejada” na medida em que (1) necessita de um afastamento constante do que é considerado civilizado, higienizado (ou seja, em termos de cidade) e (2) necessita da constante mitigação, que é um esforço de domesticação, no que se refere ao silenciamento dos ruídos, à arborização nos contornos da pedreira como medida de atenuação da “degradação da paisagem”. Os parques e bosques, já domesticados, necessitariam mais da manutenção da domesticação do que a luta por domesticá-los.

87 Parece-me que a própria divisão urbano/rural é herdeira da oposição natureza/cultura.

2.4 A(s) pedreira(s), temporalidades da extração



Figura 5: A pedreira vista da avenida



Figura 6: Topo

Descrever a atual pedreira implica, também, falar daquela desativada. As informações de uma e de outra são oriundas das conversas com moradores(as), trabalhadores e ex-trabalhadores, coletadas como fragmentos, já que não obtive uma entrada na empresa.

A pedreira administrada pela Pedraccon iniciou sua atividade nos anos 2000, quando entrava em processo de fechamento a mina hoje desativada, a 400m de distância. Esta unidade, a única da empresa (até então⁸⁸) localizada na cidade de Porto Alegre, possui 500 funcionários, dos quais uma parcela reside no entorno da pedreira, enquanto outros moram em cidades da região metropolitana – principalmente aqueles ligados ao trabalho de pavimentação, ou seja, não diretamente na mina ou nas usinas a ela adjacentes. No local, mina e usinas totalizam cinco unidades referentes à extração e beneficiamento do material: (1) a pedreira, (2) a pavimentadora, (3) a usina de concreto, (4) usina de asfalto e (5) de maquinário⁸⁹. Essa ramificação ou, conforme o DNPM (2009), uma integralização vertical comum nesse setor da economia mineral acaba por contemplar grande parte do cadeia produtiva da pedra - a empresa extrai e transforma o que foi extraído, além de vender a brita residual.

⁸⁸ Uma trabalhadora do entorno ressaltou que estava em vias de ser instalada uma nova mina em Porto Alegre.

⁸⁹ Em 2013 a abrangência estendeu-se: a mineradora construiu um centro de reciclagem de resíduos de construção civil.

Os logos exibidos nos caminhões, nas betoneiras, nos uniformes dos trabalhadores e nas placas situadas na entrada da pedreira fazem referência aos nomes “Pedraccon” e “Concrepedra”. A primeira seria responsável pela extração, enquanto a Concrepedra trata da fabricação de concreto e pavimentação. No entanto, também são conhecidas como Zandoná Mineração, nome que referencia a família, ou, como ouvi certa vez, o *velho Zandoná*. O pai concedeu a cada um dos três filhos uma empresa diferente, mas pertencente ao mesmo ramo – ou, digamos, de ramos que se encontram. Por exemplo, a Pedraccon e a 3Z, ambas (também) ligadas à maquinário, trabalham juntas na reforma de um estádio de futebol em Porto Alegre.

Essa ramificação, aliás, foi uma das justificativas apresentadas pelos interlocutores para minha dificuldade em entrar na *firma*: “são duas empresas aí dentro”, “são três empresas, não, na verdade são cinco”. Essas várias administrações sobre uma mesma pedreira, ou num mesmo lugar, implicavam em aprovação de minha entrada por parte de muitas pessoas diferentes, e isso parecia complicado, já que se tratam de empresas distintas.

Outros associavam minha não entrada às irregularidades da empresa. Ainda que haja entre alguns habitantes o reconhecimento de benefícios oriundos da pedreira e mesmo o reconhecimento de que ela atua “conforme o meio ambiente”, resta tácito que essa possui suas restrições para entrada de desconhecidos, também podendo ocorrer com conhecidos – no caso, ouvi esse comentário de um familiar de trabalhador. Numa conversa com dois habitantes, ambos concordavam quanto ao respeito ao meio ambiente por parte da empresa, e igualmente concordavam quanto à pouca receptividade para conhecê-la: “eles tem muitas restrições, regras” (...) “eles fazem conforme o meio ambiente, mas tem essas restrições...não pode tirar foto lá dentro”.

As irregularidades que ocorrem “dentro dos serviços”, por sua vez, são mais facilmente relatadas quando se refere ao passado, à mina desativada. Em relação à pedreira em atividade, a mera existência das placas de “proibido entrar”, “proibido tirar fotos”, já era reveladora de minha dificuldade para entrar, como certa vez refletiu uma habitante. Entre as hipóteses elencadas pelas pessoas com quem conversei – várias empresas num lugar só e as irregularidades e/ou restrições – concordava-se num ponto: não seria fácil entrar ali.

A área referente à pedreira em atividade já foi de propriedade de Faustino Bordignon, também proprietário de um laboratório de ervas medicinais – recentemente fechado por determinação da Anvisa – e da Vinícola Bordignon⁹⁰, situada em frente à Pedraccon. Tanto um quanto outro estão localizados nas proximidades da pedreira. Em relação a mina desativada, no que tange as sucessões de administrações, cabe salientar uma indústria ligada à fabricação de complexos minerais da área veterinária e uma construtora. A cavidade que dela restou foi adquirida pela atual mineradora para fins de compensação ambiental: uma recomposição será realizada para diminuir sua profundidade, visto que, como mencionado no primeiro capítulo, essa é uma das maiores pedreiras desativadas da cidade. Ao redor, está sendo construída uma usina de reciclagem de material de construção civil, a qual descreverei adiante.

As atividades da antiga pedreira iniciaram em agosto de 1975. Antes, no local, residia uma família italiana de agricultores⁹¹ que comercializava seus grãos e frutos com a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA). Após a morte de grande parte da família, a área foi vendida para a empresa produtora de fertilizantes, momento em que foi iniciada a atividade extrativa. À época, não se tratava apenas de uma mina e uma mineradora, mas de várias no estado do Rio Grande do Sul – outros locais de extração, como nos municípios de Pinheiro Machado e Cachoeirinha, e outros materiais além de pedra britada, como calcário e cascalhos. Todas pertencentes ao mesmo proprietário.

A atividade extrativa desenrolou-se até os anos 2000. “Isso aqui ficava cheio de caminhão” disse, certa vez, um morador sobre a Estrada Capoeiras, até hoje uma rua de “chão batido”. Hoje, os caminhões circulam pela Estrada da Pedreira II, onde se situa a principal entrada da empresa, e asfaltada por esta justamente para que os automóveis de carregamento possam transitar. Nas ruas que circundam a pedreira, “às 6h já tá cheio de caminhão”, e a circulação permanece intensa, especialmente em horários como das 13h às 14h, em função das explosões de rocha que ocorrem em dois momentos do dia: entre 12h e 13h e em torno das 17h. Como certa vez disse uma das trabalhadoras do entorno: “são três caminhões que entram, quatro que saem” - circulam com muito mais frequência que os ônibus. Os vaivéns dos caminhões se concentram ali, para depois se dissiparem no espaço da(s) cidade(s).

90 Como descrito no capítulo I, a vinícola faz parte da rota turística chamada “Caminhos Rurais”.

91 Apesar de ser difícil implantar a agricultura em terras apropriadas para a extração de pedras.

A mão-de-obra da atual e da antiga empresa foi composta, principalmente, por “gente de fora”. “Eles não pegavam gurizada daqui” costumava dizer uma interlocutora, ao traçar as transformações daquele lugar que, para ela, “não mudou quase nada”. A maior parte dos trabalhadores passa a residir nos arredores da pedreira quando nela começa a trabalhar, seja em residência fornecida pela própria mineradora, seja através de outras formas de moradia – um casal migrado há 33 anos para que o homem viesse trabalhar na pedreira, conta que algumas pessoas acabavam por morar em sítios de outros moradores, cuidando das plantações que ali haviam, como forma de pagamento pela moradia. A configuração se assemelha, em alguns pontos, às vilas operárias estudadas por Leite Lopes (1976) e mesmo à “comunidade de trabalho” estudada por Eckert (1985, 1993), no sentido de que grande parte dos empregados da empresa residem ao redor dela e ela, em grande medida, lhes fornece moradia.

No entanto, não arriscaria afirmar que se trata de uma vila ou bairro operário pois há uma multiplicidade de moradores que transcende o escopo de funcionários da referida empresa – aqueles que já moravam e nem sempre passaram a nela trabalhar, aqueles que migraram por outros motivos, como o baixo valor dos terrenos (tendo em vista que muitas áreas do bairro Lomba do Pinheiro são de ocupação). Ainda assim, uma parcela de funcionários da atual empresa permanece morando em cidades da região metropolitana de Porto Alegre. As íntimas e próximas relações dão forma à uma configuração socioespacial particular, em que a tensão entre os habitantes do entorno e a empresa que ali se instalou revela-se, ou quase se revela, nas falas que fazem referência à dificuldade de se dizer certas coisas em função de haver aqueles que ainda trabalham na mineradora, como uma ambiência de constrangimento social – embora haja outros habitantes que verbalizem de forma mais explícita aspectos como os de irregularidades e processos judiciais ligados à propriedade e moradia.

O uniforme cinza com listras amarelas carrega o logo “Concrepedra”. Expostos nos varais das casas ou nos corpos dos funcionários, lembram o cotidiano de trabalho numa fábrica. A dinâmica de entrada e saída de trabalhadores é realizada em diversos horários; podem sair às 15h, às 17h e mesmo depois do anoitecer, sem configurar uma saída maciça de empregados. Alguns caminham mais que outros para chegar aos seus destinos – as casas e, certas vezes, o armazém ou o bar. Outros utilizam carros e motocicletas, mesmo quando

moram perto. Porém, nem todos residem nas proximidades da pedreira, há também aqueles que residem na região metropolitana de Porto Alegre.

Uma parcela dos trabalhadores, entre caminhoneiros e aqueles do interior da mina, inicia a jornada de trabalho às 7h da manhã e a finaliza em torno das 17h. No entanto, a pedreira nunca esvazia-se de pessoas, necessita sempre de um e outro funcionário para assegurá-la, visto que os explosivos utilizados para o desmonte da rocha ficam ali depositados e é necessário que alguém permaneça sempre na mina para garantir que não sejam roubados. Afinal, como certa vez me comentou uma moradora: “quando um ladrão explode o banco, assalta, como ele consegue os explosivos?”, até mesmo por isso, os seguranças não andam uniformizados como os demais funcionários, para que não seja fácil sua identificação enquanto empregado da mineradora.

2.4.1 A Usina de Reciclagem de Material para Construção Civil

Sabia dos perigos de caminhar por ali, numa rua mais deserta que aquela dos eucaliptos. O dia ensolarado, no entanto, trazia certa segurança. Segui calmamente por uma das ruas de terra. A intensa vegetação, de um lado e outro, cobria parcialmente o sol. Há alguns dias estava quente e seco. No percurso retilíneo desse chão arenoso, carrocerias amassadas de automóveis chamaram minha atenção – lembravam os comentários das moradores daquele *beco* ao redor da extinta pedreira do bairro Tristeza sobre pessoas que roubavam carros e jogavam os restos, retorcidos e desmanchados naquela área, assim como as falas sobre os humanos e não-humanos deixados nos “Eucaliptos”.



Figura 7: A entrada da usina

No final do percurso estava a entrada do que viria a ser a usina de reciclagem. Continuei, sozinha, a caminhada pela sinuosa rua. Após adentrar os portões abertos daquilo que até então eram montes de areia, brita e algumas residências em tijolo, um carro aproximou-se e estacionou ao meu lado. “Tá perdida?” perguntou o motorista; respondi “não, eu vim conhecer esse local em função de uma pesquisa que realizo com habitantes aqui da região”. Ele, um funcionário, explicou-me de que se tratava aquilo.

Com maquinário oriundo da Alemanha, a usina está sendo construída sobre a área da extinta pedreira, como compensação ambiental da atividade extrativa realizada pela Pedraccon. Conforme um dos trabalhadores da referida indústria, foi também em decorrência do que havia sido degradado, ao longo de três décadas, pela empresa anterior, que a Pedraccon exercia tal compensação: assim, além da reciclagem dos materiais de construção civil, será realizada uma reconstituição da depressão que existe hoje no local⁹². Apesar da lei municipal sobre as áreas de extintas pedreiras reiterar o uso para fins “culturais”⁹³, com

92 A diferenciação desses resíduos em relação aos demais foi enfatizada pelo funcionário, pois como já está prevista a chegada de materiais de diferentes tipos, sua “limpeza” será necessária. A reconstituição da cavidade será com camadas de argila e restos de resíduos não aproveitados na reciclagem.

93 A lei municipal n. ° 9.729 (24 de março de 2005) “declara como área de interesse turístico e cultural as pedreiras desativadas existentes no Município de Porto Alegre, autoriza o Executivo Municipal a firmar

infraestrutura para shows e demais eventos – como ocorreu com diversas pedreiras em Curitiba, capital do Paraná – a “compensação” realizada nesse local atende mais aos critérios de “mitigação da degradação da paisagem” simbolizada pela cavidade. De toda forma, a obra foi licenciada (LI 012295/2011) pela SMAM, PMPA e em março do presente ano teve início seu funcionamento.

Notícias veiculadas pela imprensa local mencionam a necessidade de construção de uma usina como essa num momento em que a cidade de Porto Alegre aumenta consideravelmente a produção de resíduos sólidos de construção em função da Copa do Mundo de 2014. As diversas transformações urbanas que ocorrem atualmente na cidade tem produzido resíduos que extrapolam as reservas existentes⁹⁴. Conforme informou a prefeitura de Porto Alegre⁹⁵,

A prefeitura assina nesta terça-feira, 3, acordo com o Ministério Público e a empresa Pedraccon Mineração Ltda. para a recuperação de passivo ambiental decorrente de atividade de mineração no Morro da Pedreira, na Lomba do Pinheiro. No local, será implantada Usina de Recebimento e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil (RCC). (...) Segundo Záchia⁹⁶, com a assinatura do acordo será resolvido não apenas o passivo ambiental decorrente de atividade de mineração no Morro da Pedreira. “Além de recuperar a cava aberta devido à mineração histórica, devolvendo as características originais e cobertura vegetal ao morro e resolvendo o problema da deposição de resíduos de demolição de Porto Alegre por mais de 20 anos, haverá a instalação da Usina de Reciclagem, que irá baratear o custo de materiais da construção civil e gerar empregos verdes”, ressalta. O secretário lembra que, desde o início de 2011 a Smam busca soluções para antigo impasse: onde depositar a calça de obras da Capital, que muitas vezes acaba sendo deixada de forma irregular em praças, parques, arroios e vias públicas. “Porto Alegre gera anualmente cerca de 75 mil toneladas de RCC e só tem um aterro licenciado para receber o material [situado na zona norte] (...). Estima-se que 2 milhões de toneladas de RCC serão produzidas até 2014 com a reforma de estádios e outras obras estruturais. (04/07/2012)

Assim, se o projeto de construção da usina já vinha sendo pensado há alguns anos pela empresa Pedraccon, como disse-me um de seus funcionários, sua efetivação se dá hoje em

convênio com pessoas físicas ou jurídicas para o aproveitamento das pedreiras”.

94 De acordo com um representante da ABRICON, mais de 60% dos resíduos da cidade são inertes, ou seja, provenientes da alvenaria. (fonte: Programa Cidadania, emissora TVE, edição de 06/06/2013; ver nota de rodapé n.32).

95Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=153159&CAPITAL+TERA+USINA+DE+RECICLAGEM+DE+RESIDUOS+DE+DEMOLICAO (acesso em 24 de agosto de 2012)

96 Luiz Fernando Záchia, ex-secretário municipal do meio ambiente, foi afastado do cargo em abril de 2013 por acusação de envolvimento em fraudes nos licenciamentos ambientais de empreendimentos imobiliários e extração de areia no Rio Grande do Sul (ver próxima seção).

decorrência desse contexto específico da Copa e, também, levando em consideração um certo “atraso” do Rio Grande do Sul diante de outros contextos de extração de agregados. Segundo seu relato, a região nordeste do país conta com muito mais usinas de reciclagem. Então, é também num contexto onde o futuro mostra a inviabilidade da extração de pedras – como ele disse “no futuro não vai ter extração de pedras” - que é efetivada a construção da usina⁹⁷.

A construção da usina de reciclagem pela mesma empresa que minera, beneficia e transforma a matéria extraída, acrescenta um novo elemento à chamada “integralização vertical”, comum nesse ramo da mineração. Segundo o DNPM,

As concreteiras (...), não raramente, atuam desde a extração dos minérios agregados, passando pela produção de cimento, até a preparação do concreto e entrega na obra, comerciando ao mesmo tempo produtos e serviços. O benefício dessa integração vertical são menores custos de produção (e comercialização) e maior eficiência tecnológica. Um custo menor de produção é possibilitado pela eliminação dos agentes fornecedores (integração para trás) e internalização de processos, bem como, menores custos de transação. (La Serna e Rezende, 2010:607)

A integralização vertical é trazida com naturalidade nas publicações institucionais desses órgãos, já que possibilita a diminuição dos custos de transação. No que concerne a referida empresa, esses processos ocorrem também em outras unidades, situadas na região metropolitana de Porto Alegre. A justificativa, na mesma linha daquela que define os locais das pedreiras, gira principalmente em torno do baixo custo e sobre sua diminuição. Os processos produtivos agregados nessa integralização não contemplavam a reciclagem, o que a aproximaria do contexto de sustentabilidade (segundo produtores), já que é visado um futuro no qual não se poderá mais extrair.

97 Um tipo de compensação ambiental diferente da que foi realizada pela Copelmi, em Minas do Leão (RS). Conforme mostrou Cioccarri (2010), uma das compensações ambientais da referida Companhia de Mineração (de carvão) foi a instalação, na década de 1990, de uma central de resíduos nas proximidades das minas, ou o “lixão” (como chama a população), empreendido a partir de uma parceria entre a mineradora e a prefeitura. A autora mostrou os descontentamentos e contestações de habitantes do município que não compreendiam o caráter ambiental de tal compensação, afinal “ao invés de oferecer à natureza uma contrapartida no sentido de devolver a fertilidade ao solo, a empresa havia instalado um depósito de lixo” (ibid:438). Como observou a autora, apesar de contrários ao lixão, não necessariamente eram contrários à empresa ou à mineração, visto que a maior parte da população é constituída de trabalhadores mineiros. No que concerne a construção da usina no bairro Lomba do Pinheiro, o que pude observar é que não houve nenhum tipo de diálogo com a população local a respeito da construção e do que está sendo considerado “compensação ambiental” - apenas a título de exemplo, as “medidas compensatórias” a serem realizadas pela Pedraccon em função da “intervenção” em “1298 vegetais” por causa da instalação da usina se dará na “execução de serviços e fornecimento de materiais e equipamentos” à SMAM.

Se a construção da usina soa como um novo elemento à atividade e aos “cuidados” (e proteção) com o meio ambiente, como sugerem as considerações de Gisli Palsson (2001) a respeito do paternalismo, ela também é tributária do já conservador processo de concentração de lucro; de certa forma, podemos dizer que a empresa recicla aquilo que ela própria extraiu.



Figura 8: Árvores para ocultar pedras, mitigações da "degradação da paisagem"

3 HABITAR O ENTORNO DE UMA PEDREIRA: RISCO, POLUIÇÃO, NATUREZA E MEIO AMBIENTE

*E onde estão as pessoas cujas mãos construíram essa cidade,
papai?
Onde pertencem (...),
Nas profundezas da terra.*

Metropolis, 1927.

“Uma metrópole não é feita de outra coisa senão de gente de toda classe, chegada de toda parte”, anunciava Delgado Ruiz (2003:09) ao lembrar os ensinamentos da Escola de Chicago. Para o autor, “na cidade nada deveria ser considerado intruso, basicamente porque não existe nada que não o seja”, afinal “todos vieram de fora alguma vez” (ibid:12). É a partir dessa ideia que trago relatos das trajetórias e dos deslocamentos de pessoas que foram morar no entorno da pedreira, ou que nela e ao redor dela foram trabalhar; as quais, muitas vezes, também migraram com a finalidade de trabalhar em Porto Alegre e naquele local encontraram certa facilidade na aquisição de moradia⁹⁸ – embora seja comum, em dado momento, através das gerações, um membro da família ter trabalhado ou ainda trabalhar na “firma”.

Nesse sentido, ao pensar tanto em quem trabalha, quanto quem não trabalha, e como se revelam os discursos sobre a mineradora que ali está, procuro pensar seus impactos – na medida das transformações do lugar, da cidade e do ambiente, bem como entre os habitantes – e as tensões que permeiam suas relações numa perspectiva processual sobre uma pedreira que não está em vias de se instalar, mas já se instalou, há décadas, e muitos dos constrangimentos vividos pelos que habitam seu entorno estão relacionadas à ela ou aquilo que sua instalação provocou como mudança no cotidiano vivido. É com essa intenção que trago esse capítulo.

Famílias que migram para exercer esse trabalho e a constituição de moradias no entorno do local da atividade; a instalação de pequenos comércios nos arredores; novos – ou constantes – deslocamentos de pessoas e pedras (em função de seu carregamento e

⁹⁸ Pelo valor pago para a compra de terreno ou casa.

distribuição na cidade) e o decréscimo dos morros para crescimento da cidade⁹⁹. É sobre esse lugar *nem tão próximo e nem tão distante da zona urbana*, através da perspectiva de seus habitantes, que trago esse capítulo. Início pela descrição fragmentária de algumas das pessoas com quem conversei, como uma forma de apresentá-las e uma possibilidade de imaginarmos quem são os habitantes desse local, em termos de suas trajetórias, condições de vida e suas reflexões sobre a atividade extrativa e as implicações nos modos de vida de quem habita o entorno de uma pedreira.

Os arredores das pedreiras mostram-se como territórios marginais nas cidades, geralmente distantes dos “centros urbanizados”. Os relatos trazidos pelos interlocutores a respeito de suas trajetórias fornecem pistas para pensarmos a marginalidade de alguns migrantes, não como uma figura objetiva, mas como um “personagem imaginário” que é construído socialmente, o que torna igualmente intensa sua realidade (Delgado Ruiz, 2003:13) enquanto sujeito às margens de seus direitos à cidade. Cabe salientar que essa marginalidade não é totalmente estática, já que os sujeitos, em seus deslocamentos cotidianos, também apropriam-se de táticas (De Certeau, 1998) para lidar com as “assimetrias dos fluxos” (Hannerz, 1997)¹⁰⁰.

Assim, alguns processos reproduzem-se metonimicamente nas pequenas, médias e grandes minerações: migrações de trabalhadores e suas famílias para a região onde se implementa a jazida, a *concessão* de moradias a eles – ensejando aquilo que dizem alguns interlocutores da pesquisa sobre “todo mundo ter alguma relação com a pedreira” –, o

99 Pensar uma atividade não reconhecida (portanto, desconhecida) nessa cidade, assim como um lugar (região) ocultado pelo fenômeno urbano (conforme tentei demonstrar no capítulo 1, especialmente acerca das noções de Mundo e Antimundo) é, aqui, o mote.

100 A assimetria de fluxos a que se refere Hannerz está colocada num debate sobre fluxo e contrafluxo cultural no contexto de globalização. Como observa Escobar (2005), Hannerz discute “lugar, cultura e poder” quando revisita as “palavras-chave da antropologia transnacional” as quais seriam: fluxos, fronteiras e híbridos. Para Hannerz, embora seja necessário reconhecer o caráter processual (no tempo e no espaço) da(s) cultura(s) e das linhas de fluxos culturais que tornam obsoleta qualquer visão que pense a cultura como não processual, ainda considera impossível não “distinguir os centros das periferias”, mesmo quando há mais de um centro e mais de uma periferia. Para ele, por exemplo, algumas formas institucionais atribuídas à chamada “modernidade” impõem-se desigualmente no fluxo. Por fim, “o que a metáfora do fluxo nos propõe é a tarefa de problematizar a cultura em termos processuais, não a permissão para desproblematizá-la, abstraindo suas complicações” (ibid:15). Aproprio-me da metáfora no que tange as desigualdades e assimetrias para pensar, ao menos, dois fluxos possíveis: (1) deslocamentos dos habitantes de uma a outra cidade em busca de trabalho, por exemplo, o que configuraria um “fluxo migratório” e (2) fluxos da matéria, a pedra, que constitui a cidade em sua “realidade física”. O encontro dessas linhas pontilhadas de fluxos de pessoas e “recursos naturais” (como é vista a natureza sob o paradigma da exploração mineral) pode nos ajudar a pensar processualmente tanto “cultura” quanto “ambiente”, de como os ambientes se processam.

cotidiano de trabalho, habitação e vizinhança, os “riscos” (Beck, 2010) oriundos da atividade, bem como os processos que se desdobram após a desativação da mina – por exemplo, processos judiciais: um exemplo em torno da disputa por propriedade entre famílias de ex-trabalhadores e um suposto proprietário que volta a reivindicar a posse da área, como ocorreu no entorno de uma extinta pedreira localizada no bairro Tristeza, e como ainda ocorre, em certa medida, entre habitantes do entorno da pedreira no bairro Lomba do Pinheiro.

3.1 Quem habita o entorno

Sob o dilema ético de não revelar quem são essas pessoas, das quais a simples substituição dos nomes pode não ser uma estratégia plenamente eficaz, dediquei essa seção aos fragmentos de trajetórias sociais e histórias de vida, como pistas imprecisas sobre os perfis desses que habitam o entorno da pedreira. Mesmo assim, num lugar onde *todo mundo se conhece*, essas descrições são certamente suficientes para identificá-las e, por isso, procurei não trazer aspectos mais problemáticos das “acusações interpessoais” (Weber, 2009:66) referidas a habitantes e, sobretudo, à firma. Meu receio era o de que qualquer descrição pormenorizada (na qual apareça essa forma de acusação) poderia trazer a efetivação de um conflito, às vezes latente.



3.1.1 Alguém que nasceu ali

- *Eu nasci em 1938, embaixo daquela figueira, tá vendo?*

- *Sim, é linda ela.*

- *É, e aí quando eu me mudei, eu plantei outra figueira aqui. Vou nascer e morrer embaixo de uma figueira! (ele havia encontrado a “muda” da árvore num terreno baldio, próximo à sua casa.)*

Sr. Ney iniciou o trabalho em 25 de setembro de 1975 na pedreira desativada. Primeiro, foi carpinteiro, depois tornou-se *encarregado*, um papel descrito por Miguel Vale de Almeida (1996:168) como “aquele que lê melhor a pedra que os outros”, em sentido próximo ao do camponês que sabe “ler” o solo (ibid.). Para Ney, ser encarregado era ser o *faz tudo* da empresa e, portanto, trabalhar em todas as firmas, dentro e fora de Porto Alegre, sempre que fosse exigido pelo patrão.

De seus três filhos, um também se tornou *faz tudo* (em outro tipo de trabalho) enquanto os outros dois também trabalharam nas pedreiras – um faleceu prematuramente quando tinha cerca de 30 anos, à época funcionário da pedreira desativada. Ele mantinha-se inconformado com os rumos profissionais do primeiro filho diante da reprodução de uma desigualdade através das gerações, assim como não se conformava com as irregularidades vistas/vividas quando de sua época de trabalho. No decorrer de sua trajetória profissional, justamente por “fazer tudo”, também foi pedreiro nas demais unidades da mineradora, como na fábrica de calcário, localizada em Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul (município onde, segundo o ex-trabalhador, teriam iniciado as atividades da empresa). Na pedreira atualmente desativada, trabalhou até 1997.

3.1.2 João e Maria

Conheci Maria muito tempo depois de conhecer seu marido e uma de suas filhas. A primeira vez que os encontrei foi ainda em 2011, quando, após o insucesso da entrada na empresa, procurei encontrar um comércio onde eu pudesse ter contato com trabalhadores(as), supondo que consumissem nesses locais.

Ela e o marido migraram para Porto Alegre há 33 anos. Ele veio trabalhar na pedreira hoje desativada. Oriundos de diferentes municípios do Rio Grande do Sul, ela de Caxias¹⁰¹ e ele de Lajeado, conheceram-se quando trabalhavam numa indústria no interior do estado. Quando essa entrou em falência, ocorreu a demissão e, então, o casal permaneceu cerca de seis meses à procura de trabalho até que ele, por intermédio de um de seus irmãos, conseguiu um emprego como motorista de caminhão na mineradora.

Quando chegaram na cidade, apenas a mais velha dos três filhos era nascida, à época com um ano de idade. A família morava num sítio do entorno que, em troca da moradia, o proprietário (do sítio) lhes exigia o trabalho nas plantações. O casal alternava entre os horários de trabalho no sítio e na pedreira, no caso dele, e no cuidado com a casa e a filha, no caso de Maria. No sítio, trabalhavam juntos. Como certa vez ele salientou: “ela pegava na enxada também”. Embora o trabalho fosse uma forma de pagamento pela moradia, na visão do casal,

¹⁰¹ Caxias do Sul possui uma população significativamente maior se comparado aos demais municípios (excetuando Porto Alegre) aqui citados: 465mil habitantes.

eles viviam “de favor”. Foi no decorrer do tempo residido nesse lugar que, aos poucos, foram conquistando sua própria moradia. Adquiriram um terreno na vila MAPA, montaram um comércio e depois retornaram para a Estrada Capoeiras, onde hoje possuem sua casa e seu armazém.

Essa forma de moradia coexistia com outra, largamente descrita pelos estudos sobre trabalhadores mineiros, a das residências concedidas pela empresa mineradora. Segundo Maria, tais residências são apropriadas apenas para funcionários “sozinhos”, ou seja, sem família, devido ao tamanho das casas. Assim como Maria e João, outros casais migraram para Porto Alegre no mesmo período: um casal de amigos seus também veio residir nesta cidade para que ele trabalhasse na pedreira (então em atividade), e aqui permaneceram. Hoje, possuem suas próprias casas (e alugam outras residências das quais são proprietários, em ruas próximas à pedreira).

O sítio, como tentavam me explicar, era próximo à casa verde, ao laboratório de ervas medicinais e, portanto, também próximo dos grandes tonéis de madeira. Quando chegaram, era tudo mato, não havia ainda redes de água e esgoto, o que fez com que os moradores se acostumassem a utilizar os poços d'água. Para ele, ao longo desses (mais de) trinta anos, o lugar mudou bastante: tem mais casas. Ela, entretanto, considera que nada, ou *quase nada mudou*. Algumas moradias a mais naquelas ruas não representavam uma significativa mudança. Como ele ressaltou: “é só tu ver, o que tem na volta da pedreira? É morro ó, é tudo mato” embora haja “três grandes empresas”. O saneamento básico ainda não existe, por isso muitos moradores ainda fazem uso dos poços, visto que, como dizem, “é assim que se faz num local onde não tem saneamento [básico]”.

Eles possuem uma horta em casa. Ela e o marido moram no segundo andar, enquanto seu cunhado reside no térreo, do qual o pátio é a própria horta. Assim como eles, outra moradora do local, que migrou de Palmares¹⁰² há 50 anos, havia me apresentado seu jardim como uma pequena mata onde ela cultivava flores e ervas.

Maria não conseguia parar de trabalhar, dizia não suportar “ficar parada”, por isso, a todo momento realiza alguma tarefa doméstica ou fabrica algo para ser vendido no armazém:

102 Palmares, ou Palmares do Sul, com cerca de 10mil habitantes, é um município situado na costa litorânea do estado.

os pães, as cucas e as mantas feitas de tricot. Para ela, viver ali é como “viver num buraco”: “assim que ele [marido] se aposentar, a gente vai embora”. Sentia saudades da família, já que apenas os irmãos *dele* moravam ali (o que também propiciou trabalho ao marido, a partir das redes de parentesco¹⁰³). Ainda, entre as duas filhas e o filho homem, apenas o último ainda mora em Porto Alegre – este também já trabalhou na pedreira.

3.1.3 Teresinha e Chico

Nesta seção, trago fragmentos das trajetórias de Chico e Teresinha, aqui aproximados por questões geracionais e por residirem próximos à pedreira, embora não nas ruas do entorno – dessa forma, diferenciam-se de Maria e João nesses dois aspectos.

Teresinha começou a trabalhar no restaurante em 2012. Antes, vendia lanches como “ambulante”, num ponto junto à entrada da mineradora. Moradora do bairro Belém Velho, fronteiro ao Lomba do Pinheiro, é a pessoa com quem me senti mais próxima em termos de faixa etária, já que aparentava ter menos de 30 anos. Talvez também por esse motivo, além do gênero, eu tenha me sentido tão à vontade com ela, desde o primeiro encontro; ela carrega uma espontaneidade na fala.

O trabalho com a venda de lanches aos funcionários da pedreira permitiu-lhe uma ampla noção do grupo de empregados e do funcionamento da empresa. De fato, a expressão “todo mundo tem uma relação com a pedreira” traz sentidos que transcendem àqueles que dizem respeito aos trabalhadores e ex-trabalhadores, atravessando o dia a dia de quem mora e trabalha no entorno, afinal, não é possível ignorá-la.

Chico tem cerca de 40 anos e é filho de um trabalhador já falecido. Seu pai teria sido um dos “fundadores”, migraram de Soledade¹⁰⁴ para Porto Alegre há mais de trinta anos em

103 Não vou discorrer sobre questões de redes de parentesco vinculadas à migração campo – cidade. Para isso, ver por ex., Durham (1973). Meu interesse é lançar um olhar em termos de natureza/cultura, como a partir desse lócus (o entorno da pedreira na periferia da cidade), as pessoas podem elucidar os paradoxos da dicotomias natureza/cultura propondo sentidos desde suas concepções *vividas* e *baseadas num lugar*.

104 Soledade é um município do norte do Rio Grande do Sul que possui, hoje, cerca de 30mil habitantes numa área de 1213km².

virtude da busca por trabalho na pedreira. Filho de *pai campeiro*, neto de *avó benzedeira*, ele associa seu “amor à natureza” ao aprendizado com o pai e a avó. Ao primeiro, tece as semelhanças nas práticas e nas formas de vestir: “eu sou campeiro! Meu pai era campeiro! Meu pai era daqueles gaúchos que andava de bombacha e boina” apontando para si e mostrando também sua boina. Ele, que já trabalhou no laboratório de ervas medicinais, aprendeu esse saber-fazer com a avó e, embora os médicos tenham proibido, segundo Chico, o uso e a fabricação dessas ervas sem receita médica, ele não costuma tomar remédio – aliás, cabe salientar, tanto ele, quanto Teresinha fazem uso de ervas como medicamentos.

Ele tivera muitos pais e mães na vizinhança, assim como se dizia pai (de criação) de muitas crianças. O pai trabalhou como “guarda” na pedreira e, com certa frequência, teve de dormir no interior da mina para assegurá-la. Chico o acompanhou em algumas vezes. Dizia que gostava de estar com o pai no trabalho, embora tivesse sido o filho menos apegado à família. Desde cedo procurou sua própria forma de sustento percorrendo estacionamentos de supermercado para ajudar clientes no carregamento das compras (sem o aval do estabelecimento comercial), a espera de alguma retribuição. Não costumava pedir dinheiro, ressaltou, mas procurava nessas pequenas tarefas uma maneira de remuneração. Atualmente trabalha no setor da construção civil, especialmente com reformas.

O amor à mata nativa e a “consciência” (expressão utilizada por ele) a respeito da natureza emergem de suas relações afetivas com o pai, a avó e o campo. De suas origens rurais, o local para o qual migraram está entre o rural e o urbano, na periferia da cidade.

3.1.4 Trajetórias do campo

No pátio do mercado, a conversa havia se prolongado até o anoitecer. Do dia para a noite, várias pessoas já haviam circulado por ali. Alguns, como Harry, passaram, beberam algumas cervejas e logo se despediram. Pedro e eu permanecemos. No final da tarde, chegou Luis. Então, passamos os três a conversar, enquanto eu tentava oscilar minha atenção entre eles e sr. João, que conversava com outro morador na parte interna do armazém.

Tanto Luis quanto Pedro tinham as trajetórias ligadas à agricultura nas cidades onde nasceram, especialmente na lavoura de fumo, como ressaltaram. Pedro e João são irmãos, e conheceram Luis há cerca de trinta anos, época em que migraram para Porto Alegre. Diferentemente dos dois irmãos naturais de Lajeado, Luis nasceu em Santa Cruz do Sul¹⁰⁵.

O percurso *campo – cidade* presente em seus diálogos transcendia minha tentativa de “pretensão nomológica” de lhes perguntar sobre a relação com o trabalho na extração de pedras¹⁰⁶. Assim, foi da relação com a pedreira que eu esperei ouvir, mas não foi disso que eles falaram. As experiências comuns na “lavoura” ensejaram uma série de histórias das comidas, não das pedras: a conservação das carnes numa época anterior aos refrigeradores, em latas de banha às vezes guardadas em porões frios; a banha que acompanhava o pão na falta da manteiga, os enormes pães de quarto, meio e quilo, como não se faz mais hoje em dia; as compotas, o pernil, as galinhas carregadas nos ombros, de patas atadas e cabeças para baixo, que ao mercado eram levadas para serem trocadas por outros alimentos que suas famílias não produziam. “Era bom aquele tempo”, concluía Luis com a concordância de Pedro – tempo em que saíam as 4h da manhã de casa para passar o dia na lavoura; sendo almoço levado pela mãe e, à noite, chegavam em casa “varados de fome”.

A morada e o trabalho no *campo* são aspectos partilhados entre diversos moradores do entorno da pedreira que vieram residir no local há cerca de três décadas. A lida com a “plantação” (a “lavoura”), no entanto, é algo que perpassa diferentes gerações, seja entre os que chegaram há trinta anos, sejam aqueles mais antigos ou mesmo pessoas mais novas.

Uma íntima relação entre a atividade mineradora e a atividade agrícola, ou entre o trabalho industrial e os pequenos trabalhos ligados à agricultura foram apontadas por Inês Fonseca (2006) em seu trabalho sobre uma vila mineira no sul de Portugal. Em seu estudo, a autora percebeu que a atividade mineira e a atividade agrícola existiam em paralelo: quando a primeira entrava em inatividade (dada sua alternância entre atividade e desativação no decorrer do tempo), a “comunidade” optava pela segunda. Essa continuidade também

105 Município do interior do estado, com população aproximada de 124mil habitantes.

106 Pedro, assim como Ney, trabalhara de “faz tudo” na pedreira (agora) desativada.

perpassa os habitantes do entorno da pedreira embora, com quem conversei, trate-se sobremaneira, dos pequenos cultivos, às vezes em hortas nas suas próprias moradias¹⁰⁷.

Essas práticas, de pessoas as quais poderíamos enquadrar em termos sociológicos mais abrangentes em “classes populares” ou “camadas trabalhadoras” (pelos aspectos de migração “campo-cidade” e o “valor-trabalho”) interessam na medida em que, possuindo trajetórias ligadas ao ambiente rural – e que residem, hoje, na periferia do “urbano” – oferecem, a partir de suas práticas aprendidas no âmbito da oralidade e do conhecimento tradicional, suas próprias concepções acerca de meio ambiente, natureza e sustentabilidade.

3.3 Um lugar onde *todo mundo se conhece*

Era preciso pegar três ônibus para chegar ao “campo” quando o ponto de partida era minha casa, ou dois, se o ponto de partida fosse o centro de Porto Alegre ou o campus universitário no qual estudei. Como o terceiro normalmente demorava a aparecer (o intervalo entre os ônibus acarretava um tempo de espera duas ou três vezes maior que aquele decorrido para o primeiro ônibus), não raro o percurso ao entorno da pedreira foi finalizado à pé. Do ponto onde descia do segundo ônibus até o destino final, a caminhada era rápida porém arriscada. Para os moradores era “perigoso andar por ali¹⁰⁸”, principalmente nos “Eucaliptos”¹⁰⁹.

Dessa forma, uma clara diferença se impunha entre chegar de ônibus e chegar à pé ao “campo”, que estava além da mobilidade (ou do deslocamento): era especialmente no segundo caso que eu me tornara objeto de observação. Entre os homens, motoristas de carros e caminhões que com relativa frequência abanaram ou buzinaaram pra mim, estavam também aqueles que em algum momento do trabalho de campo acabei conhecendo. Observada, nem sempre registrei os rostos daqueles que vi passarem por mim quando dirigiam – era também

107 De toda forma, como descrevi no capítulo 2, a região que engloba a pedreira e seu entorno possui extensas áreas ligadas à agricultura.

108 Foi em decorrência desse “perigo” que uma moradora do local me sugeria sempre pegar o ônibus. Não conseguirei desenvolver aqui os cruzamentos entre perigo, gênero e trabalho de campo, pretendendo fazê-lo noutro momento. De qualquer forma, sobre as recomendações dos informantes a respeito de lugares perigosos, ver Bonetti (2006).

109 Lembrando que foi nesse local onde encontraram um cadáver humano.

minha forma cautelosa e amedrontada de não retribuir os olhares. Embora algumas vezes tenha preferido a caminhada ao ônibus, não o fazia tranquilamente; são ruas suficientemente desertas para se transitar sem receio ou hesitação¹¹⁰.

Dos passos observados ao encontro com os habitantes, a pergunta sobre as relações com a pedreira tinha como intuito inicial descobrir aqueles que nela trabalharam ou ainda trabalhavam. Ao mesmo tempo em que as primeiras pessoas com quem conversei indicaram-me outras, construindo a rede entre os conhecidos, as que encontrei a partir de meus próprios passos também formavam nós dessa ampla rede. Algumas com a sagaz capacidade de mapear relações, biografias e hierarquias dos que habitam o local. Mapeamento igualmente capaz de reconhecer o que é estranho(a), quem não participa desses elos já tão conhecidos. Como certa vez disse-me um morador (e como ouvi diversas vezes): “todo mundo tem alguma relação com a pedreira”. Ou seja, além daqueles que trabalham ou já trabalharam, há ainda as mulheres e famílias que mudaram-se para a região porque o marido/o homem iria trabalhar na pedreira. Suas respostas, então, direcionaram a uma rede de moradores, trabalhadores, ex-trabalhadores e suas famílias, além de outras pessoas que encontraram naquele local outras alternativas de trabalho e moradia¹¹¹.

Um interlocutor, ao me conhecer, comentou: “eu tenho a impressão de que eu já te vi por aqui”. Não havia sido a primeira pessoa a me cumprimentar dessa maneira – ele também ressaltara que ali “todo mundo se conhece”. Nesse dia, havia sido apresentada como pesquisadora, mas a ambiguidade entre o papel de estudante-pesquisadora e “guria” que “anda” “sozinha” permaneceria latente, enquanto transitava meu processo de negociação para me aproximar daquele “pedaço” (Magnani, 1984) onde muitos dos habitantes partilham não só redes de vizinhança, como redes de parentesco.

Portanto, além da condição de uma *guria sozinha que anda*, outra condição emergiu: a de estudante, que “entende” de certas coisas. Foi assim que certa vez um morador local “reagiu” à minha apresentação como “pesquisadora”: contou-me de um amigo seu que “também estuda na faculdade” e que havia realizado uma pesquisa sobre uma “praga” que infestava sua plantação de aipim a fim de encontrar uma solução para esse problema. Nessa

110 Desertas principalmente aquelas que não são limítrofes à pedreira e/ou onde há poucas casas.

111 Apesar de utilizar o termo rede, não o trabalho enquanto objeto de estudos. Por isso, não trago aqui representações gráficas de redes sociais.

conversa da qual participavam outras pessoas, fui demandada a opinar a respeito das possíveis áreas de estudo que possuíam esse tipo de enfoque; mencionamos agronomia e biologia. Pareciam esperar de mim a resposta mais adequada, afinal, já não mais se tratava apenas de uma “guria”, mas uma “guria” que estudava. Mais do que a certeza sobre o curso específico de seu amigo, aproveitei aquele momento para comentar, através da comparação, que se ele estudava insetos ou mesmo plantas, eu estudava *pessoas*. Essas atribuições talvez fossem a tentativa de inserir uma “desconhecida” naquela rede onde *todos se conhecem*, tendo em vista que eu certamente não pertencia àquele “pedaço”.

O “pedaço”, segundo Magnani (1984:137), é constituído por uma série de elementos dos quais o conjunto reúne tanto pontos de referências no espaço quanto redes de relações atravessadas por laços de parentesco e vizinhança. Para denotar a proximidade e distanciamento dos vínculos entre as pessoas, o autor vale-se dos termos que elas utilizam em seu cotidiano; “colega” para uma relação de trabalho ou na escola, “chegado” para laços mais superficiais, “xará” para laços mais próximos. Não era exatamente com essas palavras que os habitantes do entorno da pedreira faziam referências uns aos outros, mas foi possível perceber que laços de parentesco e amizade são partilhados nesse lugar, em certa medida semelhantes aos descritos por Magnani para referir-se ao pedaço. Para o autor, a grande metrópole não propicia a manutenção de laços tais como ocorrem nas “pequenas cidades interioranas, onde trabalho, devoção e lazer são vividos nos limites de uma comunidade onde todos se conhecem” (ibid:138). Apesar de não se tratar de uma cidade interiorana ou monoindustrial (como, por exemplo, no caso estudado por Florence Weber, 2009), assemelha-se a essas na medida em que trabalho e lazer também são vividos naqueles contornos.

O pedaço como espaço de reconhecimento (Mayol, 1997) onde torna-se desnecessário articular o *você sabe com quem está falando?*¹¹² - todos sabem com quem estão falando – nos

112 O próprio Magnani, ao desenvolver a noção de “pedaço”, traz as considerações de Roberto da Matta sobre “com quem você está falando” porque o lugar não está dissociado da hierarquia e das relações de poder (Escobar, 2005).

auxilia a pensar esse lugar em termos dos constrangimentos sociais vividos pelos habitantes, particularmente em relação ao que se pode ou não dizer a respeito da *firma*. Inês Fonseca (2006:vii), ao estudar a vila mineira de Aljustrel (Portugal), observou que “nem sempre é fácil relatar acontecimentos desse passado [de luta e trabalho] marcado por dominação e constrangimento” e, nesse sentido, Cecília Minayo (2004:126), baseada em Bourdieu, fez referência aos constrangimentos impostos pela mineradora Vale aos seus funcionários nos modos de violências abertas e suaves das concessões e dos privilégios.

De certa forma, o contexto com o qual me deparei na pesquisa parecia também insinuar espécies de violências suaves sofridas pelos que habitam o entorno da pedreira. Como mais de uma vez salientou uma moradora: “eu to te falando, mas as pessoas não falam, tem gente que ainda trabalha...”. Ao agregar as *novas questões da temática ambiental* (Ciocari, 2012), procurei pensar os constrangimentos em seus imbricamentos com as práticas e reflexões dos habitantes sobre meio ambiente/natureza, visto que eles lançaram esse tema antes mesmo que eu perguntasse.

Todos possuem algum grau de “relação com a pedreira” talvez reforçasse, e mesmo complexificasse meus questionamentos iniciais e a busca por um “recorte de pesquisa”, mas principalmente, parecia dizer-me que a “pedreira” *concerne* a todos; de diferentes e diversas formas, *afeta* todos.

3.3 A promessa do asfalto



Figura 10: Estrada da Pedreira I

Privilegiei como interlocutores as pessoas que habitavam (seja como moradia, seja como trabalho, seja como transeunte) as ruelas adjacentes à pedreira. Ruas de terra. É, portanto, desde esse ponto de vista que apareceu inúmeras vezes a questão do *asfalto*. No entanto, mesmo nas conversas com outros habitantes, e mesmo aqueles das ruas pavimentadas, essa questão surgiu, até em rápidos diálogos, como os que tive com aqueles que, como eu, esperavam o ônibus na parada. Creio que para muitos de nós essa não seria exatamente uma questão a ser debatida e até entenderia se o leitor considerasse um tanto irrelevante esse assunto. Porém, tive de levá-lo em consideração por três motivos: primeiro, porque as pessoas falavam disso; segundo, porque era através da pavimentação (ou não) da rua que elas falavam de aparentes incongruências entre as ações de uma empresa e as ações que deveriam ser de uma prefeitura (do Estado); terceiro, porque sendo esse um dos possíveis materiais obtidos da pedra e dela transformados, os caminhos percorridos por ele me pareceram elucidativos dos fluxos da pedra enquanto “recurso natural”.



Figura 11



Figura 12

A pavimentação há muito fora reivindicada no orçamento participativo e seria realizada assim que a prefeitura finalizasse o asfalto em outra rua, próxima ao depósito de lixo. No entanto, finalizada a obra, ainda haveriam outras por acontecer antes de dar cabo àquela da Estrada Capoeiras, pois essa tornou-se, sempre, a próxima – *é a promessa né*, disse certa vez um morador do local. Quanto às ruas asfaltadas, a resposta era simples: foi a *firma* e a prefeitura que asfaltaram, até porque seria apropriado que a pavimentação de uma rua fosse realizada por uma empresa dedicada a esse tipo de serviço. Por que algumas ruas em detrimento de outras? Ora, porque as pavimentadas são aquelas por onde passam os caminhões da mineradora – como ouvi diversas vezes. Numa das últimas conversas que tive em campo, fiz a mesma pergunta a um funcionário da equipe que efetivava essa obra numa das vias próximas a pedreira, e ele respondeu com um tom de obviedade que já havia percebido em outras falas. No entanto, para aqueles que residem nas ruas de terra, o tom era de uma obviedade inaceitável.

No trecho do beco do Davi, onde, no final de 2012, foram iniciadas as obras de pavimentação no final de 2012, era o “povo quem tinha que comprar o material”. A prefeitura se dispôs a fornecer a mão-de-obra mas o restante caberia aos moradores, que não aceitaram a

proposta por compreender que toda a obra era responsabilidade do município. Após o desentendimento, a mineradora se encarregou. Em janeiro de 2013, uma placa informava a realização da obra em termos de valor e previsão de término através do slogan *Prefeitura trabalhando, cidade melhorando*.

Na estrada Capoeiras já havia diminuído a circulação de caminhões e betoneiras, após proibição da própria mineradora sobre seus veículos. Na época em que ainda circulavam, era comum encontrar o chão úmido, pois molhar a rua era uma forma de mitigar a poeira provocada pelo tráfego (incluído aí também os ônibus). A empresa afirmava não ter conseguido licitação para pavimentar esta rua e a “solução” foi tanto o impedimento dos caminhões que carregavam a pedra, quanto daqueles que com água amenizavam o pó. Como dizia uma moradora “dinheiro eles tem, eles não tem é interesse”. A pavimentação da rua, requerida e não atendida, aparece junto às reclamações de saneamento básico como uma reivindicação de seus direitos à cidade. É como se a pedra percorresse apenas os caminhos já sedimentados por ela mesma.

Aliás, no que tange os fluxos desse material enquanto “recurso natural”, certa vez perguntei a um morador “para onde vão essas pedras?” e ele, numa gargalhada contida, respondeu-me que não era para aquele local que elas iam, acrescentando que ali era tudo mato – embora haja três empresas nos arredores. Esse recurso não apenas não é destinado ao local, como igualmente não é de propriedade dos habitantes: esse mesmo morador contou-me de um vizinho que teria “roubado” pedras da mineradora com a justificativa de que sua casa havia sofrido rachaduras e, então, recebera brita, tijolos e os demais materiais necessários à reforma. Porém, nenhuma reforma foi feita e o material acabou sendo vendido. De qualquer maneira, como observou aquele que me contou a história: “o que é um carrinho, um punhadinho pra três, cinco mil metros de brita que tem aí?!”



Figura 13



Figura 14

Esses habitantes, em grande parte oriundos de um meio o qual denominaríamos “rural”, seja pela migração, seja por viverem numa região da cidade ainda considerada “historica e caracteristicamente rural”, expressam seus descontentamentos quanto ao não reconhecimento como cidadãos de direitos (à cidade). Dessa forma, compreendi a “promessa” do asfalto como uma metáfora da *promessa do desenvolvimento*, tendo em vista que as retóricas desenvolvimentistas referem-se ao desenvolvimento como um bem comum, capaz de ser alcançado por todos. Ou seja, assim como as associações de produtores de agregados (para construção civil), aliadas ao Estado, professam discursivamente o caráter fundamental desse setor para o provimento de “habitações populares, escolas, hospitais, saneamento básico” sem que isso necessariamente efetive-se nos entornos das pedreiras, a pavimentação da rua reivindicada (e supostamente acatada) numa esfera pública – o orçamento participativo – ainda não foi atendida. Nem a pavimentação, nem o “desenvolvimento”.



Figura 15: O senhor que vende "lixo"

3.4 Sobre a Noção de Risco

Num dos comércios do entorno, conversava com uma moradora sobre questões com as quais eu havia me deparado na pesquisa anterior, desenvolvida na graduação – o entorno de uma pedreira habitado por famílias de ex-trabalhadores, suas condições de vida e os conflitos judiciais relacionados à moradia. Uma e outra coisa ressoava nela, como uma semelhança ou até identificação: a sinuosa rua de terra sem o asfalto há muito prometido era uma de suas principais observações, afinal, isso ocorria tanto num quanto noutro local.

Percorremos temas como o perigo de se transitar à pé na “parte dos eucaliptos”, os vários cachorros *jogados* naquelas ruas e as “construções mal feitas”. Ela contou que, na parte baixa daquela sinuosa rua, existia uma “sanga” (arroyo) posteriormente aterrada em decorrência das maneiras como construíam as casas: “constroem de qualquer jeito”, às vezes fazendo escoar o esgoto nas residências de vizinhos – uma série de problemas que, por exemplo, poderiam ser auxiliados, ou contornados, com a ajuda da mineradora, dada sua larga experiência em obras. Porém, para ela, a empresa não tem interesse.

O risco encontra ressonâncias no perigo, nem um e nem outro reduzem-se à atividade mineradora; ambos acabam por revelar um vivido afetado por ela, mas que, para além dela, faz daquele lugar também perigoso, também arriscado. Os riscos como probabilidade real e outrora (mais) frequente apontam para uma situação de banalidade, embora *reconhecê-los* como parte do cotidiano não signifique o mesmo que *aceitá-los* como inevitáveis nesse dia a dia. Qual o perigo de uma casa ser construída de “qualquer jeito”? Numa região impactada pelas explosões de rocha responsáveis por rachaduras nas residências? Qual o perigo de cachorros, restos de carro e corpos humanos serem jogados ali? Por que é tão perigoso percorrer aquelas ruas? Em que medida o perigo torna-se risco?

Os desdobramentos da conversa remeteram a um passado marcado pelo convívio com a extração de rochas. Quando indaguei-lhe sobre a existência de “alguns riscos”, ela me corrigiu de maneira enfática: *alguns? Muitos riscos!* - pois referem-se também àqueles (riscos) que percorrem o exterior da mina, como nas histórias das pedras que voavam para fora da pedreira. Duas histórias retratam esse perigo-risco que escapa às fronteiras da mina. Assim, afetam não apenas trabalhadores, mas também aqueles que vivem ao redor desse trabalho.

Uma das histórias ocorreu há cerca de 30 anos, quando uma pedra voou e atingiu a perna de uma moradora do local. O “acidente” causou-lhe uma lesão que necessitava de uma cirurgia à época realizada apenas na cidade de São Paulo. A mineradora havia se responsabilizado pela indenização através do pagamento da viagem e dos custos médicos e hospitalares. A moradora, então muito jovem, desejava ser acompanhada por um familiar, mas a empresa se negava a custear qualquer outra despesa além daquelas destinadas à pessoa “atingida”; a família não possuía quaisquer condições de pagar uma viagem.

Do impasse nas negociações, a indenização foi reduzida ao pagamento de “só umas poucas cachaças e ficou por isso mesmo”. A jovem permaneceria ainda vários meses num hospital de Porto Alegre até conseguir voltar a andar. Hoje, resta-lhe a cicatriz.

Outra história referia-se à pedra que, ao “voar” da explosão, atravessou o telhado de uma casa e chegou ao berço de uma criança que, por sorte, não estava ali no momento pois havia sido acordada por sua mãe, já que era início da manhã. Como indenização, “arrumaram

o telhado ali rapidinho, dando uma tapeada pra ninguém ver e foi isso”. Uma “tapeada”, o pagamento em “mé”: esse era o custo que a empresa tinha com os acidentes.

Moulin (2006) ao realizar sua pesquisa com trabalhadores e famílias de trabalhadores da extração de pedras, relata estranhou a forma como essas pessoas lidavam com a morte e, mesmo, com a quantidade de acidentes fatais que envolviam esse trabalho¹¹³. Nesse processo de estranhamento e relativização, a pesquisadora coloca-se enquanto alguém pertencente ao estrato social classe média e como, de certa forma, esse pertencimento também lhe influenciou no choque diante daquele(a)s que já estavam acostumados a perder seus pais, seus maridos, como algo já da ordem do previsto/previsível, mesmo de suas rotinas. Sendo, portanto, uma atividade caracterizada pela fatalidade – e pela banalidade da fatalidade – no interior e no exterior da mina.

O caráter banal dos riscos nesse local parece estar fundamentado na longa e diária convivência dos habitantes com a atividade mineradora. Se os riscos tomaram uma dimensão global, que transcende as fronteiras geopolíticas dos países, dos quais a poluição das águas seria um exemplo apropriado, suas dimensões locais ainda persistem: riscos à saúde do trabalhador, riscos de desabamento, etc. Nesse sentido, Ulrich Beck (2010) dirige-se à concepção de uma sociedade de risco que teria ultrapassado a sociedade de classes na medida em que o risco distribui-se globalmente a todos, enquanto a riqueza se distribui de forma hierárquica. Mesmo assim, ele reconhece que há riscos mais dirigidos à certas populações e faz ponderações acerca desse tema, ainda que sua teoria esteja centrada na globalidade “democrática” do risco¹¹⁴.

No que concerne os riscos específicos de classe:

A história da distribuição dos riscos mostra que estes se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe – mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo. Assim, os riscos parecem reforçar, e não revogar, a sociedade de classes. (...) Essa “lei” de distribuição de riscos determinada pela classe

113 No que se refere aos riscos e acidentes no trabalho, em 2011 ocorreu uma situação polêmica no setor de extração de agregados em decorrência de um grave acidente que levou à morte dois operários de uma pedreira de grande porte na cidade de Santos (São Paulo): os funcionários foram soterrados após o desmoronamento de mais de 100mil toneladas de rocha.

114 Permanecerei com os excertos de Beck (op.cit.) nos quais fica claro a distribuição desigual dos riscos, mesmo que o autor tenha direcionado suas reflexões em outro sentido. A respeito da crítica à “globalidade democrática do risco”, ver Guivant (2001).

social (...) ainda hoje se impõe, em relação a algumas dimensões centrais do risco: o risco de tornar-se desempregado é atualmente consideravelmente maior para quem não tem qualificações do que para os que são altamente qualificados. Riscos de sobrecarga, irradiação e contaminação, ligados à execução do trabalho nos correspondentes ramos da indústria, são distribuídos de modo desigual conforme a profissão. (ibid:41)

Trata-se, como salientou o autor, de uma sobreposição das situações de classe e das situações de risco. Nesse sentido, além dos riscos no trabalho, Beck (ibid:41-42) acrescenta que “são principalmente as vizinhanças mais acessíveis aos grupos de menor renda da população, nas redondezas de centros de produção industrial, que são oneradas no longo prazo por conta de diversos poluente no ar, na água e no solo”. Embora sua reflexão acabe dirigindo-se às indústrias do risco em escala internacional, parece-me possível estender os sentidos para contextos locais. Na mesma linha, sobre a relação entre desigualdades e riscos:

Pádua (1999) sublinhou as desigualdades sociais internas em países como o Brasil, lembrando que a questão não se refere necessariamente às diferenças entre Estados-Nações mas, de modo geral, às elites ricas que vivem à custa do *espaço ambiental dos segmentos mais pobres no seu próprio país* (Zhour, Laschefski, 2010:19) [grifo meu]

Dessa maneira, é possível apontar para uma estreita relação entre risco e desigualdade socioambiental. Daqueles presentes no trabalho aos que transbordam os muros da pedreira, os riscos parecem concentrar-se em certos locais. Entretanto, sua iminência desdobra-se e, além de transcender as aparentes fronteiras da mina, atingindo o entorno, desdobra-se novamente para chegar à “cidade”. Bem, ao menos era como me soava o relato de um ex-trabalhador sobre um dos materiais produzidos pela antiga mineradora, uma espécie de tijolo de concreto, “furado no meio”. Eram fabricados e deixados a céu aberto, como os montes de brita hoje. Ele conta que para economizar na fabricação, a firma não aplicava as substâncias na medida certa e, quando chovia, era muito comum os tijolos se desmancharem pela terra.

O relato havia me deixado atônita, já que imediatamente pensei nos desmoronamentos de casas e prédios. Supus que ele percebera em meu rosto o susto quando, após uma breve pausa, concluiu: “ih, se eu te conto tudo isso que eu já vivi, dá um livro!”. De certa forma, era um livro o que eu queria escrever.

3.5 Os sons da pedreira são como o sino da igreja - sobre a “poluição sonora”

No âmbito técnico dedicado ao estudo da atividade de extração de rochas, um dos principais temas debatidos é a poluição: (a) visual, por se tratar de uma cratera indesejada no espaço (da cidade), assim, degradando a paisagem; (b) sonora, pela intensidade e frequência das explosões que abalam os arredores; (c) do ar, pelo pó expelido no momento de corte e quebra da rocha. O ar, o som e a paisagem visual poluídas-poluidoras são a representação de uma natureza que polui a cultura, ou seja, de uma exploração da natureza que polui o lócus, por excelência, do processo civilizador, a cidade. Conforme proclamou Mary Douglas (1991), “a impureza é essencialmente desordem”. Assim, a poluição aí fabricada parece se referir a algo que desordena a cidade, já que precisa estar a uma “boa distância” do urbano.

A poluição desdobra-se em impacto. O discurso tecnocientífico que emerge de áreas como a engenharia e as ciências do solo direciona suas preocupações aos impactos decorrentes das explosões das rochas e, assim, são desenvolvidas propostas de mitigação desses. Sob uma perspectiva técnica, tais estudos enquadram-se no “paradigma de adequação ambiental” (Zhouri, 2011), a partir do qual são pensadas as formas de *atenuar* os impactos das vibrações oriundas das explosões, da poluição gerada pelo vaivém constante de caminhões e das ruidosas máquinas que trabalham no interior da mina.

A extração mineral não é como a “natureza domesticada¹¹⁵” dos parques (Elias, 1991), que mantém-se contida para não atrapalhar o humano – dos quais ótimos exemplos são os parques oriundos de extintas pedreiras, em Curitiba (PR), onde a natureza já está dominada e “tranquilizada”, apaziguando aquilo que outrora era a constante luta entre homem e matéria terrestre. Sob o domínio da *grande divisão* (Descola, 2005) – já que supostamente modernos (ou nem isso)¹¹⁶ – a natureza não domesticada incomoda, assusta, e é objeto de confronto na

115 Norbert Elias trabalha a noção de “natureza domesticada” no sentido da *desmistificação da natureza pelo saber técnico e científico* onde figura uma espécie de apaziguamento das forças naturais (bravas e selvagens). No livro *A Condição Humana*, o autor desenvolve a questão relacionando-a com processos mais amplos do Ocidente, especialmente ao século XX e às grandes guerras. Parece-me que o termo *natureza domesticada* serve também para os meus propósitos na medida em que, a partir dos pontos de vista dos atingidos, teço diálogos com o conhecimento técnico.

116 A ironia baseia-se nos escritos de Latour (1994; 2003) acerca da constituição moderna (ocidental) erigida sobre a grande oposição natureza/sociedade, nascida do mito platônico da caverna. Apesar da separação das esferas (ou a expressão latouriana das câmaras, para referenciar a Constituição) ser o desejo, por excelência, dos

incessante luta (ocidental) para domesticá-la, e a extração aparece como a explicitação do brutal, de uma rude natureza que precisa ser *mitigada*.

Dessa forma, a partir dos excertos de uma dissertação da área de engenharia que tratou da mitigação de impactos sonoros de uma pedreira (Araujo Neto, 2006)¹¹⁷, procuro compreender como as noções de poluição e impacto sonoro concebidos por uma perspectiva técnica se explicitam no cotidiano daqueles que habitam o entorno da pedreira, e mesmo se aquilo que concerne o som (no que tange as sonoridades da atividade extrativa) está sendo interpretado como poluição. As aspas utilizadas no termo “poluição sonora”, tal como apresentado no subtítulo desta seção, carregam a potencialidade do paradoxo entre a concepção técnica e as concepções não técnicas daqueles que vivem ao redor da pedreira.

A escolha das sonoridades em detrimento das poluições do ar e visual está vinculada às falas dessas pessoas e à particular sensibilidade da pesquisadora aos sons como dado de pesquisa e reflexão antropológica. Contudo, cabe ressaltar, foi através de relatos como esses que percebi minha transição de uma pesquisadora distante desse local à uma pesquisadora que, em certa medida, também habita o entorno, pois minha cômoda e afastada posição foi constantemente confrontada com as posições daqueles que moram e habitam os arredores da pedreira.

Acredito que mesmo para um observador pouco atento, a extensa cavidade alaranjada pode ser vista de diversos (e diferentes) pontos. Era através do ver que eu percebia a existência da pedreira. Já nos primeiros contatos, foi marcada a diferença entre o que eu via e o que as demais pessoas *sentiam*. O percurso de aproximação ao campo foi atravessado pela confrontação entre aquilo que se configurava como uma paisagem para mim, tal como um recorte ou um quadro de um contínuo e indefinido mundo (Simmel, 1996), e o que para os habitantes do entorno da pedreira é parte de seu cotidiano e, sob minha interpretação, parte de uma outra forma de conceber a “paisagem” – talvez a própria supressão dessa noção.

Em diálogos que antecederam minha primeira saída de campo, as pessoas já anunciavam um aspecto que se tornaria recorrente: “sentir tremer a casa” em decorrência de

modernos, jamais ela foi conquistada plenamente, o que configuraria uma incapacidade de conquistar a modernidade por partes desses mesmos “modernos”.

117 Citada no capítulo 1.

uma explosão. Para quem não mora nos contornos “imediatos” da pedreira e, portanto, não acompanha tão diretamente a dinâmica de trabalho nela, as vibrações provocadas por suas explosões podem servir como “dados” de que essa permanece em atividade – certa vez, no ônibus, uma moradora do bairro disse-me que a pedreira ainda “funcionava” pois, embora não tivesse contato com trabalhadores e nem residisse nas ruas adjacentes à mina, sentia diariamente as vibrações em sua casa. Ao longo das conversas ficou cada vez mais claro que viver nas margens de uma mina significa ser atravessado pelos impactos que ela produz não apenas nas rachaduras das casas, mas nas experiências sensíveis das pessoas e de seus corpos.

Dessa maneira, a *paisagem lunar*¹¹⁸ que por anos observei através da janela do ônibus tornava-se, assim, mais que um quadro observado (e contemplado). A paisagem, antes apenas vista, evocou outros sentidos a partir dos relatos sobre os impactos sonoros e dos relatos sobre os sons que não (diretamente) impactam, que não são *ruidos* no sentido de uma *nuisance sonore jugée insupportable*¹¹⁹ (Gutton, 2000). No decorrer do trabalho de campo, os contornos da janela borraram-se e permitiram conhecer um *ambiente* de riscos iminentes, ainda que pouco ruidosos.

As experiências plurais daqueles que são atravessados pela existência da pedreira em seu cotidiano demonstrou, pra mim, a ineficácia da noção simmeliana de paisagem. As vivências desses moradores, trabalhadores e outros habitantes apareceu como *implicada* no mundo, mesmo por aquilo que a própria atividade provoca em seu habitar, em seu dia a dia. E foi na tentativa de me transmitir parte dessa experiência que os interlocutores se valeram das falas e dos gestos, como expressão daquilo que soa e faz tremer, e pode abalar a estrutura (concreta) de uma casa.

118 A paisagem lunar difere, em certa medida, daquela promovida tanto pela pintura quanto pela tese simmeliana na qual a composição – a construção – dos elementos configura a paisagem: como na metáfora da biblioteca (Simmel, 1996), não é somente a soma dos livros que a constitui mas a presença de todos eles acaba por criá-la através de um conceito unificador que lhe dá forma. Na extração de pedras, é ao “destruir a natureza” que a ação humana constrói, em outro lugar, novas formas e paisagens – além de fabricar uma outra paisagem nesse lugar onde ocorre a exploração (e, até, outra espécie de paisagem já que é “destruição”).

119 A cidade, como observou o historiador Jean Pierre Gutton (op.cit.), é o lugar primordial do som e do ruído. Segundo o autor, é na Idade Média (europeia), ainda ruidosa, que começam as reivindicações a favor do silêncio (que compreende tanto a repressão aos ruídos do trabalho quanto os costumes “bryantes” dos encontros entre as pessoas – os burburinhos, os charivaris). Esse processo em direção ao silêncio marca, segundo o autor, a história da civilidade.

Esses sons/vibrações que desestabilizam as estruturas concretas tem passado por um processo de modernização tecnológica. Como observou uma moradora, “agora tá tudo modernizado”: o britador (máquina responsável por fazer da rocha, brita), que antes produzia batidas graves e secas, talvez semelhantes às de um forte soco, agora já não soa mais. Nem mesmo as explosões, anunciadas pelo barulho e pelo tremor do chão e das paredes, não são mais tão sonoras, embora ainda provoquem rachaduras nas residências do entorno¹²⁰.

Em outra cidade, ao conversar com um senhor que há cerca de quinze anos morava próximo a uma pedreira, ele concluiu que, assim como o sino da igreja que sempre tocava na outra casa onde morou anteriormente, os chamados “ruídos” produzidos pela extração de pedras já eram tomados como parte de seu cotidiano, sem que passassem pelo incômodo ou problematização da pertinência desse sons ali. Se, por um lado, tais sonoridades, entendidas como ruídos pela Engenharia, não *soam* necessariamente como uma poluição que deve ser mitigada, as vibrações que provocam fendas nas paredes das casas são objeto de conflitos entre empresa e moradores. O que é silenciado quando a mitigação é posta em prática?

Em seu estudo sobre os impactos sonoros proveniente da atividade de extração de rochas com a finalidade de propor sua mitigação, Araujo Neto (2006:133) comenta que

etapas como o transporte da rocha fragmentada e seu posterior beneficiamento em geral não são responsáveis por incômodos significativos, pois *os níveis de ruído que atingem as populações no entorno da atividade são atenuados devido a distâncias relativamente grandes até as comunidades*. [grifo meu]

O “transporte da rocha fragmentada” é feito por caminhões e betoneiras. Uma das principais reclamações explicitadas pelos habitantes do entorno da pedreira era justamente o vaivém constante desses veículos, também em decorrência do pó gerado por essa circulação (especialmente nas ruas não asfaltadas). Se, por um lado, os “níveis de ruído” podem não ser tão significativos, o incômodo é, tendo em vista que há “comunidades” residindo *ao lado* da pedreira e não apenas a *grandes distâncias* dela.

120 Como ouvi durante a pesquisa realizada na graduação, uma moradora do bairro Tristeza costumava esconder-se no porão de casa, com seu filho pequeno, quando ouvia as explosões da então ativa pedreira.

As sonoridades, que pouco foram expressadas enquanto “poluição”, assim como o pó que impregna diariamente as casas, as roupas, os corpos, revelam o que Leite Lopes (2006) mostrou sobre as percepções locais a respeito do que significa, afinal, poluição. Ao mesmo tempo que os sons da pedreira emitem o que é da ordem de um cotidiano ruidoso e até musical (quando aproximados dos sinos), soam o que, igualmente banal – porque diário –, faz disso vibração e, assim, a iminência do risco, das rachaduras e janelas quebradas de desabamentos anunciados. A poluição sonora¹²¹ nem sempre “polui”. O que parece elucidar as diferenças e oscilações entre perspectivas técnicas e as perspectivas dos atingidos.

3.6 Os múltiplos sentidos de meio ambiente e natureza

O que vimos chamando de “questão ambiental”¹²² apareceu com recorrência nas falas/conversas com os habitantes do entorno da pedreira. Mais que um processo de ambientalização que adentra a linguagem e o imaginário em sentido unilateral, procurei compreender como essa “questão” é, ao mesmo tempo, apropriada e reapropriada/refutada, numa ressignificação que contrapõe e desestabiliza as noções de meio ambiente e natureza hoje em voga, particularmente as transmitidas pelo ideário do “desenvolvimento sustentável”.

Dessa maneira, as concepções locais são capazes de questionar as noções de desenvolvimento e sustentabilidade construídas pela mesma sociedade industrial num contexto de crise ambiental, a partir do qual ela buscou definir o que seria ecologicamente ou ambientalmente apropriado de se praticar no mundo contemporâneo. Esses habitantes, que em termos sociológicos poderiam ser enquadrados nos termos “camadas populares” ou “classes populares”, revelam práticas há muito “sustentáveis”. Práticas que se realizam como “táticas do fraco” (De Certeau, 1997), elucidam as ironias de uma sociedade que busca

121 Particularmente, sobre a poluição sonora, há estudos na área de psicologia social e do trabalho, como o de Moulin, Reis e Wenichi (2001), e outros no ramo das engenharias (Neto, 2006). O tema da poluição, como um todo, é constantemente debatido, especialmente no que concerne às doenças ocasionadas por esse trabalho através da ingestão do pó proveniente da quebra/explosão da rocha, como a silicose.

122 Refiro-me às ciências sociais nessa primeira pessoa do plural, particularmente aos autores que trabalharam sobre a “temática ambiental” (Leite Lopes, Cioccarri, Acselrad, Zhouiri et al).

“sustentabilidade” muitas vezes ignorando as concepções alternativas de natureza, ou seja, os alternativos conhecimentos locais (Escobar, 2005) em seus engajamentos no ambiente¹²³.

Tais concepções, cabe salientar, não foram utilizadas de maneira ingênua. Nos diálogos, em diversas vezes me pareceu que o uso de cada termo, ao tratar de natureza e meio ambiente, foi mobilizado num sentido político. Político em relação aos conflitos entre uma concepção e outra, de modo a explicitar, para a pesquisadora, a incongruência-incoerência das acusações sobre o que é e o que não é “ambientalmente” adequado. Questionaram nossas visões da natureza na medida em que ironizaram a ignorância de quem não reconhece a degradação ambiental provocada pela atividade extrativa, muito mais impactante que outras tantas práticas, como as dessas pessoas em seu cotidiano. Foi numa disputa ideológica acerca das definições de natureza (e aludo, aqui, à Taks e Foladori, tal como apresentado na introdução) que eles(as) revelaram seus argumentos e categorias.

As reflexões sobre os sentidos de natureza e meio ambiente deram-se, na maior parte das vezes, em forma de debates nos quais não havia apenas eu e o(a) interlocutor(a), mas de três a quatro pessoas discutindo temas como (a) o desmatamento provocado pela pedreira, (b) a reciclagem do lixo e (c) os “cuidados” com a natureza relacionados ao aprendizado de práticas transmitidas oralmente no âmbito familiar. Esses contextos fizeram emergir o perspectivismo anunciado por Bourdieu (2011) e o “paradoxo” em relação aos usos e sentidos do ambiente (Azibeiro 2010 *apud* Lachefski, 2011). Portanto, é desde os pontos de vista locais, dos habitantes do entorno da pedreira, que proponho problematizar as definições e atravessamentos dos conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza.

A noção de paradoxo me permitiu pensar esses debates construídos de uma maneira em que todos os que participaram falaram de suas concepções em torno da atividade mineradora (e, assim, da empresa), da destruição/desmatamento da “natureza”. Explicitaram e fizeram atravessar suas perspectivas, estas intimamente ligadas às trajetórias de vida. Diante de um contexto contemporâneo onde a questão ambiental emerge como um tema largamente debatido no meio acadêmico, os relatos desses que habitam o entorno da pedreira revelam como esse ambiente, antes de se tornar uma questão para as ciências (e as sociais, em

123 Para Ingold (2002), no que tange a perspectiva do habitar, o mundo não seria uma matéria já construída, mas engajamento.

particular), é pensado e praticado através de saberes ensinados por pais, mães, avós, partilhados e reproduzidos através das gerações.

As descrições das “cenas” me pareceram a forma mais “democrática” de discutir o que lhes concerne (ou seja, o que concerne as pessoas que habitam o entorno da pedreira, seja como moradores, seja como trabalhadores), tal como o desmatamento ou o asfalto, tendo em vista que sob a perspectiva técnica, aliada à perspectiva de necessidade da extração (e da *inevitabilidade do progresso*), as concepções dos que vivem no entorno da pedreira não tem sido levadas em consideração. Talvez fosse ainda mais democrático um debate entre todos os que são “concernidos” por esses processos, entretanto a proibição de entrada na empresa me impossibilitou provocar esse tipo de encontro¹²⁴.

A primeira cena ocorreu no restaurante. Este, assim como bares e armazéns, é um “lócus” profundamente interessante no ensejo de discussões, e não à toa eu havia procurado-o com a intenção de encontrar um maior fluxo de pessoas do que se me mantivesse apenas percorrendo as residências – tanto uma quanto outra estratégia foram utilizadas após a proibição de entrada na empresa. Esses comércios locais possuem uma particular importância nos “pedaços” (Magnani, 1984).

Nesse dia, diferentemente de outros, Teresinha não estava. Foi sua mãe quem me atendeu. Teresinha havia saído para buscar sua filha na escola e, quando retornaram (ela e o marido, a filha e uma sobrinha), eu ainda almoçava, o que nos permitiu uma longa conversa durante e após o término do almoço. Já havia explicado um pouco da pesquisa à sua mãe que, ao me ver, sua primeira pergunta foi se *eu era da firma*, algo que eu já havia escutado de Mirian. De fato, não é comum os moradores almoçarem ali, restando aos funcionários temporários e aos caminhoneiros a opção do restaurante.

O diálogo que então se iniciou com a chegada dos demais foi atravessado por diversos assuntos em torno de família, saúde e envelhecimento. A mãe de Teresinha alternava sua atenção entre nossa conversa e os pedidos das crianças por balas, chocolates e rapaduras, os

124 Procurei pensar essas discussões que se deram durante o trabalho de campo no sentido de problematizar a possibilidade de levar em consideração aqueles que são afetados pela exploração mineral (aqui, extração de rochas), como a ideia de “matter of concern” trazida por Isabelle Stengers (2007) e a concepção de democracia no sentido proposto por Latour (2003).

quais estavam nos potes sobre o balcão que separa a cozinha do restante do restaurante. Em certa medida, todos nós alternávamos nossas atenções, com o constante vaivém das crianças entre as mesas.

Almoçávamos. Teresinha logo me perguntou como estava a pesquisa, e indicou-me uma pessoa a contatar, um funcionário da pedreira que ela conheceu quando trabalhava com a venda de lanches, e teceu comentários sobre a pavimentação de um trecho de rua próximo aos “Eucaliptos” (ela também usa essa expressão). Foi quando começamos a conversar sobre meio ambiente.

Perguntei-lhes se o asfalto estenderia-se por toda a rua, o que contemplaria a parte onde mora Sr. João, por exemplo, e as reivindicações já feitas no orçamento participativo. Teresinha e seu marido acreditam que será asfaltado só aquele trecho mesmo, em virtude dos vaivéns dos caminhões da empresa. Emergem algumas reclamações tanto da prefeitura, quanto da pedreira, e posicionamentos quanto a questões ambientais.

De acordo com a mãe de Teresinha, a prefeitura só se dispôs a fazer a pavimentação se os moradores comprassem o material, restando ao município apenas o fornecimento de mão-de-obra¹²⁵. Porém, isso não foi aceito pelos moradores. Sem um acordo comum entre esses e a prefeitura, quem efetivou o asfalto foi a mineradora que, com seus funcionários, preparava a limpeza de terrenos e novos encanamentos. Voltamos a comentar, quando retomei uma pergunta já feita noutro momento, que a rua paralela à da asfaltagem (parte da Est. Capoeiras) provavelmente não seria asfaltada. Teresinha foi a primeira a lançar comentários sobre o dinheiro e o poder da empresa: “metade do morro é deles”. Uma metade ainda insuficiente sob o ponto de vista de uma mineradora que constantemente pressiona os moradores para saírem do local – como ouvi certa vez, as pessoas resistem, apesar das grandes ofertas da empresa: “e olha que oferece dinheiro porque dinheiro é o que eles [a empresa] mais tem”, afinal, o senhor Zandoná é proprietário ainda de outras minas e empresas no Brasil¹²⁶. Assim, se as “minorias” (ou “grupos minoritários”) são também compreendidos

125 Em certa medida, esse exemplo ilustra a transferência para a sociedade civil de compromissos que deveriam ser do Estado, próprio do contexto neoliberal, como ressalta Andrea Zhouri (2005).

126 Em 2008, “Sr Zandoná” - proprietário das empresas “Zandoná Mineração e Terraplanagem Ltda.”, “Pedraccon Mineração Ltda”, “Mineração Vera Cruz Ltda.”, “Zandoná Guindastes e Transportes”, “Concrepedra Concreto e Pedra”, “Zandoná e Cia Ltda.” - uniu-se à empresa Cimpor Cimentos do Brasil formando a Companhia de Mineração Candiota tendo como um dos objetivos principais a produção e comercialização de cimento, do qual seu principal insumo, o calcário, ainda não possui substituto (Fonte: Ministério da Fazenda,

em termos de suas desvantagens histórico-estruturais, como nos propõe Wirth (1945), essas desvantagens são tanto “disputa de sentidos” como disputas pelo espaço, pois aparecem em confronto os sentidos de natureza.

Seu marido acrescenta que metade do morro eles *já destruíram* e ele, como alguém que faz trilha de moto, não compreende como as pessoas podem reclamar das marcas deixadas pelas motocicletas, concluindo, então, que quem reclama disto certamente não conhece a pedreira, já que se trata de algo que degrada mais o ambiente. A sogra discorda, salienta que a referida empresa possui licença do governo e é visível sua preocupação com o meio ambiente, visto que realiza a pavimentação da rua (e não a prefeitura, como deveria ser). Ela parecia favorável às “benfeitorias”, diferentemente da filha e do genro que verbalizavam mais reclamações à firma.

A oscilação entre estar favorável ou não, entre tecer reclamações e reconhecer a importância dessa empresa na região perpassa os diálogos com os habitantes, mas parece também perpassar suas próprias concepções acerca da mineradora – não são estanques, não se resumem à ser “a favor” ou “contra” mas, talvez, pelo fato de estar estabelecida ali antes de muitas dessas pessoas residirem na região, a relação é atravessada pelo reconhecimento dessa permanência, tensionado pelos descontentamentos com o que ocorre no cotidiano dessa relação. De certa forma, reconhecer a permanência da pedreira no local, há quatro décadas, carrega semelhanças com o que colocam os interlocutores de Marta Cioccarri (2012:420), pois, como observa a autora, ainda que haja estudos sobre os danos ambientais da mineração em Minas do Leão (RS), para seus informantes, dos quais a maioria eram trabalhadores mineiros, *a convivência com o carvão tornou-se “natural”*. Assim, tendo em vista que para uma parte dos moradores a pedreira “já existia antes de chegarem as pessoas” (os migrantes) e para outra parte a pedreira instalada na década de 1970 de alguma maneira continuou em funcionamento, a convivência tornou-se diária. A extração de rochas que ocorre diariamente (desde então) adentrou, assim, a ordem do banal.

Porém, isso não configurou um desconhecimento da degradação produzida pela/na pedreira – embora não haja manifestações públicas em torno dos riscos –, tampouco uma convivência naturalizada, ainda que da ordem do cotidiano. Ao mesmo tempo que

reconhecem essa convivência, não a admitem como apenas “natural”, visto que os descontentamentos são constantemente expressados mesmo num contexto onde não há a resistência coletiva aos efeitos da extração mineral na localidade. Creio que não poderíamos simplesmente opor “sindicalistas” e “ambientalistas” como na forma em que se deparou Ciocari (2012) quando de sua presença nas audiências públicas que tratavam da poluição da Copelmi – levando em consideração a explícita diferença entre a audiência, onde tomam-se decisões, e o contexto com o qual me deparei, onde as questões em torno do ambiente foram tratadas longe de qualquer espécie de audiência, mas num debate entre mim e alguns dos habitantes do entorno da pedreira, configuração que, a meu ver, permitiu enunciar os paradoxos e os conflitantes pontos de vista. O que pensam sobre a já instalada mineradora também não está dissociado de suas perspectivas acerca da natureza. Assim, trata-se de pensar a partir das concepções de natureza/cultura de quem está, em certa medida, à margem da *cidade*.

Em outra conversa decorrida no restaurante, Chico discorria de forma ininterrupta os temas família, religião/crença/deus. Estávamos ele, Teresinha e eu. Ele lamentava a morte recente dos pais e tecia imaginariamente a possibilidade de reencontro com um filho, numa fala atravessada pela noção de espiritualidade, já que ele acredita em deus, mas se diz sem religião.

Outras questões emergiram quando falei sobre minha pesquisa:

- A pedreira ta desmatando tudo.

Tu ta estudando isso né? Tu vai publicar?

Então tu pode dizer que aqui a gente vive mal!

Eu havia lhe informado brevemente que meu estudo era sobre *como as pessoas vivem ali, naquele local*. Sua conclusão foi a de que eu estaria estudando e publicaria a respeito do desmatamento ocasionado pela pedreira, o que não era inteiramente equivocado, na medida em que se ele, como habitante, considera que há um desmatamento, eu respeitaria esse ponto de vista e escreveria a respeito – como faço agora. De explicações nem sempre suficientes, prosseguimos o diálogo.

Ele deu prosseguimento à fala no sentido de ressaltar que não tratava-se apenas da pedreira, mas também da circulação dos caminhões (tanto da mineradora quanto os de carregamento de lixo) que “levantam poeira” e, mesmo, a própria existência do “lixão”. Então, indaguei-lhe: “mas o lixo tem que ir pra algum lugar, né?”. Ele apenas respondeu-me que o depósito seria retirado do local pois já foi iniciada a construção de um condomínio – do qual a terraplanagem e os tapumes eu pude ver ao passar de ônibus.

Ao fim de sua indignada fala, quando reiterou que eu poderia publicar, respondi-lhe que não publicava como jornalista, pois parecia-me que ele estava interpretando como se eu fosse. Embora eu não fosse da área de jornalismo, Chico tinha razão quando me interpretava como alguém que “analisa pessoas”. Essas pequenas “confusões”, com o tempo, pareceram-me menos problemáticas pois percebi que o que lhe interessava era falar a respeito do *desmatamento*, era *verbalizar* seu ponto de vista sobre a pedreira. E, naquela situação, eu era seu canal de escuta.

Em contraposição ao “desmatamento” praticado pela pedreira, Chico contou-me de suas práticas de manutenção da “natureza” e da “mata nativa” - práticas que poderíamos interpretar como de “conservação ambiental” (Cunha; Almeida, 2004). Ele, que planta árvores como a pinha, tem sua própria “mata”: *eu amo a natureza*, dizia. Enquanto falava das várias plantações, Teresinha comentou de sua tentativa de retirar uma bergamoteira de maneira a não desmatá-la, mas de retirá-la e replantá-la em outro local, já que onde ela estava era exatamente onde ela construiria uma cozinha para sua casa. No entanto, não conseguiu fazê-lo, o que acarretou a retirada da árvore e, para compensar o que ela entendia como “desmatamento”, Teresinha comprou seis mudas de bergamoteiras para replantar em outras partes do terreno – ela também reclamou de uma goiabeira que ficava bem em frente à porta de entrada da casa e que ela realmente teve de tirar porque ficava cheio de goiaba no chão, mesmo varrendo o pátio todos os dias. Nessa conversa sobre plantações e árvores, refere-se a seu avô como alguém que compreendia melhor esses processos, pois plantava eucaliptos. Chico, que mostrava-se como detentor de um saber, dizia que apenas não se podia desmatar aquilo que é considerado “mata nativa” (as outras podem ser retiradas sem o aval da SMAM), esta, justamente, que ele procura plantar e replantar em sua casa, como uma tentativa de conservação da “natureza”.

Foi quando falava de seu amor à natureza que Chico convidou-me para sair do restaurante e então observar *sua mata*. Nos dirigimos ao “chão batido” da Estrada Capoeiras. No meio da rua, paramos. Dali, podíamos ver o extenso parreiral da vinícola Bordignon e um verde montanhoso que se estendia até o horizonte. Apontando naquela direção, Chico disse ser aquela sua *mata*. Corrigiu-se. Tentando esmiuçar os pontos de referencia que definiam o local onde mora(va) e, portanto, onde está a sua própria “mata nativa”, continuou: “ta vendo esse poste aqui? tá. É entre ele e aquela árvore lá...”. Para mim, era particularmente difícil compreender quais árvores exatamente ele queria referir-se já que eu as resumia como um morro cheio de árvores (certamente os definindo como um *contínuo e indefinido mundo*). Talvez percebendo minha dificuldade, concluiu que ali não era o melhor ponto para contemplarmos sua morada, situada atrás da vinícola. Voltou-se novamente para a rua onde estávamos, tocou numa das pequeninas folhas de uma árvore de galhos maleáveis, e disse-me: “essa é mata nativa, essa não pode desmatar, essa eu tenho lá”.

Além de plantações, Chico possuía um “lixão” em sua própria casa, como o da *Carminha*¹²⁷ - isso explicava por que, quando Teresinha iria jogar no lixo as latas de cervejas vazias, ele perguntou-lhe se ela reciclava e, diante, de sua resposta negativa, pediu-lhe as latas. Assim como Chico, outras pessoas também viviam da (re)venda de recicláveis, como um senhor, já aposentado, que percorria as ruas do bairro arrecadando o que era considerado “lixo”, de papéis a eletrônicos. A menos de um quilômetro da pedreira, há tanto a Estação de Transbordo, quanto locais de compra desse material para reciclagem, onde eles realizavam a venda.

Apesar das práticas consideradas, hoje, “sustentáveis”, Chico salientou que, embora se esforce por plantar, replantar e manter a mata (a natureza), conta que há pouco tempo a “justiça” apareceu querendo lhe retirar de sua casa, pois não era de sua propriedade e, principalmente, como ele próprio ressaltou na fala, ele estava desmatando e não poderia mais ficar ali. No local seria construído um condomínio, ironia da qual ele mesmo ressaltou: “dizer que eu to desmatando a mata nativa mas eles querem construir um condomínio? Quem é que ta desmatando então? Mas eles não conseguiram me tirar!”

127 Personagem de uma novela da rede Globo de televisão transmitida em 2012 que havia nascido num local onde grande parte dos moradores trabalhava num depósito de lixo. Como Chico salientou: “o lixão da Nina é a minha casa! Tem a Nina, sua cachorra, tem o barbudo”.

Segundo Leite Lopes (2006:48-49), grupos populares apropriam-se da temática ambiental para falar das doenças causadas pela poluição, por exemplo e, assim, de alguma forma, reivindicarem seus direitos. Parece-me que no caso dos habitantes com quem conversei há uma apropriação da questão ambiental também no sentido de evidenciar o quanto suas práticas são diferentes daquelas da mineradora – pois carregariam um *engajamento no ambiente* a partir do que foi aprendido através das gerações –, desde um processo anterior à incorporação dessa linguagem (ambiental) no contexto contemporâneo. Tal apropriação parece denotar uma tática do fraco para publicizar os descontentamentos com as práticas nem sempre “sustentáveis” (pois destroem o ambiente onde vivem) da mineradora.

Entre alguns habitantes, é ao falar da natureza que os descontentamentos com a empresa são revelados. Com trajetórias ligadas ao meio rural, empregam constantemente formas de plantação e cuidado com a “natureza” que já eram práticas muito antes do pensamento ambiental – leia-se paradigma ambiental e sustentável. João, proprietário de um armazém, há mais de quinze anos distribuía aos seus clientes sacolas que hoje conceberíamos como recicláveis ou sustentáveis, feitas de nylon ou materiais mais resistentes que o plástico utilizados em sacolas de supermercados. Além disso, reaproveita – ou seja, recicla – os sacos geralmente destinados à verduras, legumes e frutas, jamais jogados fora após um único uso. Cabe salientar que são práticas de populações que habitam a periferia de uma cidade, lugares nos quais os paradigmas da sustentabilidade adentraram há pouco tempo, se é que podemos dizer que já adentraram, tendo em vista o nascedouro desse pensamento localizado no imaginário europeu. Da mesma maneira, Chico, que hoje trabalha informalmente no setor da construção civil, complementa seu sustento através da plantação e da venda de lixo reciclável, tendo em sua própria casa uma espécie de depósito destinado a esses materiais.

Se, por um lado, é parte da fala e da prática desses habitantes uma espécie de reciclagem que vem à tona no mundo da sustentabilidade, é importante salientar as condições nas quais tais práticas são efetivadas pois revelam as desiguais condições de vida e acesso à cidade que perpassam as trajetórias dessas pessoas. Ou seja, é em paralelo ao desenvolvimento, extraído e transportado daquele lugar, que essas pessoas praticam suas próprias noções de ecologia e cuidados com o ambiente/natureza.

Como salienta Leite Lopes (2006:49), populações consideradas *vulneráveis* à poluição de atividades industriais, por exemplo, tem se apropriado criativamente desse vocabulário normalmente inventado em contextos distantes aos seus como forma de se tornarem visíveis e legítimas nas situações de conflitos socioambientais. A reflexão de Carlos Vainer (2008) acerca da noção de *atingido* também se dirige nesse sentido. No entanto, no contexto com o qual me deparei em campo, essa noção não era (exatamente) *mobilizada*, assim como não houve a deflagração de um conflito. Minha hipótese em torno de uma tensão latente, ao invés de um conflito declarado/explicito, leva em consideração a ideia de que há uma ambiência de constrangimento público a respeito do que é possível ser dito, na medida em que muitos ainda trabalham na mineradora, mesmo que isso não signifique o completo silêncio em torno das relações conflituosas entre habitantes, moradores, trabalhadores e a firma.

Enfim, o que é “desmatar tudo”?

Poderíamos pressupor, pela palavra desmatar, que se referiam, de modo estrito, à natureza (bem, o que é natureza?). Desmatamento do morro e das árvores, e com isso, seres humanos e não-humanos que dependem desse ambiente. De fato, no contexto da discussão, fui levada a interpretar esses termos no sentido de uma natureza das rochas e das montanhas, das plantas e dos frutos. Mas, no decorrer das falas, o “tudo” explicitou extensões de sentido. O que é tudo num lugar onde nada mudou? E se o tudo se referisse a todos, na medida em que eles plantam/cultivam e, portanto, dependem de um ambiente que a pedreira desmata? Não seriam essas suas táticas discursivas ao mostrar as desigualdades que atravessam o local? Uma desigualdade socioambiental no sentido de que as pessoas tem sido “alienadas” desse ambiente que há quatro décadas é “desmatado pela pedreira”. Talvez num sentido próximo ao que observou Miguel Vale de Almeida (1996:s/p): “a descontinuidade com o antigo mundo rural não parece, surpreendentemente, ser grande, mesmo estando perante uma actividade não agrícola”.

As práticas dos habitantes em seu cotidiano, fundamentadas no conhecimento tradicional, no seio da perspectiva *a priori* “ocidental” (um lugar onde ocorre a atividade extrativa em escala industrial), apontam para uma concepção de natureza divergente daquela técnica que, submetida ao paradigma da adequação ambiental e da inevitabilidade do progresso, assegura a manutenção da extração no local, desde que “mitigada”. Ademais, o

termo “natureza” parece ser utilizado quando referido ao “amor à natureza”, aos plantios e cultivos, às práticas tradicionais, enquanto “meio ambiente” concerne a empresa que, embora “faça tudo conforme o meio ambiente” tem suas restrições para entrada, ou que preocupa-se com o meio ambiente porque “asfaltou a rua”; meio ambiente também em relação à diminuição do uso de sacolas plásticas, apesar de já utilizarem, há muito tempo, sacolas hoje consideradas “sustentáveis”. *Meio ambiente* parece, assim, referir-se a essa “sustentabilidade empresarial”, profundamente ocidental-industrial de uma mitigação da degradação, enquanto natureza remete às origens no campo, não como uma natureza intocada, mas como uma natureza da qual as pessoas fazem parte e dependem.

Apesar de não falarem propriamente nos termos fluxo e recurso, os relatos sobre (a) um lugar onde nada muda ainda que haja grandes empresas nos arredores, (b) pedras “roubadas” como forma de apropriação de um recurso que desapropria os habitantes do ambiente, (c) os riscos de pedras que voavam e atingiam tanto trabalhadores quanto moradores (mesmo que a mitigação dos impactos, no decorrer das décadas, tenha diminuído em parte esses riscos), (d) a distância e a dificuldade de se ir ao centro da cidade (entre tantos outros aspectos) me provocaram uma problematização das desigualdades socioambientais (Pádua, 1999) em termos dos fluxos desses materiais-mercadorias. Dessa forma, ainda que eu não tenha tratado diretamente de conflitos socioambientais, os diálogos conceituais aqui estabelecidos tem como referência tanto essa temática, quanto as reflexões sobre as concepções de natureza, ou naturezas-culturas, e do caráter material da pedra, aqui apenas esboçadas.

Javier Taks (2012) trabalha a questão do fluxo dos recursos a partir da descrição dos meandros do debate sobre a geração de energia no Uruguai, em que as populações a serem “afetadas” pelas construções seja de hidrelétricas, seja de parques eólicos, questionam o governo sobre a *necessidade de se gerar energia*, a partir de certos recursos naturais, e por que em certos lugares em detrimento de outros, no sentido de que seu acesso à energia produzida é questionável. Na mesma linha, Andrea Zhouri (2010) e José Augusto Pádua (1999) apontam para a segregação socioespacial revelada nas desiguais distribuições de acesso ao espaço e exposição aos riscos urbanos corroborando a ideia de que, como traz este

autor, “as desigualdades sociais são sempre desigualdades ecológicas, definindo os modos e escalas de acesso aos recursos naturais. A desigualdade aparece na paisagem material de qualquer sociedade” (ibid:15).

Como já observou Zhouri (2011), o recurso natural, amparado por uma vasta retórica desenvolvimentista (no caso que estudei, referente à extração de pedras), não é direcionado àqueles que dele ou no entorno dele vivem. Pode parecer paradoxal o fato de que, se as pedreiras servem para abastecer a construção da cidade – *seu desenvolvimento, seu saneamento básico, as habitações populares*¹²⁸ – suas margens, entretanto, são caracterizadas pela predominância de ruas não pavimentadas, pela ausência de saneamento, assim como de residências feitas da *bricolagem* entre tábuas de madeira e algo concretado.

Há uma certa complexidade, ou até contradição, nos posicionamentos sobre a *firma* e sua relação com os habitantes e com o lugar, tal como revelada por um morador desde o nosso primeiro encontro, ainda em 2011. Quando lhe perguntara sobre as relações com a pedreira, ele havia respondido que ela era muito boa, responsável pelo crescimento econômico da região. No decorrer do tempo, ele mesmo passou a “relativizar” esse aspecto positivo. Ao comentar sobre a construção da usina de reciclagem (de material para construção civil) e a caracterização de que naquele lugar há “três grandes empresas”, ele concluiu, numa expressão facial já descontente, que isso seria “bom para a região”. A fala era tão desacreditada quanto aquela sobre a pavimentação da rua (afinal, *é a promessa né...*).

Portanto, mais do que simplesmente se opor à extração de pedras, essas falas discutem o que seria justo nessa relação onde a firma representa dinheiro, desinteresse e a alienação dos habitantes em relação ao que consideram seu “ambiente” (no sentido proposto por Tim Ingold, 2002), na medida em que extrair pedras é também extrair árvores. Ou seja, os relatos explicitam a “injustiça ambiental” como

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (Acselrad, 2009:41)

128 Discursos recorrentes entre os que *produzem* a extração de pedras (ANEPAC, 2006; DNPM, 2009; Araujo Neto, 2006; entre outros).

Assim, a pedra (também chamada de rocha britada) não mais se reduzia à sua materialidade, mas revelava outros engajamentos, como o dela com a “mata nativa” e de ambas com os sujeitos que delas se sentem dependentes. De certa forma, alguns desses habitantes revelaram-se conectados ao “mato” que, assim como a pedra, também é “desmatado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da afirmação de que “há uma naturalização – banalização – da pedra”. Para elucidá-la, apresentei inicialmente o relato sobre uma aula em que um professor sugeriu-me pesquisar outra “coisa”, outro “objeto” ao invés das “pedras” que acabei estudando. Meu ponto foi de que a banalização desse “ser” da ordem material implicava a banalização dos seres os quais temos considerado como “portadores” de uma ordem imaterial: as pessoas. A partir disso, discorri sobre as pedras em seu caráter material, ou seja, da natureza enquanto recurso natural: os discursos de técnicos e produtores sobre o quanto esse produto é fundamental para a cidade e porque é necessário instalar pedreiras em locais próximos dos mercados consumidores; como uma cidade, no caso Porto Alegre, “alimenta-se”, há mais de um século, da matéria oriunda de “seu” solo e as dinâmicas de urbanização aí atreladas.

Através dos discursos técnicos, percebemos que o recurso, essa pedra enquanto material extraído para então ser transformada em mercadoria, está sendo gerido e estudado por uma perspectiva incapaz de reconhecer que há populações naquele entorno (*vide* os excertos trazidos aqui dos documentos institucionais veiculados pelo DNPM, associações de produtores e demais áreas técnicas) – dessa maneira, pela perspectiva técnico-institucional não se reconhece a existência das pessoas e pela perspectiva antropológica talvez não se considere relevante estudar essas pessoas (embora o(a) leitor(a) possa considerar exagerada minha generalização de que a antropologia não estaria interessada tendo em vista que apresentei apenas uma situação, como tive outros exemplos dessa banalização no decorrer de meu curso de mestrado, permiti-me passar do particular para o universal; optei por não narrar aqui outras situações por uma questão de delimitação de tema e objeto e para evitar qualquer deslize em direção a uma “antropologia do eu” - mesmo que eu esteja falando, na verdade, não somente de problemas ocorridos comigo, mas da forma como se tem ensinado e praticado antropologia na academia).

Dessa maneira, tendo em vista que parece existir um ocultamento-silenciamento (também tributários da banalização) daqueles que vivem ao redor das pedreiras, a pergunta que guiou a etnografia foi “como é habitar o entorno pedreira?” já que os documentos técnicos mostram, com recorrência, a ideia de que essas minas tem de estar localizadas a “x”

distância do “mercado consumidor” para assegurar o “baixo custo”, embora não muito distantes, mesmo que se procure instalá-las em certa medida afastadas da “população” e da “cidade”. Ou seja, ao invés de permanecer no âmbito da escrita do campo técnico e institucional (amparados, portanto, legitimados, por ciências como a Geologia), optei, seguindo as palavras de De Certeau, por conhecer aquilo que “desestabiliza a racionalidade científica”, o ordinário. Assim, também fiz uma escolha pela oralidade – e, não por acaso, acabei por me deparar com uma natureza concebida e praticada através da oralidade: do pai campeiro e da avó benzedeira de Chico, da figueira de sr. Ney, das bergamoteiras de Teresinha e de seu avô como referência nos conhecimentos (tradicionais) da natureza, das hortas e pequenas matas nos pátios das casas desses e de outros moradores.

Tratou-se, como pano de fundo, de pensar a exploração da natureza para a construção da cultura, nos termos estabelecidos pela “cultura ocidental”, através dos efeitos humanos sobre o ambiente, de maneira a tecer uma crítica à noção de desenvolvimento hoje em curso. Estas seriam as linhas da ampla teia na qual se insere essa pesquisa. No que concerne a etnografia, procurei pensar o aspecto temporal através de (a) um breve percurso histórico sobre os lugares das pedreiras na cidade de Porto Alegre (cf. Capítulo 1) e, a partir disso, (b) repensar o que ocorre hoje no entorno de uma pedreira em atividade, através da questão sobre como a retórica desenvolvimentista transforma-se em prática. Ao partir do caso dessa cidade específica, além da invisibilidade constatada nos discursos acima referidos (tanto técnicos quanto antropológicos), percebi que a cidade movimenta-se (talvez na forma de vetor) em direção à “urbanização”, produz afastamentos dos lugares onde são instaladas as pedreiras, assim como ocorre o afastamento das favelas (Zaluar, 1985) – em movimentos onde a cidade encrava-se e suas fendas, ou Antimundos, a tensionam. Podemos então inferir sobre os desdobramentos desses atos de ocultar e silenciar.

Então, para adentrar propriamente a pesquisa etnográfica – ofício, por excelência, do(a) antropólogo(a) – realizei pesquisa de campo no entorno de uma pedreira. Como a extração de rochas, a pedra, a cidade e a natureza (a princípio recurso natural) é pensada por aqueles que vivem no ambiente destinado à extração?

A Antropologia Urbana há muito frisou (salientou) o caráter diverso, plural e complexo da cidade no sentido de sua diversidade e complexidade cultural. Minha intenção é

pensar a possibilidade da diversidade no que tange a natureza, ou seja, das diferentes concepções acerca da natureza nos encaminhando à *naturezas-culturas* (Latour, 2003). Assim, do lugar teórico do qual o(a)s antropólogo(a)s já estão certamente familiarizado(a)s, procurei, a partir da etnografia, pensar as possibilidades de renarrar o desenvolvimento desde os pontos de vista daqueles que estão “baseados-no-lugar”, os habitantes do entorno da pedreira. E foi a partir dos olhares de quem espera pelo “crescimento da região” (como certa vez mencionou aquele senhor) e resiste às tentativas de alienação do território e do ambiente, tal como efetuados pela mineradora, que trouxe as histórias relatadas por essas pessoas.

Na oralidade, daquilo que se conta mas também do que “não se pode dizer”, vali-me da observação participante com a ideia de que é na análise dos acontecimentos cotidianos que a Antropologia pode fornecer novas interpretações, como sugere Oliven. O cotidiano desse lugar onde realizei a pesquisa é ritmado pela convivência (corriqueira) com a extração de rochas e o que ela provoca na vida dos habitantes do entorno da pedreira – a banalidade dos riscos e acidentes das pedras que voavam para fora da mina, da poluição não dos sons mas da poeira oriunda da circulação dos caminhões, da desigualdade e do desmatamento.

Assim, se coloquei-me (como anunciado na introdução) no debate sobre a oposição natureza/cultura, não foi a partir da globalidade homogênea da natureza, mas de seu caráter local e baseado-no-lugar que procurei narrar a pretensa separação, pois foi a partir daí que os habitantes do entorno da pedreira relataram as disputas, as poluições, os riscos, as desigualdades e, assim, suas próprias concepções de natureza. Por isso o diálogo teórico com os estudos de conflitos socioambientais. O prenúncio dessas disputas, ou desse caráter não unilateral de natureza (da concepção de natureza), deu-se quando antes de adentrar o trabalho de campo, pesquisei sobre esse tipo de exploração mineral a fim de compreender minimamente tal “universo”: a hegemonia do discusso técnico e institucional sobre os locais das pedreiras, aliado ao caráter naturalizado de que elas devem se situar em certos locais para manter o baixo custo do produto, provocou-me pensar nas implicações práticas dessa retórica técnica.

Nesse contexto, apareceu o lugar ambíguo e a invisibilidade. Sugeri, então, pensarmos a cidade como o “teatro de uma guerra de relatos”, como proposto por De Certeau, embora esses relatos estejam fundamentados em posições nada igualitárias, visto que uns são enunciados-veiculados, enquanto outros são silenciados. Os enunciados o são por uma

questão crucial: proclamam o desenvolvimento. Os silenciados são constantemente impedidos de tornarem-se verbalizados por questões igualmente importantes: tensionam e questionam o que é esse “desenvolvimento” - como observam Taks e Foladori, “a definição do que é natureza depende dos conflitos sociais e do poder ideológico”.

Dialoguei com perspectivas técnicas e 'não-técnicas' tanto porque é pública a ideia de que o “meio ambiente” é uma questão técnica, como para problematizar uma maneira de fazer antropologia na democracia. Ao colocar em confronto essas visões, como no caso da poluição, busquei compreender e revelar a pluralidade e os paradoxos no que concerne a natureza e, a partir disso, explicitar diferentes modelos locais sobre ela – por exemplo, quanto ao risco e à poluição, parti de perspectivas *locais*, embora seja com base nas “técnicas” que são desenvolvidos os estudos de mitigação dos impactos ambientais.

Há, portanto, uma referência implícita aos questionamentos sobre a técnica, inspirada no trabalho de Latour (2003). Procurei pensar a extração de rochas a partir do que não é considerado técnico – embora tenha dialogado com estudos desse âmbito – propondo a ideia de conhecimento local (Escobar, 2005). Se, por um lado, Latour desenvolve as ideias sobre técnica, política e natureza no seio de redes sociotécnicas, o que o coloca numa perspectiva simétrica, pareceu-me adequado, para o contexto local de onde eu parto e de onde emergiu a etnografia, revelar as assimetrias de poder entre os habitantes a partir de suas concepções sobre a natureza – e, aqui, particularmente me distancio de Latour, aproximando-me de Escobar.

Sob o “mantra global do desenvolvimento” (Zhourri, 2012), exercem-se colonialismos no interior dos próprios países, cidades, regiões, no sentido do que Acelrad definiu como a “colonização dos ambientes urbanos” (2005:18). Assim, se a noção de modernidade precisa ser repensada levando em consideração sua origem na colonização da América, como ressaltou Hector Alimonda (2011), o desenvolvimento, sua metáfora, é igualmente capaz de mobilizar novas colonizações, inter e intranacionais.

A banalização de sujeitos e objetos produz um certo silenciamento das vozes de populações afetadas pelos efeitos colaterais das desigualdades socioambientais – como relatei, meu “objeto” de estudos foi considerado irrelevante por um professor, assim como ouvi de uma professora que já estava dado, em nosso conhecimento antropológico e de senso comum,

que as pedreiras estão localizadas em vilas, o que me provocou pensar na banalidade da desigualdade e, dessa banalidade, o silenciamento criado a partir do desinteresse. Esse silenciamento está estreitamente vinculado ao ocultamento das desigualdades socioambientais quando de uma constante mitigação dos impactos a partir de uma visão técnica: uma chave de leitura possível é que, assim como há uma mitigação do ruído e da “poluição sonora”, há uma mitigação das vozes daqueles que habitam o entorno da pedreira, no sentido de que a mitigação, como atenuação seria capaz de produzir o referido silenciamento. Dessa forma, procurei argumentar que há um ocultamento produzido desde o âmbito técnico quanto um ocultamento-silenciamento desde a própria antropologia – afinal, o que é considerado “interessante”, enquanto objeto de estudos, por essa disciplina hoje?

Essa sensação de silenciamento e de inexistência de escuta é tributária, também, de um contexto onde “todos tem relação com a pedreira” e essa longa convivência com a atividade extrativa, em que grande parte da população do entorno já foi empregada da firma, produz uma ambiência de constrangimento social, afinal, nem tudo se pode dizer. Ademais, a firma representa ao mesmo tempo a concentração de dinheiro e o desinteresse pelos habitantes e, nesse sentido, a concepção de natureza-cultura proposta por alguns desses habitantes, ao destoar daquela hegemônica reproduzida pelas empresas de extração mostra-se como uma concepção alternativa/diferente e, por isso, também precisa ser ocultada (ou seja, embora essas concepções divergentes se revelassem num contexto de conflito socioambiental, podemos pressupor que elas já existem antes da deflagração do conflito e por isso são objetos constantes de ocultamento-silenciamento).

As instâncias públicas dedicadas às reivindicações de direitos, por sua vez, nem sempre efetivam-se como canal de escuta e efetivação dos direitos, tendo em vista que nem o asfalto – talvez banal nos grandes centros urbanos – foi alcançado. O asfalto condensa a metáfora do desenvolvimento que, como “bem de todos”, só atinge, no entanto, alguns.

Sugeri que há uma espécie de alienação dos habitantes em relação ao que consideram “seu ambiente” (ou “suas naturezas”) devido às constantes pressões da mineradora, com ocorre atualmente, ou a busca pelo trabalho, como ocorreu com diversos moradores que migraram para o entorno da pedreira. Assim, a invisibilidade de seres e lugares que produzem a cidade é apenas um dos corolários daquela (pretensa) ruptura entre natureza e cultura – Latour já observou as contínuas tentativas de separação produzidas pela sociedade moderna e

sua incapacidade em realizar uma plena e total dissociação (tanto entre natureza e cultura quanto entre política e ciência). O que arrisco dizer aqui é que assim como há uma alienação do trabalhador-produtor com aquilo que ele produz, na assertiva marxista a respeito do trabalho na sociedade industrial (ocidental-moderna), há uma alienação da cidade construída com aquilo que a constrói, nos mais amplos e variados sentidos. Cidade, símbolo da civilização e lócus por excelência de realização da sociedade industrial moderno-ocidental, parece então sintetizar a alienação no processo de produção sob três eixos: (a) trabalhador(a) e sua “obra”, (b) do consumo em relação à produção, visto que não se sabe de onde e como vem o produto e (c) do sujeito em relação ao seu ambiente, na medida em que uma série de deslocamentos-desenraizamentos são efetuados para que se dê cabo à produção do material necessário à construção da cidade. Nesse sentido é que podemos falar de desigualdades socioambientais: tanto referem-se à usurpação do ambiente dos sujeitos que nele vivem, como, quando objetificado enquanto “recurso” (natural) é também alheio àqueles que o produzem.

Das diversas imagens que são evocadas para denotar o sentido do desenvolvimento, como as grandes extensões de terra na agricultura e na pecuária, é a figura de uma cidade de pedras e alvenaria que é mobilizada pelo Estado e pelas associações de produtores de agregados para construção civil. Uma cidade asfaltada, provedora de saneamento básico e habitação. Há trinta anos, entretanto, na rua onde habitam sr. João e sra. Maria, o esgoto é a “céu aberto”, ou seja, não há no local um dos requisitos primários de direito à cidade, o saneamento básico.

Essa “natureza”, então, que era recurso natural, mostrou, através dos habitantes, a indissociação da pedra como recurso, visto que ela é tanto pedra quanto árvore e mata nativa, de uma natureza como ambiente onde as pessoas vivem e do qual elas fazem parte. Assim, no seio da perspectiva ocidental, a partir de um lugar onde ocorre a extração e o beneficiamento da rocha, bem como a reciclagem (de material para construção civil) enquanto instrumento de mitigação do impacto decorrente da exploração – processos estritamente inseridos no “paradigma de adequação ambiental” (Zhour, 2011) – entre populações que não são propriamente aquelas a quem chamaríamos de “tradicionais” ou “não ocidentais”, mas certamente “populares” ou “classes trabalhadoras urbanas”, encontramos outras formas de

conceber as naturezas, outras perspectivas que entram em conflito com aquela que se impõe nesse lugar, a de extração – na figura de uma mineradora que *tem dinheiro*, mas *não tem interesse*. Explicitou-se, assim, uma tensão entre o tempo regido pela noção do desenvolvimento e o tempo daqueles que resistem e permanecem à margem, entre diferentes modos de vida que refletem diferentes modos de práticas e pensamento.

Procurei também lembrar que cada fala parte de um lugar ainda mais específico – de quem trabalha ou já trabalhou, assim como daquele(a)s que jamais foram funcionário(a)s da “firma”. Nesse sentido, não poderia esquecer que “nem tudo se pode dizer...”, então tanto os ditos quanto os não-ditos tiveram de ser pensados a partir dessas particularidades. Por isso, embora tenha feita menção a amplos conceitos como os de “classe popular” (ou “classe trabalhadora urbana”) e tenha atravessado analiticamente aquele lugar pelos termos “vila operária” e “comunidade de trabalho”, não consegui aprimorar esses “enquadramentos conceituais” - talvez seja a complexidade dos processos migratórios campo-cidade e o quanto esta última revela, em suas “fendas”, uma heterogeneidade de concepções acerca do que ela é, bem como do que é *natureza* – vista não desde sua “paisagem construída” (como na soma dos livros a que se referiu Simmel, ou seja, as vias e arranha-céus explicitados nas imagens mobilizadas pelos produtores de “agregados para construção civil”), mas desde aquilo que é considerado a “degradação da paisagem”, uma grande “mordida” no contínuo verde dos morros; de um lugar que “o mais longe possível da população” revelou pessoas que mantem uma *relação com a pedreira* e que são diariamente afetadas por ela. Onde o *buraco* (como dizia Maria) condensa a banalização da desigualdade – socioambiental – e, ao mesmo tempo, mostra o caráter ainda extraordinário, e até ausente, do “desenvolvimento”. Essas pedras, simples e banais pedras, extraídas para alicerçar casas, edifícios, estradas, representam ao mesmo tempo o “desmatamento” de um ambiente do qual os habitantes se sentem parte e a acumulação do dinheiro por uma “firma” em certa medida alheia a eles.

REFERENCIAS

ABREU FILHO, S. Porto Alegre como Cidade Ideal: Planos e Projetos Urbanos para Porto Alegre. Tese de Doutorado apresentada ao PROPAR – o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

ACSELRAD, Henri. “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”. In: ACSELRAD, H. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2005. p. 13-35.

ACSELRAD, H; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Jalcione. “Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável”. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. p. 33-55.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Género, Masculinidade e Poder – Revendo um caso do sul de Portugal. Anuário Antropológico (Brasil), 95:161-190, 1996.

ANELLO, Lúcia de Fátima S. de. Os Programas de Educação Ambiental no Contexto das Medidas Compensatórias e Mitigadoras no Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Exploração de Petróleo e Gás no Mar do Brasil: A Totalidade e a Práxis como Princípio e Diretriz de Execução. Rio Grande, FURG, 2009. Tese de doutorado.

ANEPAC. A Mineração de Agregados e o Desenvolvimento Sustentável. In: I Seminário “A Indústria Mineral Sustentável”. Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), 2006.

_____. Revista Areia e Brita, São Paulo, no. 01, maio/1997.

_____. Revista Areia e Brita, São Paulo, no. 15 – jul/ago/set 2001.

_____. Revista Areia e Brita, São Paulo, no.37, jan-fev-mar 2007.

BACHELARD, G. A Terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BACZKO, Bronislaw. "A Imaginação Social". *Anthropos - Homem* 5, 1986. Enciclopédia Einaudi. Edição portuguesa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: de. 34, 2010.

BELLO, Helton. “Modelos, planos e realizações urbanísticas em Porto Alegre”. In: *Arquitetura Revista*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol.2, no.2, jul-dez 2006.

BENSÁ, Alban. “Da micro-história a uma antropologia crítica”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Jacques Revel, organizador. Rio, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. (pp.39-76).

BEXIGA, Stéphanie. “Da sociabilidade ao trabalho: um percurso através da etnografia sonora”. In: *X Congreso Argentino de Antropología Social (CAAS)*, 2011, Buenos Aires.

BONETTI, Alinne de Lima; “Intrusas bem-vindas: um olhar sobre os cruzamentos entre gênero, relações de poder e sensibilidades na pesquisa etnográfica”. In. *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade*. Miriam Pillar Grossi e Elisete Schwabe (org.). Florianópolis: Nova Letra, 2006.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, P. (coord.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

BOURG, Dominique. *Natureza e técnica: ensaio sobre a idéia de progresso*. Lisboa, Instituto Piaget, 1997. p. 11-13; 65-154.

BRUBAKER, Rogers. "De l'immigre au citoyen. Comment le jus solis s'est imposé en France, á la fin du XIXe siècle. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n.99, septembre 1993 (pp.3-25)

BRUNET, Roger. *Champs e Contrechamps, Raisons de Géographie*. Paris: Belin, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "O Mal-Estar da Ética na Antropologia Prática". In: *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil/Ceres VÍctora, Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro (organizadores).*– Niterói: EdUFF, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Etnicidade, Eticidade e Globalização". Conferência ministrada na XX reunião Brasileira de Antropologia, realizada na Universidade Federal da Bahia, em Salvador no dia 14 de abril de 1996, como abertura do evento.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

CARVALHO, Isabel. STEIL, Carlos. "Diferentes aportes no âmbito da antropologia fenomenológica: diálogos com Tim Ingold". In: CARVALHO, Isabel. STEIL, Carlos (org.) *Cultura, Percepção e Ambiente – Diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

CIOCCARI, Marta. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 522f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resoluções do Conama: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008 – 2. ed. /Conselho Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Conama, 2008. 928p.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Manuela C.; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João P. R. et al. (orgs.). Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade, ISA, 2004, p. 184-196.

DA MATTA, Roberto. “O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues””. In: NUNES, Edson (org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 23-35.

DE CERTEAU, M. A Invenção do Cotidiano. Vol I: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

DE CERTEAU, M. A Invenção do Cotidiano. Vol II: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

DELGADO RUIZ, Manuel. “¿Quién puede ser “inmigrante” en la ciudad?” In: Exclusión Social y Diversidad cultural. Donostia: Tercera prensa, 2003. (pp.9-24)

DESCOLA, Philippe. “Constructing natures: symbolic ecology and social practice”. In: DESCOLA, P.; PALSSON, G. Nature and Society – Anthropological Perspectives. London: Routledge, 1996.

DESCOLA, Philippe. “Avant-propos”; “Figures du continu”; “Le sauvage et le domestique”; “Le Grand Partage”. In.: Par-delà nature et culture. Paris: Gallimard, 2005.

DESCOLA, Philippe. PALSSON, Gisli. (orgs.) Naturaleza y sociedad: perspectivas antropológicas. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2001.

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral. Agregados para a Construção Civil. Brasil, 2009.

DNPM. Anuário Mineral Brasileiro, 2010.

DNPM. Balanço Mineral Brasileiro, 2001.

DNPM. Balanço Mineral Brasileiro, 2002.

_____. Universo da Mineração Brasileira, 2007.

DURHAM, Eunice. A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

ECKERT, Cornelia. “Memória e identidade: ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão” (La Grand-Combe, França). Porto Alegre: Cadernos de antropologia, nº 11, 1993.

ECKERT, Cornelia. Os Homens da Mina: Um Estudo das Condições de Vida e Representações dos Mineiros de Carvão em Charqueadas, RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985.

ELIAS, Norbert. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad

Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. pp.133-168. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>

FdA – Federación de los Áridos. Pequeña historia de los aridos. Barcelona: Editorial Mediterráneo, 2008.

FOLADORI, G. TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. In: Revista MANA 10(2):323-348, 2004.

FONSECA, Inês. “Identidades e memórias em torno de uma mina: o caso de Aljustrel”. In: Revista de Antropologia Iberoamericana, Ed. Eletronica, vol.1, num.03 ago-dez 2006, pp.ii-xii. Madrid: antropologos iberoamericanos.

FOUCAULT, M. “A Governamentalidade”. In: A Microfísica do Poder. Rio, Graal, 1979.(pp. 277-293)

FOUCAULT, M. “Clase del 11 de enero de 1978”. In: Seguridad, Territorio, población. Buenos Aires, Fondo de cultura, 2006.(pp 15-44)

GALEANO, E. As Veias Abertas da América Latina. Rio da Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

GARCÉS, Matías. El Patrimonio Cultural en las Canteras de Colina: una Reflexión Social en torno a su Preservación. Santiago: Universidad de Chile, 2008. 205f. Dissertação (Mestrado, Departamento de Antropología), Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Sociales, 2008.

GERMANI, Darcy José. Mineração no Brasil – relatório final; apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Rio de Janeiro: maio/2002

GOLDMAN, M. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. In: Cadernos de Campo n. 13: 149-153, 2005.

GRAVANO, A. Antropología de lo barrial – Estudios sobre producción simbólica de la vida urbana. Buenos Aires: Espacio, 2003.

GUIVANT, Julia. “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia”. In: Estudos Sociedade e Agricultura, n.16, abril 2001: 95-112.

HANNERZ, Ulf. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chaves da antropologia transnacional". In: Mana 3(1):7-39, 1997.

HANNERZ, Ulf. Explorer la ville: éléments d'anthropologie urbaine. Les Éditions de Minuit, Paris, 1983, pp. 301-341.

HANNIGAN, John. Sociologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARVEY, David. O Enigma do Capital – e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

INGOLD, T. The Perception of The Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2002.

INGOLD, Tim. From Complementarity to Obviation: On Dissolving the Boundaries between Social and Biological Anthropology, Archaeology, and Psychology. In: Cycles of contingency: developmental systems and evolution / Susan Oyama, Paul E. Gri_ths, and Russell D. Gray, editors. 2001, Massachussets, MIT, Bradford Book.

INGOLD,T. Being Alive – Essays on movement, knowledge and description. London: Routledge, Taylor e Francis e-Library, 2011.

_____. “Caminhando cm dragões: em direção ao lado selvagem”. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M. (orgs.) Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

KUPER, Adam. *Conceptualizing society*. London: Routledge, 1992.

LACHEFSKI, Klemens. “Licenciamento e Equidade Ambiental – As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos”. In: ZHOURI, A (org.) *Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. *Políticas da natureza*. São Paulo: Edusc, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus, 2005.

LISBOA, Marijane. “Violência institucional e globalização econômica: o caso brasileiro”. In: *Projeto História*, São Paulo, n.38, p. 231-244, jun. 2009.

LITTLE, Paul. “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.” In: *Horizontes Antropológicos*. Ano 12, número 25, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 2006. (pp 85 a 104).

LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. “Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e sobre Dilemas da Participação”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MACHADO, Carlos RS. *Cidade e Sustentabilidade: consultores, discursos e conflitos*. In: *III Encontro Internacional de Ciências Sociais*, 2012, Pelotas. Pelotas: Ed. UFPEL, 2012, pp. 1-18.

MAGNANI, J. G. C. Festa no Pedaco – Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

MALERBA, Julianna; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MARICATO, E. “Nossas cidades estão ficando inviáveis” - Entrevista com Ermínia Maricato. In: Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA, 2011, Ano 8, n.66. pp. 16 – 21

MARX, Karl. A Mercadoria. In: O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O Capital – Crítica da Economia Política (vol. II). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MATTA, Paulo M. Roteiro Básico para Pesquisa de Rocha Ornamental. DNPM: 2007.

MAYOL, Pierre. Morar. In: De Certeau (org.) A Invenção do Cotidiano. Vol II: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, Augusto. Nos tempos da flor. Porto Alegre: Edição Universitária, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. De Ferro e Flexíveis: Marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo. Os homens de ferro: Estudo sobre os trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

MOULIN, REIS e WENICHI. “Homens de pedra? Pesquisando o processo de trabalho e saúde na extração e beneficiamento do mármore – relato de uma experiência”. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2000/2001, vol. 3/4, pp. 47-63

MOULIN, Maria das Graças Barbosa. O Lado não Polido do Mármore e Granito: a produção social dos acidentes de trabalho e suas conseqüências no setor de rochas ornamentais no sul do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, FioCruz, 2006. 137f. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2006.

_____. “De Heróis e de Mártires – visões de mundo e acidente de trabalho no setor de rochas ornamentais”. In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2007, vol. 10, n. 1, pp. 37-53.

NETO, Tito Luiz Araujo. Problemas gerados pela extração de rochas e propostas para mitigação do impacto sonoro. Dissertação defendida do PPG em Engenharia. UFRJ, 2006.

NEVES, Carlos Augusto Ramos, SILVA, Luciano Ribeiro da. Universo da Mineração Brasileira. DNPM: Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. Porto Alegre – A Cidade e sua Formação. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985. p.152

OLIVEN, Ruben George. A Antropologia de Grupos Urbanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Marginalidad Urbana en America Latina. In: Revista EURE, 1980, vol.7, n.19, pp.49-62. Disponível em: <http://www.eure.cl/numero/marginalidad-urbana-en-america-latina/>

PÁDUA, José Augusto. “Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário”. In: Cadernos de debate 6 – Brasil sustentável e Democrático, Rio de Janeiro, FASE, n.6, p. 11-48, 1999.

PALEY, William. Natural Theology. New York: American Tract Society, 1881.

PELLIN, Roberto. Revelando a Tristeza. Volume I. Porto Alegre: Edicom, 1979.

PESAVENTO, Sandra. O Imaginário da Cidade – Visões Literárias do Urbano. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PHILIPP; et al. “A memória geológica do centro antigo de Porto Alegre: o registro da evolução urbana nos prédios históricos e no urbanismo da cidade”. In: Pesquisas em Geociências, 36 (1): 59-77, jan./jun. 2009 ISSN 1518-2398. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Cultura. Lomba do Pinheiro. Porto Alegre, 2000. 239p. (Memória dos Bairros)

_____. Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura. História dos Bairros de Porto Alegre. (sem data). Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf

RAMOS, Enio Medeiros. A Pedra na Construção Civil e a Exploração de Pedreiras na Formação Botucatu. Tese para Concurso à Livre Docência. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1976. (Ministério de Educação e Cultura)

SAHLINS, Marshall. A Sociedade Afluente Original. (original: Sahlins, Marshall. “The Original Affluent Society. In: Stone Age Economics. New York, Aldine, 1972.)

SANTOS, Rodrigo Salles P. “Fundamentos para a Criação de um Fundo Social e Comunitário da Mineração no Brasil”. Cadernos do Observatório do Pré-Sal, no.02, 2012.

SERAFIM, J. G., ZANELATTO, J. H. “Experiências de Trabalhadores na Extração de Pedras Graníticas em Sangão 1960 – 1990”. In: Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 264-279.

SIMMEL, George. “A Filosofia da Paisagem”. In: Revista Política e Trabalho, João Pessoa, nº 12, set/1996. UFPB. PP. 15- 24

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. “Poder tutelar como poder de um Estado nacional”. In: Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1995. (pp.70-100).

SOUZA, Célia Ferraz de. Entre o Saber e o Poder: A Implantação do Urbanismo e as Especificidades Locais no Início do Século XX em Porto Alegre. In: Simpósio “A Arquitetura da Cidade nas Américas – Diálogos Contemporâneos entre o Local e o Global, 52 ICA, Sevilha, Julho de 2006.

STENGERS, Isabelle. “La proposition cosmopolitique”. In: LOLIVE, Jacques e SOUBEYRAN, Olivier. L'émergence des cosmopolitiques. Paris: Éditions La Découverte, 2007. p. 45-68.

TAKS, Javier. “A percepção do invisível: uma contribuição para a compreensão do conceito moderno de energia a partir da perspectiva do habitar”. In: CARVALHO, Isabel. STEIL, Carlos (org.) Cultura, Percepção e Ambiente – Diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. pp. 49-68.

TAUSSIG, M. O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

TRIGINELLI, Daniel, CUNHA, Daisy. “O Processo de Trabalho em uma Pedreira de Vila Pavão – ES: Riscos e Organização do Trabalho”. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

VAINER, Carlos. “O conceito de atingido: uma revisão do debate”. In: ROTHMAN, Franklin. Vidas alagadas - Conflitos sócio-ambientais, licenciamento e Barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008, p. 39-63.

VALVERDE, F. “Agregados para Construção Civil”. In: Balanço Mineral Brasileiro, 2001.

VEDANA, V. Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires, 2009. (CD-ROM)

VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1981

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose – Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Wagner, Roy [1981]. A Invenção da Cultura, Cosacnaify, 2010.

WEBER, Florence. Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WIRTH, L. “The Problem of Minority Groups” . In: Linton, R. ed. The Sciences of Man in the World Crisis. New York, Columbia University Press. 1945. (pp. 347-372).

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta – As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1985.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. “Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização”. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.439-461.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. “Experiências locais e olhares globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental”. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M. (orgs.) Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

Sites consultados

<http://www.dnpm.gov.br/>

<http://www.pedra.com.br/>

<http://anepac.com.br>